



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



JULIANA AUGUSTA DIONISIO DE LIMA
ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA ELIZETE GUIMARÃES
CARVALHO

HISTÓRIA DE VIDA PROFFESSORAL DE MÁRIO MOACYR PORTO:
a cultura jurídica em favor dos Direitos Humanos (1950 – 1969)

JOÃO PESSOA/PB

2016

JULIANA AUGUSTA DIONISIO DE LIMA

HISTÓRIA DE VIDA PROFESSORAL DE MÁRIO MOACYR PORTO:
a cultura jurídica em favor dos Direitos Humanos (1950 – 1969)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação (Strictu Sensu), do
Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba,
Linha de Pesquisa em História da
Educação, sob a orientação da
Profa. Dra. Maria Elizete
Guimarães Carvalho, para obtenção
do título de mestre.

JOÃO PESSOA/PB

2016

L732h Lima, Juliana Augusta Dionisio de.
 História de vida professoral de Mário Moacyr Porto: a
 cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950-1969) /
 Juliana Augusta Dionisio de Lima.- João Pessoa, 2016.
 132f. : il.
 Orientadora: Maria Elizete Guimarães Carvalho
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
 1. Porto, Mário Moacyr, 1912-1997. 2. Educação - história.
 3. História da educação. 4. História de vida. 5. Profissão
 docente. 6. Memórias.

UFPB/BC

CDU: 37(091)(043)

JULIANA AUGUSTA DIONISIO DE LIMA

HISTÓRIA DE VIDA PROFESSORAL DE MÁRIO MOACYR PORTO:

a cultura jurídica em favor dos Direitos Humanos (1950 – 1969)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação (Strictu Sensu), do
Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba,
Linha de Pesquisa em História da
Educação, sob a orientação da
Profa. Dra. Maria Elizete
Guimarães Carvalho, para obtenção
do título de mestre.

Área de concentração: História da Educação

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho
Orientadora
PPGE/PPGDH/UFPB

Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica
Examinador
PPGH/UFCG

Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes
Examinadora
PPGE/ UFPB

Profa. Dra. Fabiana Sena
Examinadora Suplente
PPGE/UFPB

(...) Farei do meu relato mais que uma oração, um registro. Oração e registro simples, de
indivíduo na coletividade que nos une.
Empresta-me sua voz e letra para dizer que provei o sentido da luta, para responder ao poeta
que “sim”, que valeu a pena e que a alma é enorme.
Empresta-me o que for preciso: a voz, a letra e o livro para dizer que experimentei a vida e
que, apesar de tudo, também sou História.

Poema de um oralista
(José Carlos Sebe Bom Meihy)

“Mas a vida é para ser reescrita por nós, corrigida por nós, ou como diz Cecília Meireles: A
vida só é possível reinventada”.

(Mário Moacyr Porto)

À memória do professor Mário Moacyr Porto, que ainda hoje,
inspira a construção de saberes a partir das suas experiências de
vida.

À minha doce Mariana Augusta, em sinal do meu amor e
dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradecer - este é um exercício que agrega diferentes significados a cada pessoa. A meu ver, a gratidão está entre os mais bonitos valores humanos, assim como o perdão e o amor. Por este motivo, e considerando que esta dissertação é fruto de um trabalho coletivo, na relação que estabelecemos entre o eu e o outro, não poderia deixar de expressar os meus agradecimentos a todos que, porventura, participaram deste processo de construção do conhecimento.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, razão da minha vida e autor da minha fé, por me sustentar todos os dias com o seu amor, misericórdia e graça;

À minha orientadora Maria Elizete Guimarães Carvalho, que esteve presente em todos os momentos, me ensinando como proceder nos caminhos da pesquisa, me indicando leituras, corrigindo meus erros. A sua orientação foi fundamental neste processo;

Aos professores da banca examinadora, Mateus da Cruz e Zica e Maria Lúcia da Silva Nunes, que atenderam ao nosso convite, contribuindo inicialmente na qualificação deste trabalho, e agora na defesa. A vocês dirijo minha admiração, pela competência profissional, e pelo olhar atento atribuído a este trabalho;

Aos meus pais, que plantaram em mim a semente da busca pelo conhecimento, e me ensinaram que em Deus reside o princípio da sabedoria. De que vale o conhecimento sem a sabedoria?

À minha mãe, em especial, pelo exemplo de uma vida com propósitos. Um dia ela me falou que ninguém pode viver uma vida sem propósitos. Guardei isso comigo. Esta dissertação é fruto de um propósito profissional que não se encerram aqui, outros planos virão;

Ao meu esposo, por compreender os momentos de ausência, de poucos cuidados, e por compartilhar desse sonho comigo;

À minha menina Mariana Augusta, pela sua presença doce, confortadora e amorosa;

À minha família, que inclui a família do meu esposo, irmãos e cunhados, tios (as) e sobrinhos (a), sogros e avós, por cuidar do meu tesouro na minha ausência e por acreditarem em mim;

À avó Dahil, que mesmo aos 98 anos, ora todos os dias em meu favor, e me sustenta através de suas orações;

Às minhas amigas Camila e Géssica, fiéis amigas, pela força diária dispensada a mim, pela escuta atenta, pelos conselhos serenos nos dias de maiores dificuldades. Meu sincero gesto de amor a vocês.

À Tacicleide, pelo auxílio na correção gramatical deste texto dissertativo e pela disposição em ajudar;

Aos familiares do professor Mário Porto, que apoiaram todo o processo de escrita;

Por fim, aos colegas e amigos da turma 34, com quem compartilhei a sala de aula e os conhecimentos aprendidos ao longo desta caminhada;

Minha gratidão a todos!

RESUMO

Em histórias de vida professoral, a figura do professor ganha destaque, se constituindo objeto de pesquisa em favor de estudos sobre a profissão docente. Neste trabalho dissertativo, a história de vida do professor Mário Moacyr Porto se apresenta como fonte de informações que buscam a reflexão acerca da formação da identidade profissional docente e suas práticas educativas na perspectiva da pesquisa-formação. No esforço que empenhamos em reconstituir essa história, foi necessário recorrermos ao gênero biográfico, não mais como narração épica de personagens heroicos, mas estabelecendo um paralelo dialógico entre o sujeito e o contexto em que está situado. Neste desafio de encontrar caminhos metodológicos para a historiografia, a Nova História Cultural se mostra enquanto movimento que traz os aspectos culturais como possibilidade de encontro com novos objetos, fontes e metodologias, que permitem acesso a novas vertentes de investigação da História. Ao partir do estudo qualitativo de desvelamento da trajetória de vida professoral, no entrelaçamento entre história e memória, por meio da História oral é que nos foi permitido inferir sobre aspectos educacionais significativos na História da educação paraibana. Constitui objetivo da pesquisa, analisar a História de vida professoral de Mário Moacyr Porto, verificando o papel desempenhado por ele na construção da cultura jurídica paraibana, a saber, da sua participação ativa no militarismo intelectual, prática que buscava o estabelecimento da justiça, garantia dos direitos fundamentais, fomento e disseminação dos ideais democráticos. Encontramos sua participação em momentos importantes no cenário educacional, ao se envolver na luta pela implantação da Faculdade de Direito, federalização da Universidade da Paraíba e a elaboração e ensino da 1ª cadeira de Direito civil, corroborando para a formação educacional - jurídica da Paraíba.

Palavras-chaves: História da educação. História de vida. Profissão docente. Memórias.

ABSTRACT

At teacher life histories, the teachers figure has highlight, being research object for studies about the teacher profession. At this dissertation, the life history of teacher Mário Moacyr Porto is an information source that searches a reflection about the form of teacher professional identify and its educative practices at the form-research perspective. At the performed effort to rebuild this history, was necessary to use the bibliographical gender, differently to the epical narration of historical characters, but establishing a dialogical parallel between the subject and the context that he is placed. In this challenge of finding methodological ways for the historiography, the New Cultural History shows as a movement that bring the cultural aspects as meeting possibility with new objects, sources and methodologies, that let to access new views of History investigation. Starting with the qualitative study of the teacher life trajectory uncovering, in the union between history and memory, by the Oral History was possible to infer about meaning educative aspects at the Paraíba's Education History. Constitutes objective of the research to analyze the teacher life history of Mário Moacyr Porto, verifying his paper at the Paraíba's juridical culture build, knowing his active participation in the intellectual militarism, practice that searches the justice establishment, fundamental rights lien, foment and dissemination of democratic ideals. His participation was found in important moments at the educational setting, being involved with the fight of the Law College implantation, the University of Paraíba federalization and the elaboration and teaching of the 1st subject of Civil Law, corroborating to the juridical-educational form of Paraíba.

Key words: Education History. Life History. Teacher Profession, Memory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Capa do caderno dos apontamentos de Direito	43
FIGURA 2 - Conteúdo do caderno de apontamentos de Direito	44
FIGURA 3 - Fotografia do casal Mário Moacyr Porto e Giselda Salustino	48
FIGURA 4 - Envelope do documento enviado pelos militares ao professor Mário Porto	69
FIGURA 5 - Documento de destituição do cargo de reitor	69
FIGURA 6 - Museu Mineral Mário Moacyr Porto	89
FIGURA 7 - Notícia referente à associação da imagem do professor Mário Porto à Justiça em “A União”	91
FIGURA 8 - Fachada do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto.....	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Do surgimento da pesquisa ao encontro com o objeto	13
1.2 Nas trilhas da pesquisa	23
 2 HÁ UM TEMPO PARA JUNTAR PEDRAS E OUTRO PARA JOGÁ-LAS” – FORMAÇÃO DO PROFESSOR E JURISTA MÁRIO MOACYR PORTO NO ESPAÇO JURÍDICO PARAIBANO	40
2.1 “Uma casa de ensino” – A Faculdade do Recife	42
2.2 “Ninguém me deixou tão profundas marcas e exerceu tão poderosa influência do que minha mãe” – A história de vida do professor Mário Moacyr Porto	53
 3 “FOI UM GOLPE DESLEAL QUE ME CHOCOU” – PARADOXAL: UM REPRESENTANTE DA JUSTIÇA (MAGISTRADO) CONFRONTADO PELA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DITATORIAIS	62
 4 “A LENDA É SOB CERTOS PONTOS DE VISTA, MAIS VERDADEIRA QUE A HISTÓRIA” – MÁRIO MOACYR PORTO: HOMEM OU MITO?	81
4.1 As evidências nos lugares	89
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
 REFERÊNCIAS	97
 ANEXOS	103

1 INTRODUÇÃO

Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão *reconstruir* no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Neste esforço, exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias. (BOSI, 1994, p. 59).

É fundamental entendermos que não se revive o passado tal como ele é. Nessa passagem presente em seu livro “Memória e sociedade – lembranças de velhos”, Ecléa Bosi (1994) nos fala sobre a experiência da releitura e as intervenções do tempo nesse exercício de regressar ao velho na busca por novos significados. Exemplifica essa reconstrução do passado, ao fazer uso da imagem de um adulto que já na maturidade retorna à leitura de uma obra que havia lido ainda na juventude. Pensamos que ao reler essa obra antiga, o adulto reviverá os sentimentos envolvidos nas lembranças que ficaram da primeira leitura, e nos deparamos com uma situação diferente. O adulto passa a perceber outras passagens que antes não lhe interessavam e enxerga palavras que não havia lido na experiência anterior, bem como detalhes que não havia percebido começam a chamar sua atenção, de modo que, aos poucos, vai refletindo e ressignificando suas memórias.

Assim, senti-me desafiada a visitar minhas próprias memórias desejando encontrar nelas o motivo pelo qual escolhi trabalhar com histórias de vida, o que, particularmente, me deixa tão entusiasmada. Recordei-me que durante anos, convivi com relatos, com histórias de vida que costumeiramente perpassavam e se faziam presentes no seio de minha família. Filha de pastor evangélico, eu pude presenciar várias situações de pessoas que iam até minha casa contar suas histórias, suas alegrias e dores, realizações, sonhos e frustrações. Ouvir estas histórias passou a fazer parte da minha vida, da minha própria história, de minhas reflexões e construções.

Um interesse que nasce do senso comum e inteligivelmente se torna ciência, assim são as histórias de vida. A vida é como uma história, em que os acontecimentos do percurso individual são narrados como representações de versões sobre a história. A vida do sujeito registrada através do gênero biográfico está aberta à problematização, e nos autoriza partir das particularidades, vislumbrando caminhos inacessíveis aos documentos e à história oficial,

remetendo-nos ao que Dosse (2009) compreende através da escrita biográfica, ao dizer que esta “[...] oferece um acesso privilegiado para nos aproximarmos ao máximo da interioridade/ exterioridade, do singular/ geral, sendo, portanto o que mais lembra o ideal impossível da globalidade” (DOSSE, 2009, p. 344). Trata-se de perceber a sociedade em toda a sua diversidade, ao negar a homogeneidade das estruturas mentais, através do estudo das especificações pessoais na escrita das histórias de vida.

Foi nessa configuração que optamos por investigar a história de vida professoral de Mário Moacyr Porto. Destacamos, ainda, que o projeto que deu origem a esta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado por este, o que assegura o caráter ético da investigação e o reconhecimento de sua adequação aos postulados éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.

1.1 Do surgimento da pesquisa ao encontro com o objeto de estudo

Em 2007, iniciava minha formação no magistério, ingressando no curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. Ainda no início do curso, ao vivenciar as disciplinas História da Educação I e II, ministradas pela professora e atual orientadora Maria Elizete Guimarães Carvalho, tive meu primeiro encontro com os temas e leituras relacionados à História da Educação. No ano de 2009, na iniciação científica, participei do projeto intitulado “Formação de educadores do campo”, orientado pelas professoras Socorro Xavier e Ana Paula Romão, cujo objetivo estava relacionado com a necessidade de haver uma educação não apenas *para* o campo, mas uma educação *do* campo. Com o propósito de atingir o fim desejado pelo projeto, formando educadores do campo, fez-se necessário conhecer, sobretudo, os sujeitos do campo, figurando, assim, o primeiro contato com as histórias de vida destes sujeitos, e estas sendo vistas enquanto objeto de estudo.

Na ocasião, estive acompanhando em sala de aula as professoras Suelídia Maria Colaça e Maria Adailza Martins de Albuquerque. Ambas ministravam a disciplina Ensino de História para alunos do curso de Pedagogia do Campo oferecido pela própria Universidade Federal da Paraíba, através do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA). As leituras e produções acerca do ensino de História resultaram na escolha do tema e no desenvolvimento do meu trabalho de conclusão do curso da graduação, a monografia, cuja temática versava sobre Ensino local e o cotidiano: orientações para o Ensino Fundamental I, que buscou embasamento e se construiu a partir da História Cultural.

Posteriormente, ainda na perspectiva da História Cultural, foi se constituindo o projeto de pesquisa do mestrado, cuja preocupação inicial era delimitar o que Pinheiro (2011) denominou na História da educação de “tríade emblemática” da História nova, que seria a definição do objeto, do problema e da abordagem, utilizada a fim de focar ou interpretar algo.

Nesta perspectiva, o atual objeto de pesquisa, ou seja, a história de vida professoral de Mário Moacyr Porto se estabeleceu em um retorno a esse interesse pessoal (histórias de vida) e acadêmico (figura do professor, aspecto educacional relacionado à minha formação acadêmica no curso de Pedagogia), considerando, ainda, a experiência adquirida com trabalhos e estudos desenvolvidos com histórias de vida, a partir da História Cultural, ainda na graduação.

A opção pela história de vida do professor Mário Moacyr Porto foi acontecendo paulatinamente e marcada por fatos pontuais. Inicialmente, o que tínhamos pensado era desenvolvermos uma pesquisa com a história de vida de Anayde Beiriz. Ao fazermos um levantamento minucioso sobre as pesquisas que vinham sendo realizadas no Programa de Pós-graduação ao qual submetemos nosso projeto de pesquisa, percebemos já existirem muitas pesquisas em História da Educação que estudavam, sob vários ângulos, a história de vida desta personagem.

Corroborando a necessidade que surgira de trazer algo novo, a professora Maria Elizete Guimarães Carvalho sugeriu que pensássemos em outro personagem-professor que, através da sua história de vida, pudesse somar às pesquisas já desenvolvidas em História da Educação, na perspectiva que objetiva o Programa, qual seja, produzir estudos e pesquisas sobre as memórias e as Histórias da educação brasileira, tomando como principal “lócus” de discussão as experiências educacionais nordestinas e, mais particularmente, paraibanas.

Orientada neste sentido, e considerando estas diretrizes, busquei, por meio de leituras, um (a) professor (a) que nos possibilitasse, por meio de sua história de vida, extrair “lições” de temas atemporais sobre a História da educação do nosso Estado. Aproveitando que em 2014, ano de meu ingresso no mestrado, estava completando 50 anos do golpe militar de 1964, fato que marcava e nos fazia relembrar tal período, senti-me desafiada a desenvolver esta pesquisa olhando para a história de um sujeito que tivesse construído sua vida professoral em meio a uma realidade política e social tão complexa e difícil, haja vista os impactos sofridos naquela ocasião/situação pela educação do nosso país, diante do estabelecimento da ditadura militar.

Interessou-nos as correlações estabelecidas entre Ditadura Militar e o Ensino

Superior. Associando o interesse a experiências mais próximas a nós, buscamos compreender os reflexos/impactos do golpe militar na Universidade Federal da Paraíba. A figura do professor Mário Moacyr Porto se encontra na maioria dos textos e trabalhos que tratam desta temática, mas sempre com muito pouca ênfase. É comum encontrarmos o nome dele citado como o “reitor que foi destituído pelo golpe de 1964”, muito pouco além disso, o que nos despertou estranhamento, interesse e atenção. O principal e relevante motivo desta escolha se deu por ser ele um professor, o que possibilitaria o estabelecimento de reflexões em torno de saberes e práticas docentes, contemplando o cenário da educação. Igualmente, por se apresentar como um sujeito que representou um importante papel no cenário da história do magistério, em virtude da publicação e da disseminação de ideias voltadas a temas como democracia e direitos fundamentais, e ainda, pela sua postura profissional ter se destacado no contexto histórico, no qual estava inserido.

O primeiro indicativo de escolha do personagem diz respeito ao professor como centro de uma problemática de investigação, trazendo a vida dos professores, as biografias e (auto) biografias docentes e suas carreiras para o debate educacional (NÓVOA, 2007). Importa-nos, dentre outras questões relativas à formação docente, refletir sobre a história da profissão, as relações estabelecidas entre as práticas professorais e o contexto histórico do período, a saber, as questões políticas, econômicas e culturais. Ainda, revisitar os saberes educacionais desenvolvidos a partir da prática do professor Mário Moacyr Porto. Estas questões são importantes para a compreensão da História da Educação.

Este trabalho dissertativo faz parte de um considerável número de pesquisas que vem sendo desenvolvidas ao longo dos anos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba. Integra também uma série de orientações dirigidas pela professora doutora Maria Elizete Guimarães Carvalho¹, na Iniciação Científica através do PIBIC e projetos de monitoria, desenvolvendo estudos sobre histórias de vida professorais. Discussões realizadas pelo grupo de pesquisa “Memória, História e Educação”, coordenado pela professora Fabiana Sena, o qual fazemos parte, muito puderam contribuir para a compreensão das questões que envolvem a memória. Do mesmo modo, participar da disciplina Tópicos especiais em educação em Direitos Humanos I - Memórias da Educação e Direitos Humanos: do Dever e do Direito à Memória e à Verdade, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) pôde nos ajudar a compreender a memória como direito e como dever, configurando a importância da memória para o registro de

¹ Atualmente, coordena o projeto “Professora Maria Ruth de Sousa: uma trajetória docente em tempos de ditadura (1970-1985)”.

experiências educacionais, na problematização de uma pedagogia que norteia os estudos da memória voltada a educação em Direitos Humanos.

Para que possamos tomar conhecimento das produções a partir das histórias de vida professorais e/ou estudos desenvolvidos através do viés da memória, ainda que de modo simplificado, construímos uma tabela com títulos de algumas dissertações e teses que se encontram disponíveis para acesso na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do PPGE. A relação abaixo apresenta os títulos dos trabalhos defendidos nos anos 2014/2016, sendo estas as pesquisas desenvolvidas recentemente:

TABELA 1 – Trabalhos defendidos em 2014/2016

TÍTULOS	AUTOR (A)	ANO
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR”: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular	Gildivan das Neves	2014
HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE VIDA PROFESSORAL: Maria do Carmo de Miranda nas configurações do magistério (1960-1988)	Maria das Graças da Cruz	2014
ENTRE LINHA, BORDADOS E SABORES: memórias e histórias de Educadoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB (1960-1970)	Vanderléia Farias	2014
DO BULLYING AO CYBERBULLYING: história e memórias escolares (1993- 2011)	Silvânia da Silva	2015
MULHERES E FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE TIC: narrativas de experiências de inclusão, competências e empoderamento na UFPB virtual	Rita Cristiana Barbosa	2015
Educação, docência e memórias da professora Maria Bronzeado Machado (1940-1986).	Adriana Vilar dos Santos	2016
Memória de Alfabetizadoras do PBA (2003-2010)	Thayana Domingos Priscyla	2016
REMINISCÊNCIAS DA PROFESSORA CLEMILDE TORRES PEREIRA DA SILVA: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942- 2013)	Raquel do Nascimento	2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2015-2016.

Assim, percebemos que os estudos de histórias de vida e/ou memória apresenta um significativo número de investigações dentro do campo da História da Educação, o que demonstra que esta é uma temática que não está esquecida ou desacreditada pelo espaço e

pesquisadores acadêmicos.

Ao adotar a visão de Nóvoa (2007), percebemos que há uma imensa dificuldade em categorizar os estudos relativos às histórias de vida. Este é um impasse apresentado pelas abordagens biográficas, pois ao mesmo tempo em que é alvo de críticas ferrenhas por parte da psicologia, que a considera com pouca consistência metodológica, e, também, da sociologia, que não acredita ser esta uma abordagem capaz de captar as mudanças coletivas que causam transformação social, ela também é entendida como “um campo fértil em práticas e reflexões, uma abordagem multidisciplinar, capaz de ser enquadrada em diversos quadros conceituais e metodológicos” (NÓVOA, 2007, p. 19).

Assim, ao estudar a história de vida do professor Mário Moacyr Porto, procuramos perceber as relações sociais e políticas estabelecidas com seus pares e verificar se suas ideias trouxeram contribuição para a melhoria do processo educativo, para disseminação dos Direitos Humanos, bem como para o estabelecimento da democracia. Nesse intuito consideramos a ideia de identidade trazida por Nóvoa (2007, p. 16), para quem “Identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão”. Pensar na identidade profissional do professor consiste em repensar métodos que fazem parte da formação inicial e continuada dos docentes e, portanto, refletir sobre quais são os saberes necessários para a configuração desse profissional da educação.

As trajetórias de vida nos apresentam um grande potencial de pesquisa, entretanto, quando narramos os fatos como se eles existissem por si só, empobrecemos o objeto. A interpretação da relação estabelecida entre os acontecimentos é o que nos proporciona o exercício da reflexão e o transformar da nossa práxis. Quando compreendemos que, em nosso cotidiano, imbuídos do projeto ou na aprendizagem de “ser” humano, estamos o tempo todo, e em todo o tempo, sendo construídos e constituídos uns pelos outros, e ao mesmo tempo por aquilo que expressamos social e culturalmente, temos a real possibilidade de gerar, no presente, ações transformadoras nas diversas áreas de construção do humano, inclusive na sua educação formal.

Chizzotti (2006) entende histórias de vida como sendo a narração de experiências significativas, seja de um indivíduo ou de um grupo, em que o investigador colhe as informações oralmente ou por meio do uso da escrita, podendo também se valer de outras fontes, com o objetivo de enriquecer a pesquisa. O autor chama a atenção para as oscilações recorrentes do trabalho desenvolvido junto a seres humanos, justamente por considerar as subjetividades presentes nos discursos.

Antes de iniciarmos a discussão das questões que envolvem a temática deste trabalho, façamos uma breve introdução do que vem a ser o método biográfico e o lugar que ocupa em meio às pesquisas educacionais, tendo em vista que a abordagem biográfica surge como uma novidade entre os estudos na área da educação, pois rompe com os métodos tradicionais de se fazer pesquisa.

Desse modo, as pesquisas na perspectiva biográfica trazem consigo a particularidade da contraposição à objetividade, introduzindo, portanto, o aspecto subjetivo do objeto de estudo, neste caso, a vida do professor Mário Moacyr Porto. Há, portanto, uma valorização da subjetividade integrada ao objeto da ciência, no rompimento da dicotomia que se apresenta entre objetivo e subjetivo. Entendemos que só há discussão, só há produção de conhecimento, se houver a subjetividade, ainda que esta seja utilizada na análise de dados de conceitos objetivos.

Não se trata de uma discussão em que o subjetivo se opõe ao objetivo e vice-versa, mas de uma reflexão sobre as possibilidades que a ciência pode encontrar nos estudos, a partir da subjetividade em parceria com a objetividade. Pollak (1992, p.11) defende a ideia de que o pesquisador deve se valer de todas as técnicas disponíveis de pesquisa, a fim de enriquecer os resultados:

Digo, portanto que se nos proporcionarmos os meios e condições para construir cientificamente, com todas as técnicas das quais dispomos hoje em dia, temos condições de produzir um discurso realmente sensível à pluralidade das realidades. Temos uma possibilidade, não de objetividade, mas de objetivação, que leva em conta a pluralidade das realidades e dos atos.

No que se refere ao entrelaçamento da ciência com a subjetividade, Bacherlard (1994, p.15) faz a seguinte reflexão: “Cumpre-nos, pois, mostrar a luz recíproca que vai constantemente dos conhecimentos objetivos e sociais aos conhecimentos subjetivos e pessoais”. Cabe, portanto, ao pesquisador, contrabalançar aspectos objetivos, dentre os quais podemos considerar o contexto histórico, o espaço em que o personagem está inserido, o grupo social ao qual pertence; e aspectos subjetivos, nos quais se inserem as impressões pessoais em consonância com os fatos. As subjetividades podem ser encontradas através da escrita de histórias de vida registradas por meio das (auto) biografias.

Para Bueno (2002), há dois tipos de fontes para a realização da pesquisa biográfica. O pesquisador tem a possibilidade de se utilizar de fontes primárias que, neste caso, referem-se aos materiais recolhidos pelo próprio pesquisador, geralmente através de entrevistas junto

ao sujeito pesquisado ou junto às pessoas que formam sua rede de sociabilidade, e as fontes secundárias, que são os materiais biográficos, como fotografias, cartas, documentos oficiais, dentre outros.

Considera-se que a forma tradicional de se fazer pesquisa biográfica tem as fontes secundárias como seu “porto seguro”, pois se apresentam mais objetivas, portanto, mais claras para análise. Baseado nas ideias de Ferrarotti (1998), este método necessita ser renovado, e a condição para que isso aconteça está em se utilizar os discursos narrativos como fontes principais, “pois são os discursos narrativos que trazem e explicitam com toda a força a subjetividade do sujeito”. (BUENO, 2002, p.19). Daí deriva a riqueza do método da história oral, que oportuniza a tradução dos múltiplos significados contidos nas histórias de vida das pessoas.

Essas transformações exigidas pelo próprio esgotamento que se deu no campo da ciência fizeram com que a questão da subjetividade surgisse como um articulador de novas formulações teóricas e de novas propostas educacionais. (BUENO, 2002). Dessa maneira, podemos dizer que as investigações da subjetividade encontrada na reconstituição de histórias de vida de professores trazem consigo aspectos que contribuem para a formação reflexiva de novos docentes.

Assim sendo, é no intuito de contribuir com as investigações que a subjetividade vem sugerir, ao campo das pesquisas educacionais, uma nova maneira de ver e de se perceber a ciência. Segundo Drawin (2004), se entendemos que a História é um campo de tensão entre os limites do homem e as possibilidades que se apresentam para a ação humana, e se as relações são construídas historicamente, não podemos de maneira alguma perder de vista a dimensão da subjetividade.

No método biográfico, partimos da vida do indivíduo e, em seguida, caminhamos em direção à relação que este sujeito faz com as estruturas sociais presentes em suas experiências. No caso das histórias de vida professoral, compreende-se que o interesse primordial esteja intimamente ligado às suas experiências enquanto professor, suas carreiras e seus percursos profissionais. (NÓVOA, 1992 apud BUENO, 2002).

Esse interesse em estudar aspectos subjetivos presentes na vida de atores sociais não está presente apenas na área da educação, pelo contrário, deve-se às interpelações geradas nas ciências sociais, no propósito de gerar mudanças e rupturas em um sistema que até então vinha sendo estabelecido. Não obstante, esse movimento não aconteceu de maneira análoga, pois cada disciplina foi se adaptando ao modo e ao tempo em que foram surgindo suas

necessidades, em busca de novos problemas e de novas respostas. (BUENO, 2002). Consideramos, portanto, o seu caráter transdisciplinar.

Mas, como o método biográfico poderá ser utilizado a serviço do campo educacional? E que importância tem a pesquisa biográfica para a realização da ciência? Destacamos as proximidades existentes do campo da subjetividade na pesquisa com histórias de vida, com o objetivo de constituir uma rede de significados de ações dos homens, e a forma como estas ações interferem, interagem e se manifestam nas relações sociais da vida cotidiana. Buscar esta importante contribuição do método biográfico é, também, buscar na reconstituição da história de vida de Mário Moacyr Porto (ex-reitor e professor da Universidade Federal da Paraíba), as subjetividades presentes nos discursos narrativos (as entrevistas de história oral), neste caso, não o discurso do próprio pesquisado (*in memoriam*), mas de pessoas que com ele estiveram, seja nas relações pessoais ou profissionais. Caracteriza o nosso estudo também a utilização de fontes secundárias, como documentos, cartas, livros de sua autoria, dentre outros.

O termo reconstituição, aqui, refere-se à ideia de reescrever, reler, lançar nova luz a partir de um olhar que se faz no presente e se projeta nas marcas da subjetividade contidas no discurso, nas práticas, nas experiências vividas pelo indivíduo no seu tempo, mas com uma interpretação para além do seu tempo.

O que se pretende colocar em prática é este novo olhar sobre a pesquisa educacional, tendo como eixo-central a História da Educação, que perpassará toda a trajetória de escrita desta história de vida professoral. Será mais um artifício que poderá ser somado às pesquisas para o enriquecimento em direção a um maior esclarecimento de contexto da época, pois estudar vida professoral nos permite fazer esta relação entre o indivíduo e o seu tempo.

Assim, a produção das subjetividades se dá a partir da fusão dos sujeitos, em suas múltiplas facetas, baseando-se nas práticas presentes em cada tempo histórico e contando com as heterogeneidades que compõem este cenário. O interessante é entender que a formação dos sujeitos se dá por meio de crenças, valores e costumes do espaço e do tempo em que estes indivíduos estão inseridos, e vice-versa. Assim, a cultura, no sentido atribuído àquilo que nos é comum, partilhado, constitui-se, também, de práticas semelhantes, comuns aos indivíduos, em sua singularidade. (EWALD; SOARES, 2007). Essas experiências comuns, compartilhadas e contadas aos indivíduos em seu coletivo, são o que chamamos de memória coletiva.

Halbwachs (2006) nos alerta para os limites estabelecidos pela memória individual e pela memória coletiva. Para ele, a memória individual é sempre coletiva uma vez que

entendemos “que jamais estamos sós”. (HALBWACHS, 2006, p. 30). Uma lembrança sobre o mesmo acontecimento por diversas pessoas nem sempre é descrita da mesma maneira. Isso acontece porque registramos os fatos de acordo com as nossas experiências individuais, formadas a partir de experiências coletivas vivenciadas em outros espaços e tempos, os quais constituem essa seleção de significados, fazendo com que o mesmo episódio apresente valores diferentes.

Há também uma grande relação entre a formação da identidade pessoal e a subjetividade. Ensina-nos Boaventura, (1994, apud EWALD; SOARES, 2007, p.20) que “o primeiro nome moderno da identidade é a subjetividade”. A subjetividade encontra-se por trás dos processos de formação das identidades, sejam elas pessoais ou coletivas. A noção do que é subjetivo no homem é fundamental para a compreensão e a definição da identidade, onde a subjetividade corresponde às experiências, o que a define como sendo um fundamento da identidade.

Isto é o que defende Ferrarotti (1988), ao apresentar o método biográfico como sendo um possível mediador entre as ações e as estruturas, entre a história dita individual, e a história social. O autor esclarece ainda sobre o método, que, correspondendo às expectativas para se conhecer melhor a vida cotidiana, faz entender ser um erro levantar hipóteses definidas e simplesmente quantificar o seu produto, prática muito frequente entre os pesquisadores que trabalham com a escrita de histórias de vida, desconsiderando as rupturas e permanências existentes no decorrer das experiências.

Esta relação entre a chamada história social e individual não é entendida por Ferrarotti (1998, apud BUENO, 2002) como uma história linear, nem tampouco mecânica, tendo o indivíduo como ser ativo neste processo em que as apropriações que ele faz de mundo são traduzidas em práticas que trazem consigo toda a subjetividade do sujeito, podendo, assim, ser considerado um sujeito histórico neste universo social no qual estamos inseridos. Ora, uma vez que se evoca a memória para que possa ser feito o registro escrito das histórias de vida por meio das narrativas orais, isso implica em saber lidar com as subjetividades presentes no método biográfico, uma difícil tarefa a ser realizada.

Podemos, então, dizer que as ideias estabelecidas no processo de construção desse trabalho dissertativo tiveram, como linha de raciocínio, percepções sobre as possíveis maneiras de se fazer da subjetividade um objeto que se permite ser explorado como campo da ciência. Os autores utilizados para alicerçar essas ideias possibilitam compreendermos não só

o método biográfico e as histórias de vida, como também de que maneira essa nova forma de se fazer pesquisa² pode trazer benefícios ao campo histórico - educacional.

Adotamos a pesquisa qualitativa, de modo que os dados coletados, uma vez analisados, possam contribuir significativamente para a construção de uma práxis docente mais abrangente e comprometida com o humano, não abrindo mão, entretanto, do rigor e da objetividade, aspectos necessários e essenciais à pesquisa, ainda que a história oral, metodologia proposta por esse trabalho, esteja intimamente ligada às subjetividades dos sujeitos.

Algumas ideias podem ser destacadas com intuito de pontuarmos mais didaticamente o importante conhecimento produzido por meio deste trabalho:

1. *A subjetividade encontra o seu espaço na ciência*, ainda que muito recentemente, tem sido campo de pesquisa explorado por muitos pesquisadores. O campo da ciência que focalizava somente os dados objetivos encontrava-se estático, devido à ineficácia apresentada pelo desgaste das argumentações, que já não tinham força. Diante disso, a subjetividade foi vista como um novo artifício, que traria novos significados à ciência. Isso indica, por parte dos pesquisadores, não só uma busca por novos métodos, mas um novo modo de se pensar ciência.
2. *A subjetividade presente na constituição das histórias de vida professoral* tem em vista a necessidade de ir além do que está posto, para uma reconstituição da história de vida professoral, realçando o aspecto subjetivo do professor. Aqui, é considerada a formação da identidade do professor para a carreira profissional docente. Isso possibilita uma visão mais ampla do professor e da sua formação enquanto profissional da educação.
3. *A subjetividade presente na formação da identidade individual e coletiva*, em que consideramos ser a subjetividade um fundamento da formação da identidade. É um processo onde identidade individual e coletiva interagem, de maneira que a

²A pesquisa biográfica é antiga. Já na Grécia antiga, encontramos registros de relatos de vida. No entanto, em geral, o interesse pelos documentos biográficos só ocorre a partir da década de 80 em meio a novas propostas investigativas oriundas da historiografia francesa, em oposição à tradição de predominância do aspecto político nas pesquisas em História. Sendo assim, o método biográfico surge como uma nova abordagem, utilizado dentro dos limites do trabalho do historiador, com métodos e técnicas específicas da historiografia.

constituição do que eu sou e o que o mundo representa para mim sofrem, constantemente, num processo de permanências e mudanças.

O desejo pela busca das subjetividades que se encontram nas histórias de vida, nas lembranças e nos esquecimentos, nas experiências do cotidiano humano que nos fazem refletir sobre o nosso fazer e, assim, dar sentido às ações, foi o guia norteador deste encontro com o objeto. Assim, a pesquisa se configura em buscar perceber, na trajetória pessoal/profissional do professor Mário Moacyr Porto, aspectos que nos possibilitaram uma reflexão sobre a docência. Portanto, a história oral propiciará o desvelar de uma história baseada nos construtos da memória.

1.2 Nas trilhas da pesquisa

Novas tendências e modalidades de escrita da História nos últimos anos têm mudado nossa forma de vê-la e percebê-la. Isto porque muitos historiadores se tornaram adeptos da História Cultural. O deslocamento de interesses de histórias que vão além de documentos e registros escritos, para uma história que surge como ponto de tensão à história dita tradicional, fez com que pesquisadores optassem pela pesquisa com novas perspectivas metodológicas, temáticas e problematizadoras.

Um movimento de renovação dos estudos históricos foi apresentado pela Revista dos Annales, a partir de 1929, na intenção de responder às inquietações existentes na historiografia. Os Annales foram, ao longo do tempo, se reconstruindo, se reformulando, haja vista a necessidade de responder às demandas que iam surgindo, em um movimento resultante das transformações do próprio tempo, respondendo às necessidades emergentes da sociedade em reestabelecer o elo que une passado e presente, num esforço dado por seus fundadores. Assim, se reformulava: “Num clima novo, com fórmulas novas. E com um novo título” – A Nova História Cultural. (FEBVRE, 2011, p. 75).

Alguns historiadores se destacaram utilizando essa tendência em seus escritos. “Em nome de uma história total, uma nova geração de historiadores passou a questionar a hegemonia da História Política”. (BURKE, 1997, p. 11-12). Vale ressaltar que para a evolução da também chamada “Nova História”, contamos com a participação de vários outros

profissionais de áreas distintas, como a filosofia, sociologia, psicologia, dentre outras ciências.

À procura de somar com as várias pesquisas existentes no campo da História Cultural, é que este trabalho valorizou, sobretudo, as experiências particulares, como instrumento no exercício de compreender as histórias da coletividade, contemplando, assim, essa nova forma de se fazer pesquisa e de se escrever a História. Trata-se de trazer à tona fatos que “interessam a coletividade, os quais a memória coletiva deve guardar.” (GOMES, 2011, p. 30), e que nos ajudam a reconstituir a História da Educação paraibana. Estarmos atentos para o lugar que o pesquisador ocupa na construção dessa história é imprescindível para que tenhamos um resultado eficiente na compreensão do passado e que se busque esta compreensão a partir do presente. Desenvolvendo estudos sobre a escrita da História, Certeau (2008, p.37) nos traz a seguinte reflexão:

Assim, fundada sobre o corte entre passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes vida.

Um dos fundadores da Escola dos Annales, o historiador francês Marc Bloch (2001) concebia a História não sendo apenas uma ciência do passado, mas:

[...] de questões do presente que nos instigam ao estudo do passado e do passado que pode nos ajudar a compreender (não solucionar) inquietações que temos no presente. Isto é, questões que nos mobilizam hoje sobre qualquer período da história – por sua singularidade, diferença, seus resultados, suas permanências, mudanças ou aparente novidade – são o ponto de partida para a busca histórica. (BERTUCCI, 2010, p. 18).

Bloch questionava o movimento dos Annales ao negar o papel dos indivíduos na História, afastando-se das ações individuais e coletivas exercidas pelas pessoas e seus grupos, considerando ser uma forma errônea de se interpretar a História. Afirmações como esta, descritas na citação acima, legitimam a ideia da escrita da História como “construções do passado”, tendo a subjetividade como campo dentro do domínio da História oral. Entretanto, nem sempre essa subjetividade é vista como saber científico.

Verena Alberti (2004) defende que a História oral é um meio aceitável para que estes “fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis”, capazes de desenhar aspectos da realidade que possam dar suporte a esta compreensão do passado, contudo, não se pode ignorar que as

narrativas em História oral trazem consigo uma imensa força narrativa, o que não significa que a história contada seja uma mera ficção. É o que a autora ressalta como “a arte de saber ouvir e contar”. Nesse contexto, surge, então, o interesse dos historiadores pela memória, que foi em grande medida inspirado pela historiografia francesa, sobretudo a “História das mentalidades coletivas”. (CHAUVEAU; TÊTARD, 1999, p. 12).

Podemos dizer que Maurice Halbwachs foi o precursor de estudos em torno da memória, nesta visão/compreensão atual do conceito, quando, em 1925, inicia inúmeras pesquisas que tratavam de memória coletiva. O resultado de suas reflexões acerca desta temática pode atestar que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que essas lembranças sempre estavam de acordo com valores em comum e fatos que interessavam a determinados grupos e não a outros. (HALBWACHS, 1990).

Aqui, a memória não corresponde somente a lembranças de fatos ocorridos no passado, contudo, refere-se a uma intensa relação entre passado e presente. Neste sentido, a Nova História favorece a possibilidade de compreensão de que depoimentos, independentemente do seu caráter verossímil, podem ser vistos como fonte adicional à pesquisa. A própria memória coletiva vem se tornando cada vez mais objeto de estudo: ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensões, como uma dimensão da História e como uma história própria que pode ser estudada e explorada:

É com a História cultural que a pretensão da História de anexar a memória à esfera da cultura atinge o seu auge. Da memória como matriz da História passamos à memória como objeto da História. Com o desenvolvimento do que chamamos a História das mentalidades – embora este termo esteja atualmente mais ou menos desacreditado – essa inserção da História entre outros fenômenos culturais que podemos chamar representações, está, em princípio, legitimada. Ela pode até revelar-se útil no interesse da autocrítica da memória, sobretudo ao nível da memória coletiva. (RICOEUR, 2007, p.47).

Assim, visto que a memória coletiva se apresenta em seu caráter seletivo, entendemos que um fato não é memorizado da mesma forma pelos indivíduos, tendo em vista os espaços e tempos vividos por eles. Logo, pensamos que se faz necessário que estas memórias sejam registradas e divulgadas pela História, para que ao longo do tempo não sejam esquecidas.

Para tanto, ressaltamos o registro por meio da escrita, das Histórias de vida, como artifício dessa preservação da memória individual, que constitui a memória coletiva em seu conjunto. A biografia do professor Mário Moacyr Porto, privilegiando sobremaneira sua

trajetória no magistério, configura a escrita da história de vida professoral e nos traz reflexões acerca de um movimento dentro do campo da educação, o de “investigação – reflexão”, muito utilizado na perspectiva da formação de professores. Estudar vida professoral nos permite fazer uma relação entre o indivíduo e seu tempo. Para isso, utilizaremos a memória como matéria-prima da História (LE GOFF, 2012). Assim, poderemos reconstruir aspectos da trajetória histórica da educação paraibana, pela maneira como os sujeitos atuaram na história, sabendo que “Os homens cujas ações os historiadores estudam não foram indivíduos agindo no vácuo: eles agiram no contexto e sob o estímulo de uma sociedade passada”. (CARR, 1982, p. 71).

“Resistência e luta contra o arbítrio”, assim são representados em alguns fragmentos que compõem sua biografia, traços que os biógrafos consideravam marcantes na personalidade do professor Mário Moacyr Porto. Jurista, presidiu por duas vezes o Tribunal de Justiça da Paraíba, advogado e magistrado, é também um dos fundadores da Faculdade de Direito da Paraíba, no ano de 1949, e um dos primeiros docentes da instituição. Pelo reconhecimento ao seu destaque na profissão, recebeu o convite, através do então governador José Américo de Almeida, para assumir o cargo de reitor da Universidade da Paraíba, que anos postulares haveria de ser federalizada, ainda em seu mandato.³

No período em que exercia diversas atividades no campo do Direito, concomitantemente junto ao magistério, o professor Mário Moacyr Porto escrevia artigos para variados jornais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Os títulos anunciados no quadro abaixo foram os de artigos que utilizamos como fonte de pesquisa, e que fazem parte do acervo pessoal da família. É possível que nem todos os artigos publicados estejam presentes nesta listagem, porém, consideramos serem suficientes para que se possam elucidar aspectos de sua trajetória de professor/intelectual. Ao catalogarmos estes arquivos⁴, chamounos a atenção à variedade de suas temáticas, bem como a abrangência (três Estados) de seus escritos. Também observamos a grande quantidade de artigos publicados pelos jornais de Natal – Rio Grande do Norte.

³ Nos anexos, encontra-se a cópia do *curriculum vitae* do professor Mário Moacyr Porto, com assinatura de próprio punho, com data do dia 28 de março de 1996. O documento foi cedido por familiares, por ocasião das entrevistas.

⁴ Estes artigos foram organizados pela esposa do professor Mário Moacyr Porto, ao longo de sua trajetória de vida, e guardados em arquivo pessoal conforme data de publicação. Foram cedidos por familiares a pesquisadora, tornando-se fonte na composição do corpus desta pesquisa. Portanto, ao longo desta dissertação, os leitores poderão observar a citação destes artigos *sem página*, considerando que não tivemos acesso ao número de paginação, tendo em sua maioria sido publicados em jornais.

TABELA 2 – Artigos de Mário Moacyr Porto publicados em jornais

“O POTI”	
Jornal natalense de publicação dominical que fazia parte dos Diários Associados	
O Nordeste e a Constituinte	s/d
“O mundo de hoje estala pelas costuras”	20/08/1967
Mário Moacyr Porto: Um Mestre Em Natal	
Niton	19/05/1974
Divórcio é um imperativo e atende à hora presente	08/05/1977
Plágios, pastiches e influências	12/10/1980
A Lei do Solo, socialismo manqué ou intervencionismo autoritário	15/05/1983
O Direito de Preempção da “Lei do Solo”. Socialismo Faisander	29/05/1983
Poetas da Paraíba e do Rio Grande do Norte	12/06/1983
A história, essa mentira contada pelo vencedor	01/06/1986
Porque não somos donos do que é nosso	06/07/1986
Tradução rima com traição	20/07/1986
Notas avulsas	03/08/1986
Corrupção	24/08/1986
O art.159 do Código Civil	31/08/1986
Escrever. Por quê?	21/09/1986
A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	28/09/1986
As súmulas do Supremo Tribunal Federal	05/10/1986
Coisas da vida	02/11/1986
Eutanásia	07/12/1986
O Nordeste como região administrativa autônoma	22/02/1987
Federalismo regional versus indústria das secas	01/03/1987
Institucionalidade Por Omissão e Mandado de Injunção	10/06/1990
“TRIBUNA DO NORTE”	
A Igreja e as seitas	s/d
Mário Porto denuncia Código de Mineração o dedo multinacional	02/03/1980
Juarez da Gama Batista	15/02/1981
Educação e desenvolvimento	03/06/1981
Gilberto Avelino, o poeta do mar.	18/10/1981
Miguel Seabra Fagundes	15/11/1981
Problema Político	06/12/1981
Reflexões	10/01/1982
Confissões de um Advogado	07/02/1982
Pedro e Walter	22/08/1982
Sonância	28/11/1982
O Poder Judiciário em dois tempos	09/01/1983
A Lei brasileira do divórcio	23/01/1983
Plágios e Pastiches	01/05/1983
Um singular comportamento dos litigantes e seus advogados	03/04/1984
Psiquiatria e Direito	15/07/1984
Uma tradução (livre) de Géraldy	01/03/1987
Cecília Meireles	09/07/1989
A greve e os serviços essenciais	16/07/1989
Uma Lição do Eclesiastes	

Juizado de pequenas causas II	13/08/1989
A Escola Doméstica	03/09/1989
Literatura paraibana – Equívoco ou realidade?	26/11/1989
Ao Vencedor, as Batatas	03/12/1989
Nordeste Antes e Depois da Constituição	31/12/1989
Minhas alheias memórias	14/01/1990
Reflexões	28/01/1990
Questões de Direito Econômico	04/02/1990
Privatização de empresas e licitações na administração pública	
As Universidades do Nordeste e o desenvolvimento regional	18/02/1990
Industrialização da Scheelita para fomentar economia do RN	25/03/1990
A Minha Mãe	20/05/1990
Um amigo é um irmão que a gente escolhe	15/07/1990
Direito e Medicina	23/09/1990
Medidas provisórias	17/03/1991
Ainda sobre “Medidas Provisórias”	24/03/1991
Livros e revistas antigos e raros	04/04/1991
Poetas de língua francesa	14/04/1991
Sugestões para o “estatuto” do Nordeste	21/04/1991
Recordar é renascer	26/05/1991
O Nordeste que poderia ser, mas que não é	02/06/1991
O mundo real das aparências	23/06/1991
Reflexões	14/07/1991
Reflexões	11/08/1991
Do eterno e do efêmero	08/09/1991
XIX Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito	03/11/1991
O Nordeste. Problema político?	17/11/1991
O Nordeste e a classe política	24/11/1991
Reflexões alheias	08/12/1991
O século das grandes decisões	12/01/1992
Menores carentes e abandonados	26/01/1992
Um caso interessante e raro de responsabilidade civil	02/02/1992
Grandezas e baixarias do poder	23/02/1992
O ensino jurídico	08/03/1992
“Estórias” do meu arquivo	19/04/1992
A grande conquista	07/06/1992
O presente é um passado virtual	14/06/1992
Juizado das pequenas causas III	28/06/1992
Dos poderes e limitações da Comissão Parlamentar de Inquérito – “affaire” Collor	26/07/1992
País dos feriados e dias santos	25/10/1992
Violência e corrupção	17/01/1993
Separatismo ou federalismo regional?	07/03/1993
A Classe Dominante	04/04/1993
Mário Moacir Porto pede apoio aos políticos pelo federalismo	26/11/1993
O centenário de nascimento de Palmyra Wanderley	04/12/1994
Está vaga cadeira de Seabra Fagundes	05/05/1996
De Mário M. Porto à Seabra Fagundes	06/05/1996

O Nordeste e o Neoliberalismo do Presidente	11/08/1996
A “Sabatina” do desembargador Mário Moacyr Porto	09/1996
“O NORTE”	
Senso crítico	03/07/1981
O meu amigo Aurélio	18/07/1981
As universidades regionais e o desenvolvimento do Nordeste	20/04/1996
O lírico e o dramático na linguagem jurídica	27/04/1996
Maquiavel e o Nordeste	13/06/1996
O concubinato e a súmula 35, do STF	05/09/1996
Escrever. Por quê?	08/10/1996
Universidade do Nordeste e o desenvolvimento	10/11/1996
O endividamento externo do Brasil	15/12/1996
“DIÁRIO DE NATAL”	
Complô contra mineradores	20/03/1980
“CORREIO DA PARAÍBA”	
Mandado de segurança	07/02/1965
Uma opção para o Nordeste: o federalismo regional	24/04/1994
Reflexões	05/07/1994
Reflexões	24/07/1994
Reflexões IV	07/08/1994
A igreja de ontem e de hoje	22/01/ 1995
Algumas notas sobre a Constituição do Estado	25/04/1995
A arte de chegar aos 90	10/09/1995
O NE e o neoliberalismo de FHC	23/07/1996
“DIÁRIO DE PERNAMBUCO”	
Reflexões	23/09/1973
“JORNAL DA PARAÍBA”	
Coisas de não esquecer	15/05/1997

Fonte: Arquivos da pesquisa, 2015-2016.

O expressivo número de escritos publicados pelo professor Mário Moacyr Porto ganha corpo através de diversos gêneros literários, como crônicas “coisas de não esquecer”, “a minha mãe”, “a arte de chegar aos 90”, entre outros; poesias, reflexões e artigos. Em sua maioria, o professor se valia de momentos de seu cotidiano para compor o pano de fundo das discussões propostas por ele em seus textos. A preocupação com as questões referentes ao Nordeste exercia predominância, haja vista seu objetivo de chamar a atenção das autoridades responsáveis e do “povo de nossa terra” para possibilidades de melhor administração e desenvolvimento do Nordeste, através da imprensa nacional.

Há muitos anos que obstinadamente escrevo sobre o Nordeste. Sobre os seus problemas seculares, a miséria em que se debate sua população, a espoliação das suas riquezas, a falsa imagem da inaptidão da sua gente, o colonialismo interno que impede o nosso desenvolvimento, a corrupção imperante, o equívoco ou má fé de atribuir-se às secas a razão maior do nosso atraso, a alienação das nossas Universidades em relação à problemática da região, a desinformação do seu povo a respeito das causas reais da sua penúria, etc. (PORTO, 1989, s/p).

Assim, podemos notar que as produções do professor Mário Moacyr Porto sobre o Nordeste intensificam-se a partir da década de 1980 e o seu conteúdo é reflexo do que a sociedade da época estava vivenciando. Este é, sem dúvida, um período significativo para a história do Brasil: a reabertura democrática de um país que viveu sob a direção das forças antidemocratas em regime ditatorial (1964-1985). “Enquanto se discutia na Assembleia Nacional Constituinte a Carta que entrou em vigor a 05 de outubro de 1988, escrevi vários artigos na imprensa de Natal e de João Pessoa sobre o que nós, nordestinos deveríamos pleitear em nosso favor” (PORTO, 1989, s/p). Esta é uma demonstração de que a Paraíba não se encontrava alheia aos desdobramentos políticos, econômicos, culturais e educacionais no âmbito nacional, apesar de ser veiculada como um “peso morto” dentre as regiões.

O que propunha o professor Mário Porto, mais uma vez, estava relacionado aos direitos dos cidadãos.

Agora a sugestão é óbvia: Todas as pessoas de boa vontade e, notadamente, as que exercem uma parcela de influência na comunidade nordestina, reúnam-se e realizem um verdadeiro “tour de force” para que venhamos realizar de fato o que já temos de direito. A Ordem dos Advogados, a Igreja, os Sindicatos, as associações de classe, os governadores, os congressistas, as Universidades, os jornalistas, e quem mais quiser juntar-se ao movimento reivindicatório, estribados na Constituição federal, assumam a condução do movimento. A hora e a vez do movimento chegaram (PORTO, 1989, s/p).

Entendia que a Constituição de 1988 apresentava em seu artigo 43 (que autoriza a União a criar regiões, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais) uma abertura em favorecimento da região Nordeste. Percebia como solução uma lei complementar, que garantiria o direito de que as riquezas do Nordeste permanecessem no Nordeste, indo de encontro à prática estabelecida da centralização de renda nas mãos de poucos, e estes poucos se concentravam no Sudeste do Brasil.

Também via muita potencialidade nas universidades do Nordeste, não obstante, lamentava que as universidades ainda não fossem donas de uma consciência que priorizasse sua verdadeira missão – “a de abandonar a posição de falsa neutralidade e envolver-se com pesquisas que definam diretrizes a serem seguidas; diretrizes que consultem os interesses

populares e que não sejam alienadas, respondendo aos desafios da nossa realidade natural-social” (PORTO, 1996, s/p).

Observamos também que elementos autobiográficos podem ser destacados em grande parte das publicações realizadas pelo professor, visto, assim, como uma maneira de externar sua opinião de acordo com sua atividade profissional e sua posição social. No artigo “Universidade do Nordeste e o desenvolvimento” encontramos um exemplo: “Fui professor, diretor de Faculdade e reitor da Universidade. Por isso, não é fácil “desencarnar” o espírito universitário que há em mim, desligar-me de atividades e problemas que, por muitos anos, foram, a bem dizer, a razão de ser da minha vida profissional” (PORTO, O Norte, 1996).

Esses elementos autobiográficos presentes nos relatos dos professores, para Catani e Silva (2009, p.5) têm uma função específica:

No caso específico da docência, os relatos autobiográficos muitas vezes proporcionam uma oportunidade para externar a indignação contra as condições adversas aos quais são submetidos para exercer a profissão e denunciar os abusos dos superiores hierárquicos, bem como a falta de apoio para solucionar os problemas enfrentados em sala de aula e, por outro lado, permitem descrever – com grande satisfação – os encontros com ex-alunos, o reconhecimento da comunidade onde lecionam, as formas encontradas para superar os obstáculos com os quais se deparam e as inovações colocadas em práticas e que tiveram êxito.

Vejamos, ainda, o caso de outro artigo escrito pelo professor Mário Moacyr Porto, “O ensino jurídico”, para a *Tribuna do Norte* em 1992, como instrumento de denúncia da situação em que se encontrava o ensino jurídico no Brasil decorrente das reformas do ensino universitário introduzidas pelo golpe militar.

Não temos dúvida em afirmar que a decadência do ensino jurídico no país, começou com as “reformas” introduzidas no ensino universitário, pelos eminentes pedagogos do levante militar de 1964. A chamada reforma Passarinho, de inspiração política (e escrevemos política no pior sentido), extinguiu as Faculdades de Direito, determinando que os Cursos Jurídicos ficassem filiados a um “Centro de Ciências Sociais Aplicadas”, no qual se misturaram professores e alunos de diferentes cursos, em uma “melé” sintomática. A intenção era proibir que alunos de um mesmo curso, reunidos em um mesmo estabelecimento de ensino, se transformassem em focos de perigosa subversão, pondo em risco à segurança da pátria. A ordem era, portanto, dispersar, separar, isolar, proibindo-se os chamados “colegas de turma”, e o “Centrão” desempenhou essa função a mil maravilhas (PORTO, 1992, s/p).

Na citação acima, o professor Mário Moacyr Porto faz referência a situação do ensino superior no período ditatorial, relacionando-a Reforma Universitária de 1968, que tinha como objetivo a modernização e expansão das instituições públicas, tendo como foco as universidades federais. A Reforma causou efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro, pois ainda que tenha contribuído positivamente, incorporando mudanças que facilitaram a articulação entre o ensino e a pesquisa, instituindo a carreira acadêmica, e permitindo o ingresso e o progresso do professor conforme titulação acadêmica, dentre outras transformações, também permitiu que a banalização do ensino fosse crescente, uma vez que ampliou o espaço para o ensino privado superior, permitindo que estudantes se tornassem clientela da oferta mercantil educacional.

Implica dizer que, a partir desses relatos orais/memória como o apresentado pelo professor Mário Porto sobre a Reforma de 1968, podemos compreender como se organizavam a educação e seus sujeitos. Assim, as autobiografias são também “resíduos” de uma ação do passado, narrada sob o ponto de vista de uma só pessoa, que tem por objetivo “instruir os leitores e impingir-lhes uma visão especial dos acontecimentos” (ALBERTI, 2004, p.34).

Embora nossa pesquisa privilegie a história de vida professoral, apontamos para a relevância de se trazer elementos que suscitem reflexões na área dos Direitos Humanos, considerando a identificação do tema com os fazeres e escritos do biografado em seu contexto, o período ditatorial, marcado por inúmeras violações aos direitos fundamentais, e a responsabilidade jurídica que ele tanto assumia na promoção desses direitos.

Dentre outras temáticas já apresentadas, a produção intelectual do professor Mário Moacyr Porto apontava para causas em que “a lei não finda em si mesma, mas em sua aplicação e por acreditar que por meio do cumprimento das leis é que poderemos gozar da democracia”. Dessa maneira, o Direito é compreendido como expressão do humano, o que realça a dignidade humana como fundamento presente na emergência do pensamento moderno. (MAUÉS, 2007).

O recorte histórico desta pesquisa tem início em 1950, ano em que o professor Mário Porto começa a se destacar em suas atividades profissionais, dedicando-se, dentre muitas atividades, ao magistério. Em 1964, foi destituído de seu cargo, resultado de medidas adotadas pelo Estado militar por tomada de poder, deixando, assim, sua função de reitor da Universidade da Paraíba. Em 1966, assume em Natal a função de professor de Direito Civil e de Direito Internacional na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Logo após três anos, solicita sua aposentadoria, definindo-se o ano de 1969 como a data final do nosso recorte.

Dessa feita, respeitando os limites do recorte histórico da pesquisa, problematizamos quais foram as contribuições do professor Mário Moacyr Porto para o reconhecimento da cidadania dos discentes do curso de Direito da Faculdade de Direito da Paraíba, a maneira como compreendia a democracia e como esse conceito se revelou em seus escritos e discursos proferidos. E, ainda, revisitamos uma história de vida marcada pelo prestígio e reconhecimento do trabalho em várias esferas da sociedade, a despeito do atraso dos seus projetos profissionais ocasionado pela ditadura, quando a democracia perdeu espaço para o autoritarismo.

Também fizemos uso de trechos contidos em suas biografias, tanto a partir da obra “A presença de Mário Moacyr Porto” de Maria José Teixeira Lopes Gomes (2011) quanto por meio do estudo da narrativa de vida de “Mário Moacyr Porto, magistrado e humanista de nosso tempo” de Gileno Guanabara (2000), ambos analisados à luz do contexto da educação paraibana nos anos 1960, período em que participou do movimento em prol de mudanças efetivas no plano político-educacional do Estado, trazendo novos conceitos ao campo do Direito, que, apesar de terem sido pensados e difundidos anos atrás, continuam sendo utilizados e apreendidos ainda nos dias atuais.

No presente, o professor Mário Moacyr Porto é bastante lembrado e citado em estudos e trabalhos, inclusive acadêmicos na área do Direito, ao aproximar, em seus estudos, o Direito, a pintura, a música e a poesia. A relação que o professor estabelece entre a arte e o Direito resultou na escrita de um artigo “A estética do Direito” – “muito utilizado em instituições de ensino superior na França”, segundo informação em conversa informal⁵ com Demétrio Neto, bisneto do professor Mário Porto.

Neste trabalho, o professor faz referência ao papel a ser desempenhado pelo juiz, sugerindo que este seja um profissional partícipe atuante, por entender que as resoluções dos casos a serem realizadas, sobretudo, a partir da justiça, só serão concretizadas quando o juiz entender, de maneira prática, os conflitos e os sofrimentos do seu próximo. Assim como um artista, o estudo e a experiência são aperfeiçoadores do exercício profissional da magistratura.

Sensível aos problemas humanos, o professor Mário Moacyr Porto procurou perceber as relações humanas como ferramenta de aprendizagem e de melhoria para suas ações. Intelectual paraibano e humanista reconhecia a democracia como foco fundamental da política pluralista. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, prestou serviço como desembargador, em diversas cidades do interior Paraibano e Norte Rio-Grandense.

⁵ Conversa ocorrida em 06 de janeiro de 2016 por telefonema.

Em 1960, tornou-se reitor da Universidade Federal da Paraíba, o que na época o tornava uma figura pública e um formador de opiniões, justificando sua presença constante na imprensa. Recebeu por relevante atuação como jurista e professor da Faculdade de Direito (hoje Universidade Federal da Paraíba), da qual foi titular da cadeira de Direito Civil – I, a “Medalha Mário Moacyr Porto”.

Foi um professor que trouxe sua contribuição para a formação dos discentes do curso de Direito, no intuito de promover e assegurar a aplicação das leis e da justiça, baseado em valores relacionados à dignidade humana. Foi autor de diversos livros, dos quais podemos destacar “Ação de Responsabilidade Civil e Outros estudos” (1966), lançado pela Editora Revista SOS Tribunais, “Dano moral” (1943) e “A fome e seus paliativos” (1955). Em sua produção também constam artigos, como “Arte e estética: Arte e retórica em Mário Moacyr Porto”, os quais também ficaram conhecidos e são usados por diversos profissionais do Direito.

Considera-se que o campo jurídico não é somente um espaço de discussão sobre as leis vigentes que se estabelecem, mas um espaço propício para se refletir o cotidiano de determinados grupos sociais. Portanto, procuramos entender se, e de que modo, as ideias, pensamentos e ações desse personagem da História influenciaram a educação e a sociedade civil atuante da época.

A coleta e seleção das fontes foram se constituindo conforme fomos desvendando informações a respeito do personagem em questão, juntamente com a busca pelas literaturas necessárias para o embasamento da pesquisa. Koselleck (2006) escreve a respeito desse retorno ao passado e nos orienta sobre o papel do historiador ao se referir ao tratamento dessas fontes:

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da História que desejo apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem, ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir destes vestígios. (KOSELLECK, 2006, p. 305).

Ainda a respeito das fontes, Thompson (1992) caracteriza o conhecimento histórico como incompleto, limitado e seletivo, mas considera que nem por isso se apresenta como um

conhecimento inverídico, porém verdadeiro se este se apresentar como resultado do diálogo entre conceito/teoria em confronto com as evidências/fontes. (BERTUCCI, 2010).

Dentre os espaços que foram visitados, podemos citar o UNIPÊ - Centro Universitário de João Pessoa, onde identificamos a presença de importantes obras relacionadas ao Direito, publicadas pelo professor Mário Moacyr Porto. Na biografia que escreveu sobre ele, a autora Maria José Teixeira Lopes Gomes (2011) indica a biblioteca desta instituição como local escolhido pelos familiares do Mário Moacyr Porto para arquivar seus escritos.

Na visita à biblioteca da Unipê, tivemos a confirmação desta informação pelos seus funcionários. Porém, também nos informaram que algum tempo depois (não souberam precisar o tempo), a família decidiu ter de volta os pertences pessoais, deixando apenas os livros como fonte de informação naquele lugar de memória. A funcionária que nos cedeu tais informações lembrou que, na caixa na qual se encontravam os pertences pessoais, havia muitas fotografias e que se lembrava com muita propriedade e exatidão, pois achou interessante a presença de um sapatinho de bebê, embora não soubesse precisar a quem ele pertencia. Na entrevista, a família reafirma a entrega desse material ao UNIPÊ, porém desconhece a retirada desse material do local ao qual se destinou a doação.

Dentre os locais usados como fonte de pesquisa e de coleta de dados, encontram-se: o arquivo público de João Pessoa, o Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP) e a Hemeroteca do Arquivo Judiciário. Somando-se a esses espaços, visitamos os arquivos da Universidade Federal da Paraíba, onde nos interessavam os documentos oficiais que marcaram a passagem do professor pela reitoria e pela sala de aula do curso de Direito da Faculdade da Paraíba.

Trabalhamos com as fontes orais (depoimentos), fontes escritas (bibliográficas, documentais, legais) e iconográficas (fotos, figuras, paisagens). Apesar de não ter sido a imprensa escolhida como fonte principal de pesquisa, também realizamos o trabalho de pesquisa em jornais como *A União*, da Paraíba, em que foram localizados arquivos referentes à nomeação do professor Mário Moacyr Porto à reitoria da universidade e, também, o jornal *Tribuna do Norte*, sendo este um jornal do Rio Grande do Norte, onde encontramos duas cartas do professor Mário Moacyr a jornalistas, trazendo orientações à sociedade civil sobre seus direitos fundamentais. Do jornal “*O Poti*”, nos servimos de diversos artigos publicados semanalmente. Esses artigos foram organizados e guardados pela esposa e companheira, Giselda Salustino, e cedidos à pesquisa pela neta, Ana Tereza, que ficou responsável pela guarda desses documentos pós-falecimento do casal.

O trabalho desenvolvido adotou como procedimento metodológico as entrevistas em História oral, que quando aplicado à história professoral de Mário Moacyr Porto, constitui o ineditismo e a relevância da nossa pesquisa. Assim, nunca uma história pode ser vista como completa em sua compreensão. Para Alberti (2004), é na incompletude da arte de interpretar que reside o fascínio pela História oral, a qual sempre está aberta a novas possibilidades, e que ainda assim, não será suficientemente compreendida em sua totalidade.

Corroborando essa ideia, apropriamo-nos do debate e das reflexões, agora tendo como eixo articulador as questões educacionais. Questões que certamente não foram contempladas em trabalhos antes desenvolvidos. Esta é uma das dificuldades enfrentadas no decorrer do presente trabalho, uma vez que havia poucos relatos e informações consistentes sobre o Mário Moacyr Porto no exercício da docência. No decorrer da pesquisa, não encontramos pessoas que fizessem relatos sobre “o professor” Mário Moacyr Porto ou sobre sua atuação em sala de aula, ou seja, sobre sua prática pedagógica, tipo de avaliação utilizada por ele, ou mesmo relatos da ministração de suas aulas.

Ao considerarmos que a História oral propicia à História discursos mais democráticos, que partem da própria comunidade (fortalecendo a ideia de que cada indivíduo é também um personagem histórico), os colaboradores usufruirão do exercício de escrever a própria história, de acordo com o que vivenciaram, e/ou simplesmente por narrativas compostas pelo seu imaginário. Considerando, ainda, que os discursos colhidos por meio da História oral, serão articulados aos depoimentos obtidos através das fontes escritas e iconográficas.

Não faremos, pois da história oral, apenas uma possibilidade de mudança de foco na pesquisa, tendo seu conteúdo e linguagem antes focada na vida pública, agora nas relações familiares e de trabalho, podendo ter como testemunhas oculares, os subalternos, os excluídos, mas enxergá-la como uma nova área de investigação. Trata-se de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. (THOMPSON, 1992, p. 41).

Duas são as formas mais comuns, porém limitadas, de se utilizar da História oral: análise de acontecimentos políticos, complicados de serem interpretados apenas por meio de escritos, e a biografia. Nosso aporte metodológico exerceu essas duas funções. Desvendamos acontecimentos educacionais em torno dos idos de 1960 e reescrevemos uma história de vida professoral com apoio nos estudos biográficos do civilista Mário Moacyr Porto.

A História oral corresponde a um relato de ação de um fato que aconteceu no passado, ao mesmo tempo em que fornece resquícios de uma ação desenvolvida a partir das

entrevistas. Inicialmente, refere-se a uma ação interativa na relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado. A entrevista, em si, é uma ação intencional. Tanto o entrevistador quanto o entrevistado buscam, um no outro, ações determinadas e estipuladas de acordo com suas próprias ideias e convicções levando em conta objetivos específicos, quais sejam: o entrevistador deseja escutar as experiências e elabora a entrevista com esse fim; o entrevistado elabora suas respostas de tal maneira que o entrevistador possa alterar suas convicções enquanto interlocutor na pesquisa.

A busca pelos entrevistados inicialmente, foi bastante dificultosa. Estabelecemos contato com a bisneta do professor Mário Porto, depois de inúmeras tentativas, via e-mail e redes sociais com outros familiares. Procuramos encontrar pessoas que conviveram com o professor, baseados em listagens com o nome dos alunos que cursaram a faculdade no mesmo ano que ele, resultando em uma tentativa frustrada. O mesmo fizemos utilizando a listagem com nomes de alunos do curso de direito, dos anos que ele ministrava aulas, sem sucesso. Sendo assim, pensamos que a formação da “rede de relações” deveria partir deste contato inicial que estabelecemos com a Renata Porto (bisneta), e que através dela, poderíamos encontrar novas pistas e caminhos ao encontro de outros sujeitos.

A Renata Porto foi muito solícita as minhas indagações, mas nos revelou que pouco poderia nos informar sobre o professor, pois não havia estabelecido muito contato com ele, por ser ela um bebê, na ocasião de seu falecimento. Logo, pediu que ligássemos para sua mãe, Ana Tereza Porto, neta do professor Mário Porto. Ana Tereza Porto nos atendeu demonstrando muita satisfação na realização e em sua participação em nosso trabalho.

Desta conversa, marcamos nossa primeira entrevista, que aconteceu no dia 07 de dezembro de 2015, na casa de Ana Maria Moroja Porto, nora do professor Mário Porto, localizada no bairro do Bessa, na cidade de João Pessoa. Para a entrevista, contamos com a presença de Ana Tereza Porto do Vale (neta), Ana Maria Ribeiro Maroja Porto (nora), Demétrio Demerval Trigueiro do Vale (genro) e Celeida Flávia Porto Rangel Travassos (neta).

O clima da entrevista foi de muita descontração. Apesar do roteiro que elaboramos de perguntas, a entrevista fluiu naturalmente. Todos queriam contar histórias sobre o professor Mário Porto. Neste mesmo dia, os familiares fizeram indicações de pessoas que poderíamos entrevistar. Demétrio Demerval, naquela noite, fez contato com Dr. Juarez Farias, amigo e escrivão do professor Mário Porto, na época em que trabalhou no Tribunal de justiça. A entrevista foi marcada, mas por questões pessoais, dias depois precisou ser cancelada.

Também estabelecemos contato com o professor e pesquisador na área do Direito, Dr. Gustavo Rabay. Na ocasião, se colocou a disposição da pesquisa, ainda que tenha afirmado que pouco poderia nos ajudar, e nos indicou o nome do desembargador Alexandre Luna Freire, o qual foi ex-aluno do professor Mário Porto. Fizemos muitas tentativas de aproximação, mas não conseguimos. Por fim, retornei as entrevistas com os familiares. Desta vez, nos recebeu a Ana Tereza Maroja Porto do Vale em sua casa e esteve presente em todo o processo de escrita deste trabalho.

Posteriormente às entrevistas, adentramos ao exercício de transcrição e análise das entrevistas. O entrevistador e o entrevistado, na sua interlocução, desencadeiam ações que produzem memórias. Junto às fontes orais, apropriamo-nos dos registros biográficos, imagens, documentos e fontes bibliográficas, que serviram de apoio para compreendermos o passado e os atravessamentos inerentes à subjetividade desta história professoral.

No campo da Nova História, o embasamento teórico terá como eixo articulador o pensamento de autores importantes que contribuíram para a Escola dos Annales: Marc Bloch (2001), Lucien Febvre (2006) e Reis (2000). Para apreender histórias de vida, fizemos a análise das ideias da Verena Alberti (2004) e Antonio Nóvoa (1999). Os autores a que fizemos referência no campo das Histórias de vida docentes são: Michael Huberman (1986, 1988, 1989) e Dosse (2009). Em memória, destacamos Bosi (1994), Le Goff (2012) e Halbwachs (2006). Para finalizar, na direção da História oral, utilizamos Thompson (1992) e Ferreira (2006), dentre outros estudiosos.

A dissertação está agrupada em quatro capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo faz uma breve aproximação entre o pesquisador e a pesquisa, relação que consideramos fundamental na pesquisa em Ciências Humanas. Intitulado “Do surgimento da pesquisa ao encontro do objeto” realiza algumas aproximações da Nova História Cultural com o método biográfico e/ou histórias de vida. Narra parte da trajetória percorrida para a escolha do objeto, das fontes, os passos para a delimitação dos objetivos, a metodologia, o recorte histórico e as categorias de análise.

No segundo capítulo, “Formação do professor e jurista Mário Moacyr Porto no espaço jurídico brasileiro”, traçamos um panorama sobre a instalação dos cursos jurídicos no Brasil e a importância das faculdades de Direito e, em especial, da Faculdade de Direito de Olinda, na formação intelectual e professoral de Mário Porto. Também, realizamos uma articulação temática com as histórias de vida professoral e sua relevância para os estudos em História da Educação. Para a análise do objeto “a vida do professor no magistério”, serão utilizadas as quatro etapas de análise da “profissão professor” propostas por Nóvoa (1992

apud ALCÂNTARA, 2008), em que aponta que a profissão de ser professor traduz-se, em geral, como sendo grande parte do sucesso profissional de um indivíduo⁶.

No caso desta pesquisa, interessou-nos a Faculdade de Direito do Recife, local em que o professor Mário Moacyr Porto recebeu sua formação. Em sua época, a Faculdade de Direito do Recife era conhecida como formadora de bacharéis que se destacavam pela altivez na voz e gestos firmes, palavras recheadas de aforismos e metáforas, a arte de se expressar com maestria; bem como pelas participações em associações que tinham como objetivo defender a bandeira da sua profissão.

No terceiro capítulo, nomeado “Paradoxal: um representante da justiça (magistrado) confrontado pela violação dos direitos humanos em tempos ditatoriais”, discorremos sobre os paradoxos vividos pelo professor Mário Moacyr Porto no período da ditadura militar. Sendo ele um magistrado, portanto, representante da justiça, da lei e da ordem, perpassado por valores éticos de igualdade, comprometido com os direitos humanos, e ainda como educador, um formador de sujeitos críticos, vê-se confrontado em seu fazer profissional por um regime ditatorial, cujo modelo era sustentado pelo reforçamento do aparato policial e pelos órgãos de investigação, tanto quanto pela construção de uma hegemonia ideológica na sociedade brasileira.

No quarto capítulo, nomeado “Mário Moacyr Porto: Homem ou mito?”, exploramos a história de vida do professor Mário Moacyr Porto contrapondo as tradições biográficas e contemplando as novas formas de uso deste gênero literário. Justificamos a relevância da atuação de Mário Moacyr Porto tanto no âmbito jurídico, quanto no âmbito da educação, fazendo uso de suas obras e artigos em jornais, em revistas especializadas do espaço jurídico; em diálogo com as narrativas desenvolvidas pelo professor acerca da democracia e dos direitos humanos; bem como, pelo entrelaçamento com as entrevistas de familiares feitas em nossa coleta de dados. Por fim, ainda nesse capítulo, refletimos a respeito das memórias e seus significados. Tomamos, como objetos de análise, os testemunhos que nos revelam facetas do fazer-se professor, no cruzamento entre história e memória, no exercício de pensar a profissão docente.

Fechando nosso trabalho, consideramos que cada trançado individual, que é social, histórico, cultural, e, portanto, coletivo, nos ajuda a compreender a importância dos registros das experiências de vida, narradas pelos fios mnemônicos como dispositivo de escrita da

⁶ Considerando o espaço da Universidade da Paraíba, onde se concentrou grande parte de sua atividade no exercício da “vida no magistério”. O ser “profissional docente” é garantido por meio de suportes legais, o que se torna meio de defesa, assim como de controle da equipe docente; a profissão conta com instituições de formação específicas.

História. Trabalhar com a história de vida professoral de Mário Moacyr Porto, com as memórias de sua formação e de sua atuação docente, nos levou a seguir pistas valiosas sobre as questões educacionais do ensino superior na Paraíba. Cada relato ouvido e cada texto lido, contando a história desse ator, revelam um ‘saber-dizer’ e um ‘saber-fazer’, que invariavelmente nos levou a compreender, que todo o repertório cultural adquirido no decorrer da trajetória de vida do professor, desde as primeiras referências educacionais, passando pela sua formação intelectual e seu exercício profissional, quer na magistratura, quer na educação, contribuíram efetivamente para a construção de sua identidade docente.

2 “HÁ UM TEMPO PARA JUNTAR PEDRAS E OUTRO PARA JOGÁ-LAS”⁷: FORMAÇÃO DO PROFESSOR E JURISTA MÁRIO MOACYR PORTO NO ESPAÇO JURÍDICO PARAIBANO

Neste capítulo⁸, procuramos mostrar aspectos relativos à formação intelectual e cultural do professor Mário Moacyr Porto, e verificar de que maneira os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação influenciaram sua prática docente. Cabe pensar: por que estaríamos trazendo à tona a História de vida de um homem público, que já foi relativamente discutida, explorada e apresentada por meio de biografias?

O que nos propomos nesta pesquisa, constituindo o seu diferencial enquanto trabalho acadêmico, é o exercício de reflexão e análise realizado no sentido de promover um entrelaçamento dialógico dos textos e dados coletados com o conteúdo das entrevistas realizadas. Também apontamos como expressão inovadora de nossa pesquisa, o diálogo estabelecido entre entrevistador e entrevistado, tornando as entrevistas resquícios das ações do passado, ou seja, trazendo o passado para o presente e refletindo sobre ele. Assim como Alberti (2004, p.35), compreendemos que:

[...] a entrevista de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado. Note-se que, se chamo isso de ação é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – as ações que tanto entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra.

Deve-se perceber que a intencionalidade presente no entrevistado de narrar um acontecimento “de uma forma e não de outra” tem a ver com o tipo de ação que o sujeito busca gerar no entrevistador. Ora, por que motivo faria alguém se ocupar de narrar sua própria vida ou a vida de outrem se não fosse por um interesse social, na certeza da utilidade de seu discurso?

Isso se revela em uma conversa informal com uma de nossas entrevistadas através de uma rede social em que dizia assim:

⁷ No início de cada capítulo, utilizamos frases do professor Mário Moacyr Porto, localizadas nas obras de sua autoria.

⁸ Para delinear um perfil biográfico da história de vida do professor Mário Moacyr Porto, nos valem do estudo desenvolvido por Maria José Lopes Teixeira Gomes (2011).

De: Ana Tereza Maroja Porto do Vale
Enviada: 21 de janeiro de 2016 às 08h05min
Para: Juliana Augusta Dionisio de Lima

Muito bom poder participar do seu trabalho. É um grande prazer falar de alguém que muito representou na minha formação como cidadã.

Em sua fala, Ana Tereza Porto, neta do professor Mário Porto, expressa uma de suas motivações em transformar suas recordações em linguagem e emprestá-las à pesquisa. Neste sentido, Bosi (1994) destaca que a matéria extraída das entrevistas está diretamente relacionada ao interesse social que o fato recordado tem para o sujeito. Mas, sabendo que neste exercício de transformar lembranças em linguagem, o fato recordado pode ser transformado e manipulado, qual seria a relevância das fontes orais além de ser a representação de uma das versões sobre o passado? Alberti (2004, p.79) sugere que a especificidade da fonte está em “quando a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade”. Assim, para conhecermos a realidade proposta pela educação jurídica no Brasil, alternamos informações provenientes de pesquisas bibliográficas, biográficas e elementos produzidos através das entrevistas.

Em linhas gerais, convém destacar que a criação dos cursos jurídicos no Brasil está intimamente ligada com a consolidação política e intelectual da sociedade brasileira, contexto no qual estava inserido o professor Mário Moacyr Porto. Dentre as discussões apresentadas nos debates da Assembléia Constituinte de 1823 a respeito da instalação dos cursos jurídicos no país independente, cogitou-se a ideia de que a primeira universidade fixasse residência no estado da Paraíba.

Em defesa desta ideia tivemos o deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, sustentando o argumento de que a Paraíba, sendo um estado sem muitas opções culturais e/ou de estudo para os jovens da terra, acabava fazendo-os deixarem suas famílias, seus parentes, a fim de continuar em seus estudos. Portanto, a implantação da universidade em solo paraibano seria uma grande e bem aproveitada oportunidade. Apesar das reivindicações feitas pelo deputado, a Paraíba não foi contemplada ou privilegiada com a sede da Faculdade de Direito. Após a aprovação do projeto, ficou decidido que as sedes originais das universidades seriam em Olinda e em São Paulo. Em seguida, houve a dissolução dessa constituinte, protelando por alguns anos a criação dos cursos jurídicos.

Poucos anos depois, precisamente em 1827, foi criado o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda e, ainda mais tarde, a Faculdade de Direito, em 1949. Até que houvesse a Faculdade de Direito da Paraíba, todos os paraibanos que desejassem se titular em bacharel

em Direito teriam que, obrigatoriamente, se deslocar para Pernambuco em busca de formação. Alguns jovens paraibanos, dentre eles o professor Mário Moacyr Porto, se aventuraram nesta jornada querendo construir uma carreira, desejosos por uma formação intelectual, mesmo que fora de sua terra natal. Assim, apesar das dificuldades e desafios, Mário Porto pôde compartilhar essa experiência com alguns de seus conterrâneos, com os quais dividia tanto a vida acadêmica, quanto suas participações na vida pública. O deslocamento e/ou permanência na capital pernambucana constituiu-se um problema para o jovem Mário Moacyr Porto, já que sua família não tinha recursos financeiros para tal.

2.1 A faculdade de Recife – uma casa de ensino

O professor Mário Moacyr Porto ingressou na Faculdade de Direito do Recife no ano de 1927. Quando cursava seu terceiro ano, foi surpreendido pelo falecimento de seu pai, Dr. José Domingues Porto, juiz de Direito na jurisdição da Paraíba, e, consequentemente, precisou lidar com as dificuldades advindas desta morte - “Meu pai não deixou nada, nem mesmo casa pra morar. Naquele tempo que se convencionou chamar de bons tempos, as viúvas de funcionários, inclusive magistrados, não recebiam pensão do Estado. Ficamos assim, reduzidos a uma extrema pobreza” (PORTO, 1990, s/p). Entre outras dificuldades, vieram os problemas financeiros, fazendo com que a família não mais tivesse condições de arcar com as despesas geradas pelo curso e por sua estadia em Pernambuco.

Assim, Mário Moacyr Porto deu continuidade aos estudos em sua própria casa, haja vista que no período do Império, quando foram criados os cursos de Direito, as Faculdades não cobravam a frequência dos alunos⁹, deixando como legado, “esta tradição”, na prática dos cursos de Direito em Pernambuco. Deusdedit Leitão (1978, p.15), em sua obra “Bacharéis

⁹ A lei Leônicio de Carvalho de 1879 prevê em seu texto a questão da frequência facultativa ou livre nos cursos de Direito e em outros cursos superiores no Brasil. Esta lei está entre um dos sete projetos gestados em menos de vinte anos, por ser a educação bastante discutida como passagem ao progresso, aspiração dos ideais liberais que invadia os pensamentos no final do império e início da república. A educação nesse período era considerada elemento vital para o avanço da sociedade moderna. O decreto 7.247 presente na lei trazia a liberdade de frequência, suspendendo o regime de faltas no ensino secundário e no ensino superior, o que causava grande polêmica, pois, em contrapartida, os exames deveriam ser realizados com o maior grau de rigor possível. Os resquícios dessa lei influenciavam a educação ainda no início da república, e podemos encontrar vestígios na Faculdade de Direito de Olinda, instituição frequentada pelo professor Mário Moacyr Porto.

paraibanos pela Faculdade de Olinda” (1832 – 1853), trata da relação estabelecida entre a pobreza e o ensino superior:

Apesar da reconhecida pobreza de nossa gente e das naturais dificuldades que se antepunham à justa pretensão universitária de nossa mocidade vale ressaltar que a Paraíba, depois de Pernambuco, foi o estado que deu o maior número de titulados pela tradicional Faculdade de Direito de Recife (Incluindo o período de Olinda), seguido da Bahia com 936 bacharéis.

O fato de não haver exigência na frequência, pode justificar esse expressivo dado quantitativo quanto à presença de paraibanos nesta faculdade, permitindo, inclusive, que os mais pobres tivessem a oportunidade de trabalhar e participar da vida acadêmica, concomitantemente. A não frequência implicava no comprometimento do aluno com os conteúdos ministrados¹⁰. Mas, ainda assim, o sonho de se formar em uma Faculdade de Direito, para muitos, não passava de uma utopia, pois as despesas geradas pelo curso eram muito grandes e se tornavam um empecilho na realização desse desejo, uma dificuldade na realização desse objetivo por jovens de classes sociais menos favorecidas.

Essa realidade se repetiria anos mais tarde, nos idos de 1900, quando o professor Mário Porto era aluno da referida faculdade, e vivenciou os resquícios de uma lei estabelecida no Império:

Fui estudante paupérrimo. Não ingressei na Faculdade do Recife por “vocação”, mas por falta de dinheiro. Na Paraíba, não havia no meu tempo, escola de Ensino Superior e eu não dispunha, absolutamente, de recursos para frequentar uma Escola fora da Paraíba. O Ensino de Direito no Recife, só oficialmente exigia frequência. Na verdade e na prática as faltas eram “abonadas” com ajuda do Bedel¹¹, e os alunos se habilitam aos exames de fim de ano. Hoje, a grande maioria que frequenta a Universidade tem renda própria suficiente ou tem pais que podem pagar as taxas cobradas, que, aliás, são módicas. Que paguem, então (PORTO, 1986, s/p).

O trecho acima é parte de um texto produzido pelo professor Mário Moacyr Porto para o jornal Norte Rio-grandense “O Poti”, publicado em 1986. Ele conta a experiência do seu ingresso na Faculdade de Direito do Recife, em um período no qual o acesso e as ofertas do ensino jurídico no Brasil já haviam se ampliado. Os textos escritos pelo professor Mário Porto o ajudam a compor sua própria história. A partir de Scholze (2008), podemos entender que “a produção das narrativas pode ser vista como uma prática de reflexão do sujeito consigo

¹⁰ Para o curso de Direito na Faculdade do Recife, havia um currículo com disciplinas e conteúdos determinados, apresentados na carta curricular ainda nesta pesquisa.

¹¹ O bedel era um funcionário das faculdades que se encarregava de dar apoio aos professores com listas de chamada, e realizava outras tarefas administrativas.

mesmo, com o outro e com o mundo”, no entanto, o professor Mário Porto se constitui por meio dos discursos que o atravessam.

Gláucio Veiga (1993 apud Gomes 2011), autor do livro sobre a História das ideias da Faculdade do Recife, sugere características e compila informações sobre este Centro de ensino, inclusive trazendo relevantes subsídios para se pensar a formação nesta instituição, a partir de suas próprias experiências, uma vez que foi ex-aluno e, posteriormente, tornou-se catedrático da Faculdade. Destaca Gomes (2011, p.59), com base nas informações cedidas por Glaucio Veiga (1993):

[...] As apostilas eram chamadas de ponto de aula, que desde a fundação da Faculdade até os primeiros anos do Século XX “iria passar mais pelas mãos e olhos dos estudantes, talvez, mais pelas mãos”. Os acadêmicos mais dedicados copiavam estes apontamentos, pois ainda inexistiam livros dos ramos das ciências jurídicas.

Os “pontos de aula” eram uma característica muito frequente na formação em Direito daquela época, e fazer uso deles corretamente dependeria da dedicação e esforço de cada aluno. Daí porque Gomes, ao dizer que os livros passariam muito mais pelas “mãos” dos estudantes do que “pelos olhos”, permite-nos aferir sobre a valorização dada muito mais ao título alcançado, às posturas adquiridas, à retórica desenvolvida na prática do “falar bem, falar bonito”, do que ao aprimoramento intelectual ou à formação do leitor mais assíduo e comprometido. Em seu texto biográfico, Gomes (2011) elabora uma representação do professor Mário Porto como leitor regular, contrariando a prática deste costume, conferindo que o professor Mário Porto: “Já demonstrava ser um leitor contumaz de grandes escritores. Mais tarde, o aprofundamento destas leituras seria fundamental às subseqüentes teorizações críticas do desempenho, tanto na magistratura, como no magistério superior”. (GOMES, 2011, p. 59).

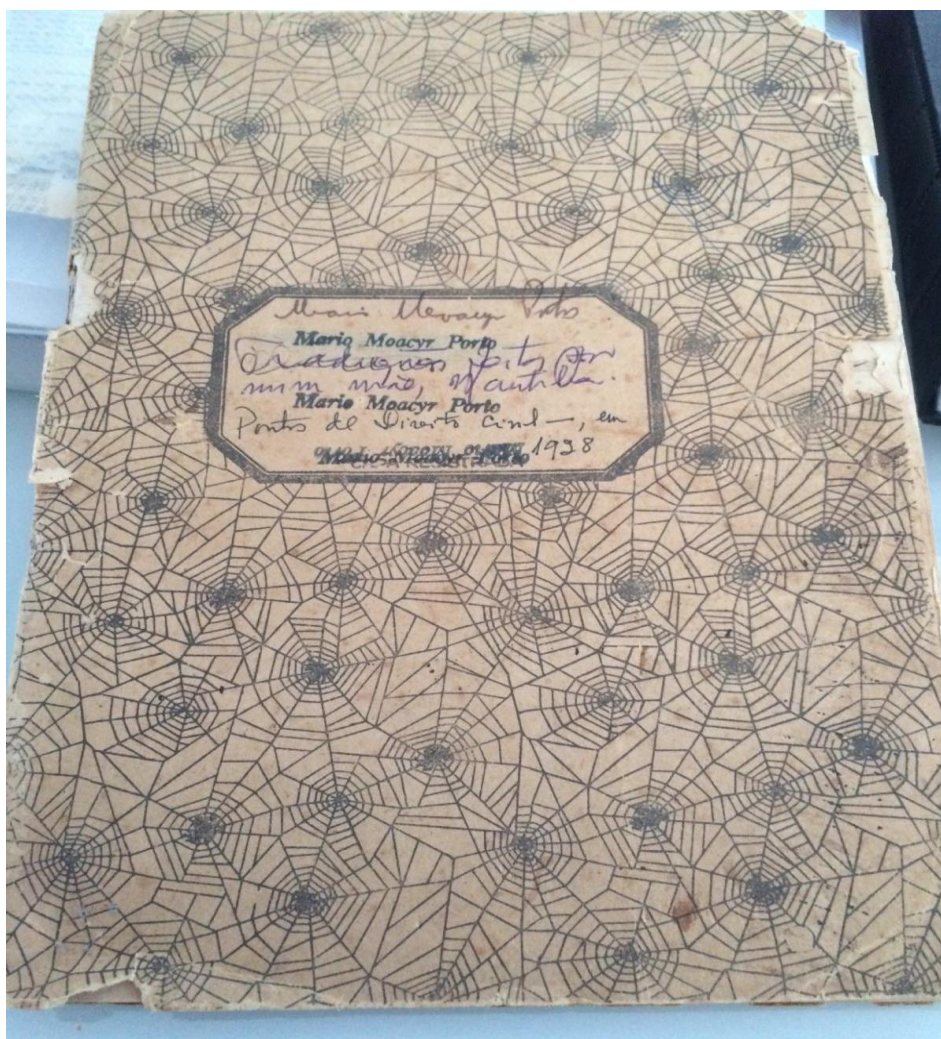
Concordamos com a representação feita por Gomes (2011) quando consideramos a variedade de temas debatidos com frequência nas publicações do professor, demonstrando um extenso conhecimento e domínio em diversas áreas, fato que pode ser atribuído ao grande número de leituras, possivelmente, feitas ao longo de sua vida. Em muitos de seus escritos, cita obras da literatura francesa e brasileira as quais costumava ler e estudar: “Gosto de livros. Não me tenho na conta de um bibliófilo, mas experimento grande satisfação em ver e manusear livros, notadamente os raros e antigos. Tenho alguns, que para mim, são preciosos” (PORTO, 1991, s/p).

Ainda neste artigo escrito para o *Jornal Tribuna do Norte*, o professor Mário Porto registra sua predileção por um caderno elaborado por sua mãe, justamente com os pontos de Direito, os quais ela julgava serem demasiadamente complexos diante da sua jovialidade e inexperiência.

[...] o manuscrito mais precioso que eu tenho, para mim tão valioso como o rascunho original da Constituição dos Estados Unidos, é um caderno já surrado pelo tempo, de aspecto modestíssimo. Eu me explico. Ingressei na Faculdade de Direito do Recife com 16 anos. Inexperiente, tímido, bisonho. Nunca havia me ausentado da Paraíba. Aprovado no vestibular retornei a minha casa. Trouxe os “programas” das matérias do primeiro ano: Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Romano. A minha mãe leu os “programas” e como de hábito, sentenciou: Você vai ter grandes dificuldades de assimilar todas estas matérias, muito complexas para a sua idade (PORTO, 1991, s/p).

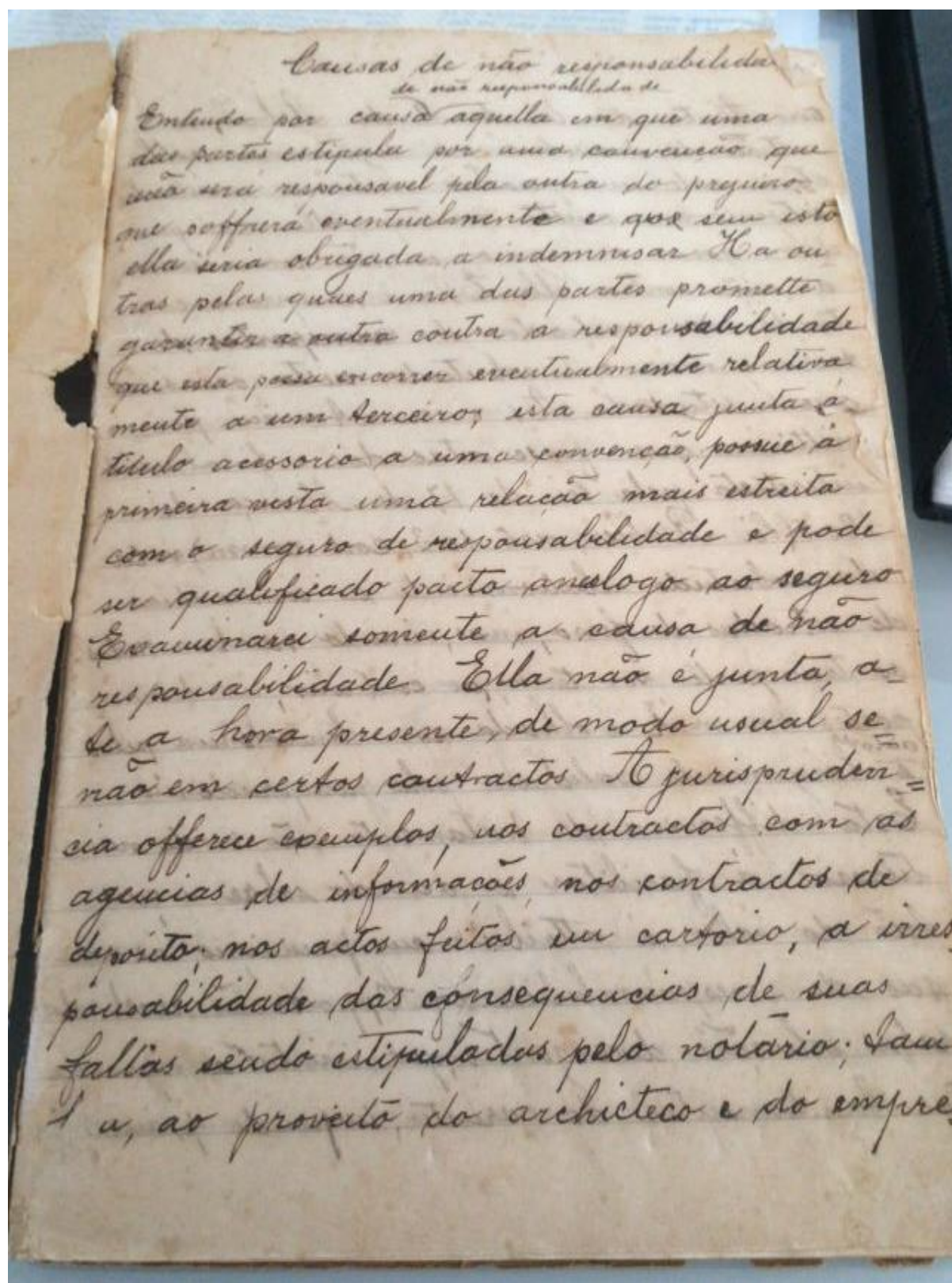
Este caderno pertence ao arquivo pessoal da família do professor. No período das entrevistas, o fotografamos. Optamos por fotografar, com intuito de preservá-lo, tanto por se tratar de um documento, quanto por estar se deteriorando pela ação do tempo.

FIGURA 1 - Capa do caderno dos apontamentos de Direito



Fonte: Arquivo da pesquisa.

FIGURA 2 - Conteúdo do caderno de apontamentos de Direito



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Durante a entrevista, familiares deram ênfase a existência deste caderno – “Isso aqui, Juliana, isso aqui é um livro de apontamentos que minha bisavó traduzia para vovô dos pontos de Direito. E vovô era engraçado porque dizia assim: acho que mamãe me achava meio burro porque isso tudo era traduzido do Francês, aí ela fazia os apontamentos tudo de Direito”. (Informação verbal) ¹². No decorrer da pesquisa, observamos, em vários textos de autoria do professor Mário Porto, trechos que comentavam a importância deste caderno. cremos que não necessariamente o caderno tivesse em seu conteúdo maior valor que outros de seus livros. Entretanto, havia um significado por ele atribuído àquelas anotações: para o professor Mário Moacyr Porto, os “pontos” eram um exemplo do extremo interesse que sua mãe atribuía aos estudos e à vida escolar de seus filhos. Por outro lado, revela que a mãe do professor era uma mulher culta, entendia o Direito, além de ler em francês, já que fazia a tradução dos “pontos”.

As regras na Faculdade eram bem estabelecidas e existiam para serem cumpridas. A punição para os alunos que “desobedeciam” era severa culminando em prisão escolar, na medida em que presos poderiam “refletir” sobre seus atos de rebeldia. No espaço da prisão escolar, os alunos compartilhavam suas ideias e, com essas discussões, fortaleciam o grupo contrariando as intenções da direção, ou seja, o espaço servia de propagação e difusão de ideais progressistas.

A liberdade de crença, a abolição da escravatura, a instituição do casamento civil, a separação entre a igreja e o Estado eram ideias que geravam sentimentos e uniam as pessoas, chegando tais influências a ultrapassar a Prisão escolar e ganhar às ruas, atraindo adeptos. O fato começou a incomodar não só a direção da escola, mas as forças reacionárias que logo cuidaram de extinguir a referida clausura (GOMES, 2007, p. 78).

Mesmo com toda efervescência cultural e política da época, o professor Mário Moacyr Porto julgava-se aprisionado pelas exigências impostas principalmente pela posição que ocupava frente ao poder, mediante os ditames que a sociedade estabelecia e impunha como regras. Assim, no texto “A estranha aventura de viver” (1989), confessa ter desenvolvido um comportamento contido, reprimido socialmente, e, segundo a expressão por ele usada no texto citado, “não ter loucuras a contar de sua época”.

Pelo contrário, cumpri as regras que me foram ditadas, os preconceitos que me foram impostos. Bem comportado, bom estudante, “comme il faut”. Cultivei, sem dúvidas, falsas virtudes, não por opção pessoal, mas inelutável imposição dos rígidos padrões morais de meu tempo. A confissão, além de

¹² Entrevista concedida por Ana Tereza, em 07 de dezembro de 2015.

processo catártico, é uma inconsciente “invenção” da nossa vida, da vida que poderia ter sido e não foi (PORTO, 1989, s/p).

A “invenção” da nossa vida, sugerida assim pelo professor Mário Porto, pode ser relacionada com o que Larrosa (1996 apud SCHOLZE, 2008, p.93) entende pelos conceitos de *fictio, facere*, que “tem haver com a ideia de que o que ficcionamos é algo fabricado, algo ativo – a imaginação, assim como a linguagem, produz realidade, a incrementa e a transforma”.

Mário Porto faz referência a uma sociedade e a uma maneira de ser e de estar na vida permeada pela existência de uma aparente liberdade de opções, entretanto, esta liberdade se desconstrói quando somos submetidos às exigências da sociedade. Sociedade esta que condiciona nossa maneira de viver ditando padrões, regras de condutas pré-estabelecidas, conceitos e preconceitos, gerando uma representação social alterada e distante do real. A noção de “habitus”, trazida por Wacquant, nos permite perceber os mecanismos estabelecidos entre o indivíduo e a sociedade:

[...] o habitus é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (WACQUANT, 2007, p. 8).

A formulação das ideias do professor Mário Porto encontra sua gênese nas “teias de interdependência¹³” da sociedade de seu tempo. É assim que se estabelece a relação entre o ser singular e o ser plural, em um elo denominado sociedade. As teias formadas pelo social em sua relação com o indivíduo são o meio pelo qual a sociedade transforma o indivíduo e o indivíduo transforma a sociedade. O autor Norbert Elias (1994), em sua obra “A sociedade e o indivíduo”, defende a não dissociação dessas duas vertentes, sociedade e indivíduo, e enfatiza que para cada geração os processos de autorregulação são variáveis e específicos. A sociedade, entendida por este autor como “uma porção de pessoas juntas”, não é

¹³ O termo “teias de interdependência”, conceito da teoria sociológica, é utilizado por Norbert Elias no estudo pela busca à compreensão das interações humanas e sociais, estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade. Consiste em analisar as atividades humanas, tendo como princípio os processos sociais. As teias de interdependência são responsáveis pela origem dos grupos sociais, os quais possuem influência direta na formação do indivíduo.

conscientemente pensada por nenhum indivíduo sozinho em suas singularidades, e o processo de formação social se dá a conhecer mediante aquilo que indivíduos realizam repetidamente.

Embasados neste entendimento, podemos dizer que a formação da sociedade jurídica é permeada por normas e condutas. Assim, é interessante notar que, na magistratura, havia um “modelo” de juiz ideal, um estereótipo cultivado pela sociedade jurídica, cujo comportamento convinha aos governos e às classes dominantes. Mário Moacyr Porto se refere ao estereótipo da magistratura de seu tempo nos seguintes termos: “Pobre (tinha que ser pobre), parcimonioso nas palavras, gestos e despesas, entrado em anos, roupas escuras e se possível surradas, homem da casa para o trabalho e do trabalho para a casa” (PORTO, 1983, s/p). Tal descrição caracterizava o magistrado irrepreensível, cuja exterioridade deveria ser venerável, mesmo que esta conduta fosse fabricada ou até irreal.

A história política nos mostra que havia um espaço social que endossava o privilégio de ser bacharel. Os domínios da oratória e dos dons literários destacavam os que se formavam numa posição hierárquica que garantia regalias no espaço político que aos poucos ia se constituindo. Na hierarquia destinada aos bacharéis, os cargos eram classificados pelos graus de consagração, variando desde ministros de estado a escritores, função menos valorizada entre os estudantes no período.

Essa visão sobre o profissional do Direito está presente na memória coletiva da sociedade e vem sofrendo transformações ao longo do tempo. Atualmente, o curso de Direito não perdeu o seu prestígio, mas, aos poucos, vem desconstruindo esse aspecto elitista, difundido por anos a fio. A representação de ser o Direito uma carreira promissora, e a mais prestigiosa entre as profissões, foi mantida por muitos anos e, ainda hoje, sobrevive a este legado construído ao longo do tempo.

Na Faculdade do Recife, Mário Moacyr Porto concluiu o seu curso e, naquela instituição, estabeleceu uma rede social importante para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, a partir do recebimento de sua titulação de bacharel. Ao concluir o curso, o bacharel se sentia capaz de transitar em várias funções, pois há conhecimento de que, além de juristas, os magistrados assumiam os cargos de administradores, jornalistas, economistas, políticos e professores.

Não foi diferente em sua trajetória. Desenvolveu seu trabalho assumindo, ao longo dos anos, diversos cargos, em sua maioria, no interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Em 1951, transferiu-se para a capital paraibana. Naquela ocasião, já estava casado há alguns anos com Giselda Bezerra Salustino. Em João Pessoa, residiu junto a sua família, em uma casa no bairro de Jaguaribe, e partilhava de uma vizinhança formada de magistrados, médicos

e comerciantes. A casa, um sobrado marcado esteticamente por linhas clássicas, anos depois, foi sede do Conselho Estadual de Educação. Destituído do cargo de reitor da Universidade Federal da Paraíba, o professor Mário Porto, em companhia de sua esposa e de dois filhos, deixou esta residência e se mudou para Natal.

Na fotografia abaixo, encontra-se o professor Mário Moacyr Porto ao lado de sua esposa, Giselda (foto bem característica dos costumes daquela época).

FIGURA 3 – A foto do casal Mário Moacyr Porto e Giselda Salustino



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Em 1952, ainda muito jovem, tendo apenas 38 anos, foi nomeado Desembargador. Seu trabalho como Presidente do Tribunal de Justiça foi importante para o desenvolvimento da cultura jurídica de nosso Estado. Ocupar espaços como a Faculdade de Direito, o Tribunal

de Justiça, bem como ser membro da Ordem dos advogados do Brasil (OAB), o impulsionou a formular teorizações sobre o Direito.

Em uma conferência realizada no dia 11 de agosto de 1945, o professor e magistrado Mário Porto desenvolveu um ensaio intitulado “O magistrado frente à crise universal”. Naquela ocasião, marcada pelo fim da Segunda Guerra Mundial e por todas as sequelas advindas dela, comemorava-se a fundação dos cursos jurídicos do Brasil. Nesse ensaio, ele fez alusão aos marcos da história do país, representando-os e caracterizando-os como “crise nacional”. Em seu escrito, levanta também aspectos resultantes da crise de 1929, considerado o período de maior recessão econômica do país, estabelecendo uma crise no capitalismo e na democracia liberal.

O professor Mário Porto fez uso de uma interpretação que teve como ponto de partida as transformações ocorridas no modo de perceber o homem em sua relação com o *modus operandi* sócio histórico. Retrata e representa este homem na passagem do feudalismo para o capitalismo, pontuando as relações estabelecidas por ele junto ao estado de direito. Assim, inicia o texto caracterizando o feudalismo, utilizando-se da figura do homem que, diante dos seus senhores, se anula e se afirma como protagonista do drama social.

Dessa maneira, a preocupação central era livrar o homem de toda e qualquer servidão social. Resultante dessa emergente necessidade de dar ao homem a liberdade de expandir seus direitos, de buscar maior dignidade para a pessoa humana, foi que homens, inspirados pelas ideias do iluminismo - igualdade e liberdade -, iniciaram um movimento que culminou em novas formas de ver e pensar o capitalismo, buscando, além de uma transformação econômica, mudança de mentalidade. “Mas a evolução social – matriz de todos os desajustamentos – continuou sua marcha inexorável, e, desta vez, para modelar uma humanidade de corpo maior que a alma, como diz Bérghson” (GOMES, 2011, p.157).

Considerava Mário Moacyr Porto (2011, p.158) ser uma época de revisão de valores, anulação do individualismo e das unidades capitalistas; “liberalismo decadente enfim, pede-se, exige-se a substituição do direito-poder pelo direito-função, do estado neutro, liberal, abstencionista e afinalístico, pelo estado intervencionista, autoritário e diretivo”. O Direito, nesse contexto, aparece no papel de estabelecer o equilíbrio social, no sentido de promover o direito à igualdade. Seria uma tentativa de sobrepor a superioridade jurídica a uma inferioridade econômica “dos mais fracos”; uma forma de exaltar a individualidade, relacionada aos princípios de igualdade.

O liberalismo econômico, proclamado na famosa Declaração aos Direitos do Homem, da Revolução Francesa, instituiu o cidadão como destinatário supremo de todos os bens. O código napoleônico¹⁴, estruturado sob a inspiração absolutista dos direitos, conferiu ao titular do domínio a faculdade de usar, gozar e dispor dos seus bens sem quaisquer restrições, e a codificação francesa, como é sabido, foi a matriz do direito legislado a maioria do povo inclusive do nosso diploma civil. (PORTO apud GOMES, 2011, p. 162).

O professor Mário Porto, como temos observado, tinha especial predileção por temáticas no âmbito do Direito Civil. Juntamente com outros civilistas do século XIX, estudou a fundo o código de 1804, que serviu de base para suas reflexões registradas na obra “Ação de responsabilidade Civil”. Como liberal assumido, produto de uma casa de ensino, concebia o liberalismo como possibilidade de acesso à liberdade e à igualdade, aproximando a sociedade dos princípios democráticos. Com base nas memórias de Ana Tereza Porto, podemos compreender a relação que ele desenvolveu e sustentou com a questão dos Direitos Humanos:

- Ah, tinha sempre. Eu assim me arrependo muito de não ter gravado muitas das conversas de vovô, porque eu acho que muita coisa se perde sabe? Você não tem essa noção de que aquilo, que esses momentos passam, e são tão vivos e até hoje são né? Que eu acho que até hoje muita coisa assim, você não tem como resgatar, mas o exemplo fica né?... Eu acho que ele falava muito, muito em Direitos Humanos, em Igualdade né, ele tomou um momento, eu me lembro muitos artigos dele que falavam muito do Nordeste que era absurdo a questão do Nordeste que [era] sempre tava na posição de coitadinho né, falando das riquezas, dos minerais do Nordeste, cobrava muito... Cobrava muito dos políticos, escrevia... Tinha... Tinha... São alguns deputados, senadores que... Que ele mantinha contato, “né?” reivindicando melhoria... Reivindicando algo a mais pro Nordeste, pra que ele saísse dessa condição de inferior... (Informação verbal).¹⁵

No decorrer da narrativa, podemos perceber as tentativas de buscar na memória as reminiscências de uma história que vai se perdendo, aspecto natural à condição humana – o esquecimento. Também conseguimos extrair de sua fala aspectos que Bosi (1994, p.424) trata como “atitudes-símbolos”, como fez Ana Tereza Porto em “Que eu acho que até hoje muita coisa assim, você não tem como resgatar, mas o exemplo fica né?”, ao utilizar a transmissão de um episódio a fim de transmitir um valor moral e, assim, inspirar, principalmente os

¹⁴ O código napoleônico tinha o objetivo de regular a vida privada dos cidadãos e regia os fundamentos e as normas do Direito. Conhecido pelo seu aprimoramento técnico, o Código Napoleônico é uma referência até os dias atuais.

¹⁵ Entrevista concedida por Ana Tereza Porto, em 19 de janeiro de 2016.

menores da família, formalizando uma tradição familiar: a de contar histórias como exemplo de conduta.

2.2 O método biográfico e a história de vida do professor Mário Moacyr Porto

O uso do “Método Biográfico” e “Escritas de Si” tem conquistado um espaço entre as pesquisas educacionais e se expandido no Brasil durante os últimos anos, fazendo parte de estudos em torno dos processos de formação e profissionalização docente. Esse movimento ficou conhecido como “a virada biográfica na educação” e, a partir daí, muitos estudos passaram a utilizar o professor e a sua história de vida como objeto de reflexão no que tange às experiências vivenciadas em torno do magistério. Nesse sentido, as histórias de vida se transformam em instrumento de levantamento de acordos sociais estabelecidos por segmentos específicos da sociedade.

Na história de vida do professor Mário Moacyr Porto, identificamos aspectos de interesse para o campo histórico-educacional, considerando a perspectiva de pesquisa-formação¹⁶. Encontrar sentido na história de vida do personagem estudado, mas não só isso - o que não consideramos pouco -, é se valer deste método, que, ao estudar um caso particular, avalia diversos aspectos imbricados nas relações interpessoais que se estabelecem em torno de um grupo social, ao qual tal sujeito pertence.

Retomaremos, sem que sejamos prolixos na escrita, mas na intenção de facilitar a compreensão dos leitores, o caminho percorrido pela abordagem biográfica. Inicialmente, as biografias eram de interesse dos profissionais de jornalismo, bem como da literatura, que também se serviu de estudos apoiados na descrição dos feitos dos homens célebres. Mais tarde, possibilidades metodológicas que forneciam subsídios para a utilização de biografia nas Ciências Sociais e Humanas foram surgindo e, hoje, se apresentam como rica fonte de pesquisa para vários campos do conhecimento.

O estudo que é tomado como pioneiro no uso da história de vida como objeto de pesquisa foi desenvolvido por dois sociólogos: William Isaac Thomas e Florian Witold Znaniecki. A obra tinha por objetivo caracterizar o processo de integração dos poloneses à

¹⁶ O movimento biográfico no Brasil estabeleceu um contato com pesquisas em diversas áreas do conhecimento, por isso podemos verificar a sua presença na História da Educação, didática, formação de professores que se utilizam das narrativas em uma perspectiva voltada para pesquisa e formação.

cultura americana, tendo como objeto as narrações biográficas, em conjunto com a análise de documentos e cartas. A interpretação dos dados levantados e analisados se deu através da compreensão que aqueles sujeitos tinham de suas próprias ações, considerando a subjetividade que lhes era própria.

Esse estudo é oriundo da Escola de Chicago, instituição considerada responsável pela disseminação de trabalhos que apresentavam traços da natureza simbólica da vida social, esforçando-se em produzir, no período (idos de 1915 a 1940), soluções para problemas existentes na cidade de Chicago. As autoras Silva et al. (2007, p.30) defendem que:

O movimento da Escola de Chicago não apresenta homogeneidade total, mas possui grande sintonia em seus direcionamentos tanto no que se refere aos aspectos metodológicos quanto à construção de conceitos fundamentais – o que lhe confere a unidade necessária à impressão que causou na sociologia e nas ciências humanas de forma geral – garantindo-lhe um espaço particular na sociologia americana.

A introdução da abordagem biográfica como método de pesquisa, fomentado pela Escola de Chicago, como já vimos, abriu um crescente espaço nas pesquisas desenvolvidas nas universidades, incluindo os Programas de Pós-Graduação, que vêm se destacando na produção de pesquisas neste campo, ou seja, pesquisas que trabalham com as subjetividades dos sujeitos, o imaginário social, a identidade e as representações sociais, elementos que versam sobre, e se constituem, ricos instrumentos de compreensão da realidade social, extraídos dos textos biográficos e dos relatos das histórias de vida.

Na Educação, como nas Ciências Sociais, percebemos que esta é uma tendência que tem conquistado o seu lugar. As pesquisas em torno dos atores sociais e de suas práticas educativas têm, paulatinamente, transformando-se em objetos de estudo. Os significados vão aparecendo e tomando forma nas narrativas dos sujeitos, no ato de reflexão dos acontecimentos da vida cotidiana, e no registro de questões internas, que vão além das informações de cunho objetivo.

Assim, compreendemos que a história de vida de Mário Moacyr Porto não pode e não deve ser apresentada como uma história que se constrói ou se constitui linearmente, pelo contrário, consideramos em toda a sua trajetória aspectos descontínuos. Trata-se de uma história individual que também é memória social, familiar e grupal. É nesta trajetória crivada pelos movimentos não lineares que voltamos nossos olhos para a escolha de nosso personagem pela profissão professor e a razão desta escolha.

Filho de professora, Mário Porto, desde muito cedo, pode ter contato com os livros, experimentando e desenvolvendo o prazer de sua companhia. Conta-se¹⁷ que, na infância e adolescência, na casa onde morou em companhia de seus pais, havia muitas estantes com livros e era de costume da família ensinar e estimular a prática da leitura para que os filhos pudessem se familiarizar com o mundo letrado.

O jornal “O Poti”, realizou uma entrevista com o mestre Mário Porto no ano de 1967. No decorrer da entrevista, por vezes, ele narrou experiências vividas junto a sua mãe no cotidiano de seu lar, momentos que ocorreram após a morte de seu pai. No excerto a seguir, retorna às lembranças sobre sua mãe:

Tinha o hábito de nos reunir, após a ceia, na paupérrima casa onde passamos a residir depois da morte do meu pai, e ler, para nós, romances franceses que traduzia. Quando hoje vemos famílias reunidas para assistir novelas de televisão, me vem à lembrança a cena de todos nós, reunidos para assistir à leitura dos romances, lidos em voz alta, por minha mãe. Dávamos preferência aos livros de Hugo, Ponson Du Terrail e Eugène Sue. Para um exigente homem de letras, a seleção não era das melhores. Mas como gostávamos dessa leitura (PORTO, 1967, s/p).

Nessa fala, o professor Mário Porto se identifica enquanto “herdeiro de uma tradição cultural familiar” (MELO, 2009), ao construir uma autoimagem que se utiliza do vocábulo “homem de letras” para revelar sua identidade intelectual. Dizia ele: “Sou de uma família de intelectuais. Todos os meus irmãos, seis, são professores universitários, médicos, advogados, políticos. Meu pai e avô paterno, magistrados. Meu avô materno, general do exército” (PORTO, 1967, s/p). Notamos também a ideia de uma prática de leitura corriqueira e cotidiana (re) construída por ele e, ao naturalizar o hábito da leitura, comparando-o ao ato de assistir novela, trazia aí à cultura da leitura, cultivada por intelectuais, ao mesmo patamar da cultura do entretenimento diário e constante. Ainda nessa entrevista, descreve características de sua mãe, “mulher dotada de inteligência e cultura humanística, incumbiu-se pessoalmente da nossa educação que conduzia com energia” (PORTO, 1967, s/p).

Essa mesma ideia é defendida por Ana Tereza Porto (2016) e Demétrio (2016), respectivamente neta e genro, que atribuem o sucesso de Mário Porto e seus irmãos à educação rígida e atenciosa de sua mãe.

Bom, eu escutava muito do meu avô assim que ele...Que ele era daqui de João Pessoa, mas ele se considerava de Cruz do Espírito Santo, que foi uma cidade assim que depois quando os pais... Quando o pai dele faleceu né?... Que eles passaram dificuldade muito grande financeira e eles foram pra lá,

¹⁷ Informações contidas em Gomes (2011).

porque minha avó, que era uma pessoa muito assim, a frente do tempo, minha avó não, minha bisavó... A frente do tempo era rigorosa com os estudos e não admitia assim que tirasse nota baixa, que não estudasse... Ela não admitia hipótese nenhuma de um filho dela não se formar... Isso naquela época... E ele contava muito a história de quando eles foram para lá, que eles ficaram no coreto da praça, porque não tinham... Não tinham casa né, aqui a casa era alugada e meu bisavô morreu de repente, não deixou pensão e ela tinha muitos filhos e resolveu ir pra o interior, pra terminar de criá-los, que era mais fácil... Lá ela ensinava e com que ela ensinava particular, ela custeava né os estudos, quer dizer eu não digo nem os estudos, que é a vida mesmo dos filhos, a subsistência, garantia a subsistência com os ensinamentos particulares dela (Informação verbal)¹⁸.

De posse destes relatos, podemos aferir que parte dos saberes aplicados à vida pessoal e profissional - quer como magistrado, quer como professor - de Mário Moacyr Porto advém de uma estrutura familiar permeada de ensinamentos que o ajudaram, inclusive, a formar sua *identidade docente*¹⁹. Assim, nos detivemos a analisar e compreender quais saberes se fizeram necessários e constituíram sua prática docente, como esses saberes foram traçando sua formação enquanto professor e como esses saberes se desenvolvem no tecido social.

Trata-se de uma discussão que vem sendo realizada a partir de 1980, em pesquisas no mundo anglo-saxão e Europa em tempos mais recentes. Compartilhamos a perspectiva teórico-metodológica de Tardif (2014), que não admite pensar a questão do saber desvinculada de outras dimensões do ensino, ou como categoria autônoma, separada de outros espaços, realidades sociais, organizacionais e humanas em que se encontram os professores.

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua experiência profissional, com as suas relações com seus alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente. (TARDIF, 2014, p. 3).

A família representa, aqui, o primeiro espaço constitutivo do saber, no qual o sujeito inicia a sua formação pessoal e profissional. Portanto, a influência dos familiares, em especial da mãe de Mário Porto na infância, com a preocupação e tentativa de fazer seus filhos serem

¹⁸ Entrevista concedida por Ana Tereza Porto e Demétrio, em 19 de janeiro de 2016.

¹⁹ Neste trabalho, consideramos a identidade docente como o processo de ser e estar na profissão. Estudiosos no campo da “formação de professores”, como Nóvoa (1995), sugerem que a crise de identidade dos professores se dá a partir da separação que se pretende entre o eu profissional e o eu pessoal do professor, duas instâncias que para ele não se separam, tendo em vista que a identidade docente é formada por meio de experiências vividas ao longo da existência do professor, seja pessoal e/ou profissional. O trabalho desenvolvido pelo professor o modifica interiormente e esta transformação aperfeiçoa o seu saber trabalhar. Assinalamos que, na constituição desse processo identitário, é fundamental que o professor sinta-se autônomo no exercício de sua atividade, e se sinta capaz de “controlar” o processo de ensino, como nos adverte Nóvoa (1995).

bons leitores, pessoas articuladas aos saberes, rendeu-lhe reconhecimento social em diversas áreas do conhecimento. Os irmãos do professor Mario Porto assumiram papéis diversos no entrelaçamento e na construção da sociedade: militar, médicos, funcionário público e o mais novo, Sílvio Pélico Porto, optou pelo magistério, sendo professor da Universidade Federal da Paraíba durante alguns anos.

Outro elemento importante que se encontra imbricado à escolha profissional e à prática do sujeito enquanto professor é a natureza do saber aprendido, produzido e ensinado no fazer-se docente. O caráter social do saber, com toda a sua diversidade, não é produzido por eles mesmos (professores), nem é produzido através de sua prática cotidiana. A origem social dos saberes está na confluência desses conhecimentos com outros saberes produzidos pela sociedade, instituição de formação, pelos diálogos com seus pares, entre outros. Considera-se que o saber promovido pelo professor Mário Moacyr Porto provém, basicamente, da família, da escola que o formou (Faculdade de Direito do Recife) e de sua cultura pessoal. Tardif (2014, p. 7) considera o conhecimento dos professores “plural, compósito, heterogêneo, porque envolvem, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber-fazer bastante diverso, proveniente de fontes variadas e, provavelmente, de natureza diferente”.

O embasamento intelectual, o professor Mario Moacyr Porto adquiriu através de sua formação na Faculdade de Direito. Entretanto, ele não se limitava apenas à técnica das disciplinas, mas estava sempre atento a todos os movimentos de ideias que circulavam naquele espaço acadêmico. Sua prática de leitura era constante e o aprofundamento dessas leituras foi de fundamental importância para seu exercício no magistério superior. Ora, a Faculdade de Direito se constituía instituição de ensino de práticas jurídicas e não de práticas docentes. Ana Tereza Porto, explicando sobre a aproximação de seu avô Mário Moacyr Porto com a leitura, revela:

Mas eu me lembro de vovô, por exemplo, o que eu me lembro de vovô, desde muito pequenininha era lendo muito. Eu chegava na hora do almoço tinha um livro, entendeu? De noite era livro. Ele tinha uma biblioteca imensa, assim em Natal né, quando ele morava em Natal e lá também ele tinha uma cadeira de balanço, ali ele virava às vezes à noite, quando ele dizia assim: Ah esse livro tava tão delicioso, quando eu vi já tava claro o dia (Informação verbal)²⁰.

²⁰ Entrevista concedida por Ana Tereza Porto, em 19 de janeiro de 2016.

Em tese, podemos dizer que o “fazer-se professor”, na história de vida de Mário Porto, deu-se muito mais no âmbito familiar, ao usufruir e se deixar permear pelas práticas de sua mãe (professora), do que por uma formação acadêmica especializada no professorado. Tardif (2014, p.10) confirma essa questão, ao colocar que: “Os inúmeros trabalhos dedicados à aprendizagem do ofício do professor colocam em evidência a importância das experiências familiares e escolares anteriores à formação inicial na aquisição do saber-ensinar”.

Sua mãe foi, sem sombra de dúvida, uma figura de grande influência em sua escolha profissional. “... a minha mãe era superiormente inteligente e culta, o que é de causar surpresa, pois, no seu tempo de moça, à quase unanimidade, semianalfabeta e simplesmente de prendas domésticas” (PORTO, 1990, s/p). É bem verdade que Dona Nautília vivenciava um período (Século XIX) em que as mulheres não tinham conquistado o direito a aprender os conteúdos científicos, e que as “prezadas domésticas” eram predominantes na educação das mulheres. Todavia, as oportunidades de educação oferecidas a ela, foram, notadamente, a de uma educação diferenciada daquela normalmente ofertada às mulheres de sua época, haja vista ter como possibilidade o ensino de línguas, desenvolvendo com habilidade a língua francesa e aulas de humanidade.

O acesso a um saber institucionalizado foi garantido a D. Nautília graças a seu pai, avô materno do professor Mário Moacyr Porto, que, como general do exército, possibilitou à filha os estudos como aluna interna em um colégio de freiras francesas, situado no Rio de Janeiro. Os militares eram, na ocasião, uma classe de pouco destaque e valorização, contudo, a situação veio a melhorar após a Guerra do Paraguai. O general Bento da Gama, paraibano, foi para a guerra como “alferes” do exército e retornou como major ao fim do conflito (PORTO, 1990).

D. Nautília, compreendia que o curso superior em Direito garantiria distinção a seu filho e um futuro promissor. A formação em Direito era considerada por muitos como um instrumento de ascensão na vida social/profissional.

O pensamento da mãe sobre o futuro do filho tinha um fundamento, e a explicação encontra-se na memória. Ela compartilhava de uma memória social na qual a construção do imaginário em torno da profissão do bacharel foi sendo edificada através da memória coletiva e de seus envios. Para Maurice Halbwachs, a memória coletiva significa “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. (POLLAK, 1992, p. 200). As Faculdades de Direito eram socialmente representadas como um lugar de formação de sujeitos que comporiam a administração pública do país. Os bacharéis exerciam um importante papel nas decisões econômicas e políticas do

Brasil e atuavam em várias esferas da sociedade, utilizando-se, em grande medida, apenas dos esquemas intelectuais formalizados pela faculdade, inclusive no magistério.

Ao examinar a carta curricular e os eixos de formação presentes na descrição dos saberes que seriam aprendidos e ensinados pela Faculdade de Direito do Recife, ou Escola do Direito, como também ficou conhecida, podemos aferir que não havia nenhuma orientação acerca dos aspectos pedagógicos. Encontramos esta carta curricular em Platt, Assmann e Dutra (2013, p.116) no artigo intitulado *A formação acadêmica dos revolucionários republicanos brasileiros no século XIX*, pelo qual anunciam a presença de um “autodidatismo muito frequente” na academia jurídica. A seguir, apresentamos a carta curricular, encontrada pelos autores na biblioteca, na respectiva instituição.

QUADRO 1 – Carta curricular e eixos de formação: Saberes ensinados e aprendidos na Faculdade de Direito de Recife

	1885	1900
1º ANO	1. Direito natural e Direito público universal 2. Direito eclesiástico	1. Direito Público e Constitucional; 2. Direito Romano; 3. Filosofia do Direito.
2º ANO	1. Direito romano 2. Direito constitucional, Direito das gentes, Diplomacia e História dos tratados.	1. Direito Criminal; 2. Direito Internacional Público e Diplomacia; 3. Economia Política; 4. Direito Civil (1ª Cadeira)
3º ANO	1. Direito criminal, incluindo Direito militar.	1. Direito Civil (2ª cadeira) 2. Direito Criminal; 3. Sciencia das Finanças e Contabilidade do Estado; 4. Direito Comercial.
4º ANO	1. Direito comercial, incluindo Direito marítimo.	1. Direito Civil (3ª cadeira) 2. Direito Marítimo; 3. Processo Criminal, Civil e Comercial; 4. Medicina Pública

5º ANO	1. Economia, Política, Sciencia das finanças e contabilidade do Estado; 2. Processo Civil, Comercial e Criminal incluindo o militar; Hermenêutica Jurídica.	1. Prática Forense; 2. Sciencia da Administração e Direito Administrativo; 3. História do Direito, especialmente do Direito Nacional; 4. Legislação Comparada.
--------	--	---

Fonte: Revista HISTERDBR *online*.

Ao observarmos o quadro com a descrição das disciplinas ministradas no curso de Direito da Faculdade de Recife, entendemos que os cursos que formavam bacharéis não trazem, em seu currículo, disciplinas voltadas para a formação professoral. Sobre a formação de professores, Saviani (2009) nos chama a atenção para a história da formação docente no Brasil, as dificuldades encontradas, os desafios superados e os que hão de vir. Aponta dois modelos de formação a nível superior, ambos presentes, predominantemente, na formação do professor: o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, que se refere à formação do professor por meio da cultura geral e do domínio dos conteúdos que o sujeito irá ministrar; e o modelo pedagógico-didático, que exige do sujeito domínio das práticas didáticas. Neste último modelo, considera-se que o professor só se constitui profissional do ensino com a junção de conteúdos e didática.

Na comparação da prática do professor Mário Moacyr Porto aos modelos apresentados acima, podemos considerar que ele compartilhava da formação baseada no domínio dos conhecimentos referentes à cultura geral e aos conteúdos de cunho específico da disciplina a ser ministrada. Além disso, foi até mesmo “autodidata”, em algumas situações em que utilizou a observação como estratégia de aprendizagem.

Os estudantes que tinham por vontade assumir compromissos profissionais relativos ao professorado, advogados ou magistrados, reforçavam seu campo de leitura, diversificando ao máximo seu alcance de conhecimentos nos mais variados ramos, ampliando o domínio da fala e da escrita. Nesse sentido, Saviani (2009, p.150) considera que “A formação pedagógica-didática virá em decorrência do domínio dos conteúdos logicamente organizados, sendo adquirida na própria prática docente ou mediante mecanismos do tipo treinamento em serviço”²¹.

²¹O Império, em sua legislação, oficializou a prática de ensino como formadora de professores por meio do método de Ensino Mútuo. As escolas normais não haviam sido criadas ou, ao serem abertas, não conseguiam se

Sem nenhum tipo de formação específica, ao se diplomar bacharel, no ano de 1932, tendo apenas 20 anos, Mário Porto fundou, juntamente com duas professoras, na cidade de Currais Novos²², no Rio Grande do Norte, o Ginásio Coronel José Bezerra, instituição onde lecionou as disciplinas de Francês e Português. A aproximação com o idioma Francês se deu ainda na infância com sua mãe, que, além de amante da literatura, falava o francês fluentemente.

Alguns estudiosos²³ das “histórias de vida professoral” defendem a ideia de que há um estilo de vida próprio de quem assume o papel de docente. Um conjunto de práticas, de posturas, vestimentas apropriadas, linguagem erudita, que traçam um perfil do que imaginamos representar a figura do professor. Na construção desse modo de viver assumida pelo professor, a formação inicial tem um importante papel no direcionamento de comportamentos e posturas considerados pertinentes para a formalização desta identidade professoral. Podemos, então, concluir que a família, através da figura materna, contribuiu efetivamente para a construção e a representação daquilo que Mário Moacyr Porto entendia como *ser* professor.

manter em funcionamento por falta de alunos. Assim, o exercício de ensinar consistia na convivência e observação de outro professor, que se tornava exemplo para o aprendiz de práticas professorais. A formação em serviço foi uma modalidade assumida amplamente pela formação dos professores do ensino jurídico brasileiro.

²²Previsto pelo Decreto 7.247, a Lei Leônicio de Carvalho rege sobre a liberdade de ensino e a liberdade de abrir escolas. Essa lei confere a todos os que se sentiam aptos ao ensino a abertura de escolas, estando ao seu critério os conteúdos e métodos utilizados na ministração das disciplinas e na organização escolar, sem que houvesse a interferência do estado.

²³ Informações sobre a noção de *habitus*, no caso da nossa pesquisa sobre *habitus* professoral, podem ser encontradas em Pierre Bourdieu (1983, 1989, 1992 e 1996).

3 PARADOXAL: UM PROFESSOR E REPRESENTANTE DA JUSTIÇA CONFRONTADO PELA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ANOS DITATORIAIS

Este capítulo discute os paradoxos vivenciados pelo professor Mário Moacyr Porto no período da ditadura civil-militar. Decerto, ele, enquanto magistrado, representante da justiça, não poderia imaginar o que precisaria fazer, que ações lhe seriam exigidas no sentido de resistir ao tolhimento do seu exercício profissional e diante das contradições ideológicas manifestas naquele contexto. O “silêncio” se revelaria instrumento de resistência nas mãos do professor.

No dia 1º de abril de 1964, um movimento político-militar estabeleceu o estado ditatorial em nosso país. O tão conhecido “Golpe Militar de 1964” marca uma série de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram em um golpe de Estado. Esse golpe pôs fim ao governo do presidente João Goulart, também conhecido como *Jango*, que, de forma democrática, havia sido eleito vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante o regime militar, ocorreu um fortalecimento do poder central, sobretudo do poder Executivo, caracterizando um regime de exceção, pois o Executivo se atribuiu a função de legislar, em detrimento dos outros poderes estabelecidos pela Constituição de 1946. O Alto Comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar que era referendado pelo Congresso Nacional.

Apesar de haver um presidente no poder, as diretrizes da governabilidade vinham do Alto Comando da “Revolução”, composto pelo General de Exército Arthur da Costa e Silva, o Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewalde o Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello. Quatorze dias depois, o general Humberto de Alencar Castelo Branco assumia, mediante eleição indireta, a presidência da República.

Foi um tempo no qual a liberdade de expressão e de organização era quase inexistente. Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram suprimidas ou sofreram interferência do governo. Os meios de comunicação e as manifestações artísticas foram duramente reprimidos pela censura. Essa nova ordem social, revestida da ideologia de segurança nacional, buscava o controle total das instituições e dos sujeitos, reprimindo toda e qualquer forma de manifestação de oposição ao governo. Para isso, podiam contar com a comunidade de informação e segurança, que era responsável por vigiar as atitudes “subversivas” e por punir, por meio de prisões,

sequestros, torturas e desaparecimentos, ferindo os princípios pregados pelos direitos civis fundamentais. O presidente Castelo Branco dava então início à “Operação Limpeza”, que buscava eliminar civis e militares que estivessem, de alguma forma, envolvidos em atitudes e práticas “subversivas”. Essa foi uma das ações políticas resultantes do golpe de 1964 contra os movimentos que propagavam valores esquerdistas e que contavam com uma grande participação dos universitários, haja vista a militância de estudantes, docentes e organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Como parte das ações políticas que emergiam com o golpe de 1964, houve o afastamento de dirigentes de universidades (diretores e reitores), a utilização dos inquéritos Policial-Militares (IPMs) e dos processos de investigação da Justiça Militar, bem como a criação e atuação da Comissão Geral de Investigações (CGI) e das comissões de sindicância nas universidades. A ação das comissões de sindicância nas universidades levou à demissão de professores em várias instituições de ensino superior do país, causando tanto ou maior prejuízo quanto os IPMs, ambos criados em decorrência das disposições dos Atos Institucionais.

Os impactos da ditadura civil-militar foram, portanto, profundamente sentidos nas instituições como o Judiciário, mas também atingiu imensamente as universidades brasileiras. Estabeleceu-se um paradoxo nas universidades durante os chamados “anos de chumbo”: ao mesmo tempo em que se tornavam um dos principais alvos da repressão, passaram por intenso processo de modernização (autoritário), com ampliação de infraestrutura e aumento de vagas discentes tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, centralização do vestibular, reformulação da carreira docente e construção de novos *campi* universitários. A Universidade Federal da Paraíba não foi exceção, não escapou à política da ditadura. Sendo assim, por exercer o poder na qualidade de reitor daquele espaço de educação, o professor Mário Moacyr Porto logo sentiu as mudanças que ocorriam na instituição, quando imediata e subitamente foi afastado do espaço acadêmico.

A destituição de reitores durante a ditadura civil-militar foi um ato de prevenção por parte do governo militar, que sustentava a tese de que o Ministério da Educação estava sendo veículo de subversão da ordem do país, e, sendo as universidades instrumentos de conscientização social e de acesso aos conhecimentos formativos, representariam, portanto, uma ameaça à ordem. Tanto reitores como líderes docentes perderam os seus cargos, pois foram considerados, pelo regime, ideologicamente incorretos e subversivos, se não, afastados por apoiar os perturbadores da “ordem” – os estudantes.

A reitoria²⁴ da Universidade era, sem dúvida, um lugar pleiteado pelos docentes nos idos de 1960. Observamos que, nos dias de hoje, disputas acirradas pela administração das Universidades ainda são recorrentes. O reitor, nas relações de poder que se estabelecem, costuma ser beneficiado, uma vez que está à frente da administração e direção de uma instituição de grande expressão social, o que lhe garante notoriedade entre seus pares. De fato, o reitorado foi mais um dos grandes passos do professor Mario Moacyr Porto, sendo nomeado e empossado em maio de 1960, entretanto, não nos parece ter sido um cargo pleiteado por ele, haja vista suas palavras ao descrever o reitorado: “um grande equívoco que encerrou minha promissora carreira de magistrado” (PORTO, 1992, s/p).

Aconteceu que estando ele, pela segunda vez, na presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba e contando com o apoio de diversos líderes, tanto paraibanos quanto de Estados vizinhos, teve início uma campanha para nomeá-lo ministro do Tribunal Federal de Recursos, localizado no Rio de Janeiro. Entretanto, todo esse movimento resultou numa expectativa frustrada, pois acabou não havendo tal nomeação. Todavia, com a repercussão advinda dessa campanha, menos de um ano depois foi nomeado reitor, indicado pelo ex-governador José

²⁴ A Reitoria é o órgão executivo da administração superior que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Universidade. O Reitor e o Vice-Reitor são nomeados pelas autoridades competentes, para um mandato de quatro anos, escolhidos dentre os nomes indicados em listas tríplices, organizadas em reunião conjunta do Conselho Universitário, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Curador, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo. As funções estabelecidas ao cargo de reitor são: I - representar a Universidade em juízo ou fora dele; II - convocar e presidir a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Social Consultivo com direito de voto, inclusive o de qualidade; III - nomear e dar posse a Diretores e Vice-Diretores de Centros; IV - baixar provimentos e resoluções decorrentes de decisões do Conselho Universitário e do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; V - conferir graus e assinar diplomas e certificados; VI - proceder, em Assembléia Universitária, à entrega de prêmios, diplomas e títulos acadêmicos conferidos pelo Conselho Universitário; VII - firmar acordos ou convênios entre a Universidade e entidades públicas e privadas; VIII - nomear, contratar, exonerar, dispensar e aplicar penalidades disciplinares ao pessoal docente e técnico-administrativo, observando a legislação em vigor; IX - fixar a lotação e conceder aposentadoria, na forma da legislação vigente; X - baixar atos de concessão de incentivos funcionais ao pessoal docente; XI - constituir comissões especiais, de caráter permanente ou temporário, para emitir parecer sobre acumulação de cargos, na forma da legislação em vigor, ou para estudos de problemas específicos; XII - requisitar, na forma da lei e deste Estatuto, pessoal docente ou técnico-administrativo a outras instituições, para prestar serviços à Universidade; XIII - encaminhar ao Conselho Universitário e ao CONSEPE, conforme o caso, reclamações ou recursos de professores, alunos ou servidores; XIV - administrar as finanças da Universidade e determinar a aplicação dos seus recursos, de conformidade com o orçamento aprovado e os fundos instituídos; XV - submeter à aprovação do Conselho Curador e do Conselho Universitário, ao início de cada exercício orçamentário, o orçamento interno e a respectiva proposta orçamentária da Universidade; XVI - submeter ao Conselho Curador e ao Conselho Universitário, a prestação de contas anual da Universidade; XVII - baixar atos de remoção e afastamento, de acordo com as conveniências do serviço e a legislação específica; XVIII - exercer o poder disciplinar na jurisdição da Universidade, nos termos da legislação específica; XIX - delegar poderes e atribuições, cancelando-os, no todo ou em parte, segundo as conveniências do serviço; XX - propor a abertura de créditos adicionais; XXI - autorizar a participação de professores e servidores técnico-administrativos nas atividades de direção ou de órgãos colegiados das fundações de apoio da Universidade, observando a legislação vigente; XXII - desempenhar as demais atribuições inerentes ao seu cargo, não especificadas neste Estatuto. Ainda, por determinação da reitoria, são escolhidos chefes para os seguintes órgãos auxiliares de direção superior. Ver mais em: Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Américo de Almeida, que, apesar de já não ocupar o cargo de governador, ainda exercia grande influência na política paraibana. O professor Mário Porto ocupou a reitoria até ser destituído em 64. Encontramos registros deste momento na matéria “Escolha do Reitor”, publicada no jornal *Diário de Pernambuco* do dia 12 de março de 1960, p.7:

Como foi amplamente divulgado pela imprensa local, realizou-se ontem, a eleição para a escolha da lista tríplex com os nomes dos professores da universidade e que deverá ser enviada ao governador de Estado, para a nomeação do reitor que dirigirá a Universidade no período 1960/63. Depois de conhecido os resultados dos três escrutínios secretos, constatou-se que foram escolhidos pelo Conselho Universitário os professores João Toscano Gonçalves de Medeiros, Mário Moacyr Porto e Milton Ferreira de Paiva.

O professor João Toscano Gonçalves de Medeiros esteve à frente da Universidade da Paraíba no período de 06 de abril de 1957 a 05 de abril de 1960, podendo ter sido reconduzido à cátedra por mais um mandato. Não obstante, estando sob responsabilidade das autoridades competentes a nomeação para o exercício do cargo de reitor, coube ao governador de estado, José Fernandes de Lima, a escolha de nomear o professor Mário Moacyr Porto para esta função. Em 1960, assumiu a reitoria da Universidade da Paraíba, que, apesar de na ocasião não ser federada, ainda no reitorado do professor, teve este propósito concretizado.

Gomes (2011) retoma um depoimento escrito pelo professor Mário Moacyr Porto no qual descreve a situação em que se encontrava a Universidade. A biógrafa utiliza-se dessa narrativa para descrever os esforços empreendidos, por parte de personalidades do cenário paraibano, na busca da federalização da Universidade da Paraíba. Ainda que percebamos no texto tais esforços, procuramos ir além, refletindo sobre as motivações do professor Mário Moacyr Porto ao assumir a reitoria.

Quando fui nomeado reitor, vou dar um exemplo como a Universidade era pobre: a Universidade ocupava uma casa na Rua Duque de Caxias, tinha 03 bureaux e 06 funcionários requisitados do Estado. O meu antecessor foi João Medeiros, aliás, um homem excelente, um homem de bem. Ele requisitou, imagine 06 funcionários e 03 bureaux para uma reitoria, não havia automóveis, não havia nada. Olha, eu não quero puxar brasa para minha sardinha, mas eu quero contar fatos que parecem não ser verídicos. Mas digamos meus conterrâneos, gente de minha idade, gente que fez comigo a universidade, sabe muito bem. Por exemplo, eu tinha que ir a Brasília ou ao Rio para cuidar dos interesses da Universidade, inclusive obter verbas e outras vantagens para a Universidade junto ao Ministério. A Universidade não tinha dinheiro, e eu ia às minhas custas. A Universidade não me pagava passagem, nem ajuda de custo, não me pagava nada. Hermes Pessoa também fazia muito isto, ia cuidar dos interesses da Faculdade de Direito às suas custas. Até presentes levamos para o Diretor de Ensino Superior, as nossas custas. De maneira que era uma fase heroica, de abnegação e renúncia. Não

havia nada, só muita boa vontade, muito sacrifício e muito espírito público (PORTO apud GOMES, 2011 p. 88).

Esse texto faz parte de um depoimento cedido ao projeto História da UFPB pelo professor Mário Moacyr Porto, no ano de 1979 e encontra-se na Revista da UFPB. Foi transcrito por Gomes (2011), por meio de quem tivemos acesso à entrevista. A partir das informações registradas na entrevista, nos permitimos fazer algumas observações. A primeira delas descreve, ainda que sumária e indiretamente, os benefícios trazidos pelo processo de federalização. Os recursos a partir da federalização seriam geridos pela própria instituição, haveria autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, com atribuições por parte da União que previa recursos destinados a ela.

A segunda observação nos autoriza a delinear características próprias do professor Mário Porto, que percebia as lutas em busca de conquistas pela e para a educação paraibana, como um ato heroico, provido de um perfil de abnegação e renúncia, tornando a Universidade alvo da atenção no cenário científico – acadêmico nacional. Observamos que, ao descrever sua ação através dessas duas palavras, abnegação e renúncia, ele parecia considerar que se engajar nessa luta, em prol do bem comum da sociedade e da educação paraibana, significava preterir, até mesmo, planos de interesse próprio.

Não obstante, a prática de realizar viagens com frequência utilizando recursos pessoais, em busca de ajuda, resolução de assuntos relacionados à federalização ou outros interesses das universidades e faculdades da época, não se restringia a um ato isolado do professor Mário Porto. Pelo contrário, devido à escassez de recursos, vários outros reitores de todo o Brasil iniciaram uma aproximação com o governo federal nesses moldes, vislumbrando melhorias e ampliação de recursos e desenvolvimento.

De fato, a federalização da Universidade da Paraíba modificou todo o cenário educacional, sócio-político e econômico da educação superior paraibana; o legado deixado por intelectuais que lutaram pelos interesses de uma educação pública bem estruturada e de qualidade nos permite usufruir da autonomia conquistada. A História de vida do professor Mário Moacyr Porto junto à Universidade da Paraíba confunde-se com a história dos tempos ditatoriais²⁵ na universidade. Ao analisarmos os desafios enfrentados por ele nessa instituição de ensino, podemos vislumbrar uma face das interferências do regime militar nas universidades brasileiras, mais especificamente na Universidade Federal da Paraíba. A compreensão dos efeitos gerados pela ditadura nas universidades é trazida de maneira

²⁵ O regime ditatorial implantado pelo Golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 foi um período de muita repressão, de muita violência física, simbólica e moral.

inteligível pelo pesquisador Rodrigo Patto de Sá Mota (2014). As pesquisas realizadas por este autor visam, sobretudo, esclarecer o período ditatorial a partir dos pontos negativos, mas também levantam pontos positivos, mesmo entendendo que os avanços obtidos através da ditadura tenham sido impetrados por meio de força e violência física, simbólica e moral. Diz ele:

O regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva. Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a “subversão docente” (MOTA, 2014, p.2).

Fez parte deste conjunto de acusados da “subversão docente” o primeiro reitor da universidade da Paraíba, o professor Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes. Assim como o professor Mário Porto, o professor Durmeval Bartolomeu sofreu com a instalação e intervenção do Estado militar, adoecendo em consequência do seu afastamento como membro do Conselho Federal de Educação. As medidas punitivas aplicadas neste período não calculavam ou consideravam as consequências, desde que os objetivos de impor uma “ordem” ao Estado Brasileiro e à sociedade e de reconfigurar as ideologias fossem alcançados.

Este é um período de nossa história que jamais será esquecido, tão rico no que concerne à compreensão, análise e estudo. Mesmo havendo inúmeros estudos realizados a seu respeito, ainda há muito para se desvendar sobre tal período. Dessa maneira, estudos como o que ora fazemos restabelecem a memória e nos permitem o acesso à verdade, como um direito estabelecido. Assim, também, podemos participar de um movimento atual de “educar para nunca mais”²⁶. O desafio aqui proposto foi o de reler e interpretar o passado com a visão do tempo presente. Ainda que outras pessoas já tenham realizado essa ação, nunca haverá um mesmo olhar sobre o mesmo objeto de estudo, assim esclarece Bosi (1994, p.57): “Tudo se passa como se o objeto fosse visto sob um ângulo diferente e iluminado de outra forma: a distribuição nova das sombras e da luz muda a tal ponto os valores das partes que, embora as reconhecendo, não podemos dizer que elas tenham permanecido o que era antes”.

Portanto, não se trata apenas de narrar os acontecimentos, mas de debater ações, atitudes e pensamentos que envolvem a época e que, por anos, instituíram o medo, a

²⁶ O “educar para nunca mais” é uma expressão que demonstra o sentido da educação em Direitos Humanos. Uma educação que permite o empoderamento dos sujeitos excluídos e marginalizados socialmente; o resgate da memória histórica, recuperando o direito à verdade, à quebra da cultura do silêncio; voltada sempre para a formação de sujeitos de direitos.

repressão, a violência como meios legais de trazer ordem ao país. Este novo olhar e a sua compreensão, em larga escala, dependem da relação estabelecida entre o texto relido e o autor, que o escreve agora a partir da sua própria visão e experiência de mundo. Esta releitura, ou “nova leitura”, conforme nos propõe Bosi (1994, p.57), propicia ao segundo leitor a possibilidade de “refazer” a história:

A diferença maior, e inevitável, está no teor das ideias e nas reflexões sugeridas pela nova leitura. Trata-se sempre de um adulto que lê uma história para crianças, mas escrita por outro adulto. O leitor sabe, agora, que o autor precisou adequar-se ao nível mental da criança; e essa consciência nova instiga-o a perguntar muitas vezes se o autor foi feliz no seu esforço de ajustamento, ou se ele deixou transparecer sua visão de mundo, seus gostos e interesses de adulto. Ocupado, ainda que involuntariamente, em reparar e criticar os modos de proceder do autor, o autor adulto entremeia com suas reflexões a percepção das imagens relidas; e esse convívio de lembrança e crítica altera profundamente a qualidade da segunda leitura. A qual só por essa razão, já não “revive”, mas “refaz” a experiência da primeira.

A experiência de “reviver” acontecimentos tal como eles se deram é uma provocação ao exercício do historiador, que se depara com a dificuldade ou até mesmo impossibilidade de se reviver um passado, considerando que o tempo impõe limites à atividade da memória. Contamos, inclusive, com o fato de que muitos que testemunharam os acontecimentos tiveram, com o tempo, suas vidas findadas, fato inerente à condição humana.

O jornal *O Combate*, em maio de 1992, publicou uma nota assinada por Antônio Augusto Arroxelas, diretor da União Estadual de Estudantes da Paraíba (UEEP) em tempos de ditadura na Universidade, onde ele narra sua experiência na prisão e publica a realização dos grupos estudantis na Universidade com o apoio do reitor e professor Mário Moacyr Porto. Assim escreveu:

Na gestão Lindemberg Farias como presidente da União Estadual de estudantes da Paraíba (UEEP), logo nos primeiros dias do reitorado do professor Mário Moacyr Porto, foi inaugurado o restaurante universitário, no Cassino da lagoa, no mesmo local passou a funcionar o Clube do estudante universitário. Durante a minha gestão na presidência da UEEP, contando com o apoio do reitor, e dos colegas de diretoria, ampliei o número de comensais do restaurante, criei a policlínica Central dos estudantes, instalei a sede da UEEP numa confortável casa na Rua Rodrigues de Aquino, preparei toda a infraestrutura para a residência universitária feminina, melhorei a página universitária no jornal *A união*, inaugurei por sugestão do saudoso Luis Ramalho, na época estudante de Direito e depois compositor consagrado, o conjunto dançante e com o apoio dos universitários em geral conseguimos de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados da universidade, com direito a vez e a voto. A UFPB foi à primeira universidade brasileira

que obteve a citada participação estudantil nos seus órgãos, aplicando a palavra de ordem da UNE (O COMBATE, maio de 1992).

Desarticular os movimentos estudantis fazia parte da proposta de limpeza de quem salvaguardava os objetivos do regime, dentre eles o de impedir a influência da esquerda e dos comunistas na formação dos estudantes universitários, que estavam intensamente envolvidos nos debates políticos da época, representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE). O apoio e bom relacionamento estabelecidos entre o reitor Mário Porto e os estudantes foi um dos motivos que levaram ao afastamento do professor da reitoria. Houve mais seis casos de reitores que foram atingidos por decisões arbitrárias através de intervenções militares. Outros, por pressão, pediram demissão. Também tiveram os apoiadores, nem todos os casos por concordarem com o regime, mas por medo de perderem posição no poder. A respeito da participação dos estudantes nesse período, Gomes (2011, p.95) relata a invasão de uma “aura contestatória” no espaço acadêmico, através das reivindicações estudantis, considerando que “essa foi uma época rica de consciência político-social da juventude”.

Na entrevista que realizamos, questionamos sobre a relação do professor Mário Moacyr Porto com os alunos. A resposta dada veio confirmar o estreito contato e a atenção que eram reservados para eles. Foi deste modo que Ana Tereza Porto compartilhou suas lembranças a respeito do que guardou e ouviu daquele período ditatorial:

Quando ele ia, para algum Congresso, ele levava sempre a minha avó de lado e os netos né? Lembro muito das pessoas que foram alunos dele, que faziam e tinha uma interferência toda especial. Comentavam fatos de sala de aula. Lembro-me muito de algumas pessoas que falavam assim que na época que ele era Reitor também, que a reitoria era aberta né para os estudantes, os estudantes participavam das reuniões... Eu acho que até isso teve até uma... foi um ponto negativo né, entre aspas, naquela época da Revolução. Lembro-me demais assim de reuniões que tinham na casa de meu avô, que alguns ex-alunos chegavam e falavam: meu mestre, meu, meu guru, era desse jeito. Lembro-me doutor Ianko Cirilo que era um (pausa) que tive até a oportunidade de encontrá-lo algumas vezes depois... Depois assim quando vovô faleceu também que encontrava com a gente, só falava do quanto ele foi importante na vida acadêmica deles, das atividades deles na Universidade, enquanto professor. (Informação verbal)²⁷.

O próprio Mário Porto, ao ser questionado sobre o comportamento dos estudantes e a relação que mantinha com os alunos, em entrevista temática sobre a Revolução militar, concedida ao jornal *A União* (1994), respondeu que “tinha um relacionamento muito bom com os estudantes. Tanto que uma vez, num congresso de reitores em que a tônica era os

²⁷ Entrevista concedida por Ana Tereza Porto, em 19 de janeiro de 2016.

estudantes, fiz um pronunciamento: não tinha problemas com os estudantes, mas sim com os professores que não iam dar aulas” (GOMES, 2011, p. 99).

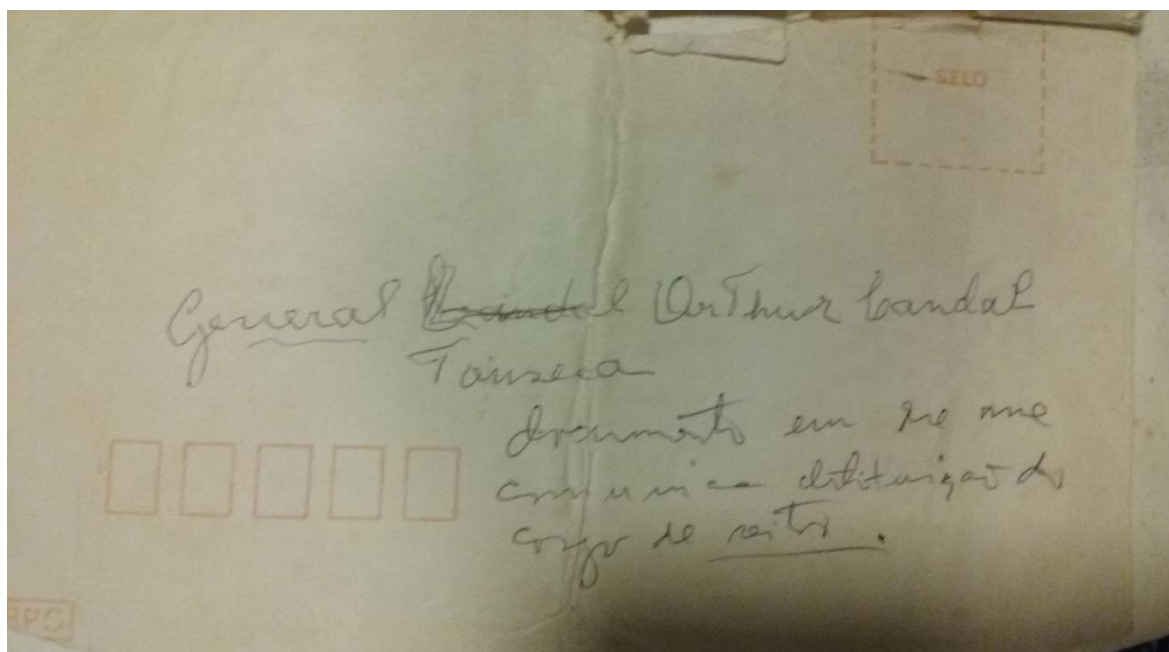
O cruzamento dos registros concernentes à relação do então reitor Mário Porto com os estudantes e à sua saída da universidade nos permite aferir que a motivação deste desligamento tem sua gênese no entrelaçamento de tais realidades. Os proclames de que haveria mudanças nas universidades chegou ao professor Mário Porto por meio de notícias veiculadas por seu irmão, que, em reunião com o comandante do Grupamento e Engenharia, adiantou a notícia de que, em todas as universidades brasileiras, haveria substituições de reitores. Rodrigo Patto de Sá Mota (2014, p.36), em seu livro “As universidades e o regime militar”, confronta essa informação, uma vez que defende que o “desligamento dos reitores atingiu parte minoritária das instituições, já que havia cerca de 25 universidades públicas na época, contando com as estaduais”. Para Mota, a destituição do professor Mário Moacyr Porto teria sido motivada por questões referentes à sua ligação com as causas dos movimentos dos estudantes:

Segundo informes dos órgãos de inteligência, o reitor teria apoiado atividades dos comunistas e facilitado o proselitismo de esquerda. Entre outras coisas, ele foi acusado de financiar viagens de estudantes à URSS e de publicações subversivas (um jornal estudantil). Uma evidência serviu de prova cabal de sua “culpa” aos olhos dos militares: “foi agraciado com a comenda de honra da União Internacional dos estudantes, cuja sede é Praga” (MOTA, 2014, p.36).

A destituição chegou para o professor Mário Porto em forma de documento. Tivemos acesso a esse documento, o qual se encontra em poder de familiares do professor e apresenta a seguinte redação:

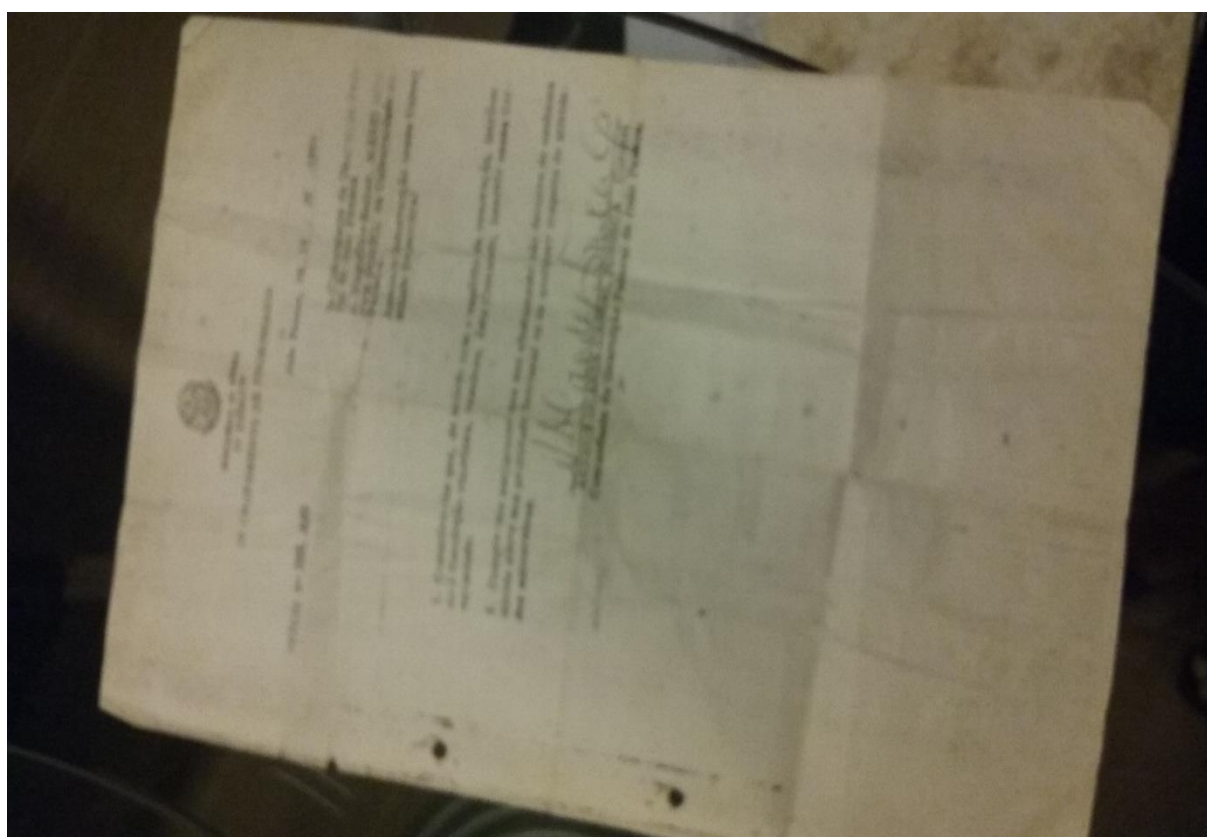
Comunico a V.Sa; que este comando militar, fiel aos ideais de renovação da revolução vitoriosa, deliberou intervir nesta Universidade; 2. Cabe-me registrar que a sua destituição do cargo de reitor não decorre de nenhuma dúvida quanto a sua probidade ou suspeita de atividade subversiva. (a) Arthur Duarte Candal, comandante da Guarnição militar de João Pessoa. (PORTO, 1992, s/p).

FIGURA 4 - Envelope do documento enviado pelos militares ao professor Mário Porto



Fonte: Arquivo da pesquisa.

FIGURA 5 - Documento de destituição do cargo de reitor



Fonte: Arquivo da pesquisa.

O texto “Ao vencedor, as batatas”²⁸, escrito pelo professor Mário Porto para o jornal *Tribuna do Norte* no ano de 1989, faz uma crítica sobre a postura do Estado em diferentes períodos históricos. Logo no início do texto, ele se posiciona apartidário, portanto, contrariando a tese dos militares de que ele seria de esquerda ou comunista.

Não tenho e nunca tive filiação partidária e jamais me candidatei a um cargo eletivo de natureza política. Mas confesso que sou “político” ardoroso no sentido aristotélico da expressão, isto é, interesse-me profundamente pelo bom governo do Estado, pela sorte do povo, notadamente pela pouca sorte do nordestino que amarga à condição de uma vida subumana, muito mais pela inaptidão dos que cuidam de solucionar os seus problemas que pela complexidade e dificuldades que os problemas, em si, apresentam. Daí a frequência, a obstinação com que escrevo, faço palestras há mais de 50 anos, sobre a problemática brasileira, notadamente a nordestina (PORTO, 1989, s/p).

A fala do professor nos revela sua preocupação com o outro, o nordestino, sua solidariedade em defesa dos valores humanísticos. Ele, enquanto intelectual, tem como instrumento de luta a palavra e as utiliza como elemento de combate e denúncia do sofrimento, opressão e degradação da dignidade humana.

Observamos, no decorrer da pesquisa, que nos anos posteriores ao golpe de 1964 houve uma diminuição considerável das publicações do professor em jornais e revistas. Em 1967, encontramos uma entrevista do professor Mário Porto para o jornal “O Poti”, porém em momento algum identificamos comentários sobre a “revolução”. Anos mais tarde, pelos idos de 1980, tornam-se frequentes as publicações em jornais e revistas, e, em sua maioria, os conteúdos se interligam de alguma maneira às ações da ditadura, como forma encontrada pelo professor Mário Porto de “expor” os desmandos do regime autoritário.

Existe, nas atas do Tribunal de Justiça da Paraíba, um texto de protesto do Desembargador Emílio Farias contra a ditadura. O jornal *Tribuna do Norte*, no texto “Minhas alheias memórias”, escrito pelo professor Mário Moacyr Porto no ano de 1990, faz referência à atitude corajosa do desembargador de não silenciar suas palavras de contestação diante da

²⁸ O texto do professor Mário Moacyr Porto “Ao vencedor, as batatas”, tem seu título inspirado no livro de Roberto Schwarz (crítico literário das obras de Machado de Assis), que como literato assume uma postura crítica frente ao momento histórico. Principalmente, inspirado no ensaio de abertura: “As ideias fora do lugar”, o professor apropria-se das ideias do Schwarz para fazer alusão ao período ditatorial, fazendo uma crítica sutil ao regime instaurado em 1964, período em que as ideias encontravam-se fora do lugar. Ele toma para si uma expressão que só quem conhece literatura ou leu Machado de Assis conseguiria trazê-la para seu contexto e para o debate.

arbitrariedade da “revolução”. O documento que resultou na aposentadoria compulsória do desembargador Emilio Farias, diz assim:

Eu mentiria a mim mesmo, que é a forma mais vergonhosa de mentir, se por conveniência ou pusilanimidade, silenciasse ante a perda irreparável que sofreu a magistratura e a cultura jurídica brasileira com o afastamento compulsório das suas atividades de três grandes e eminentes magistrados e juristas. Nós éramos senhor presidente, um poder desarmado, mas agora nem mesmo um poder somos, pois todas as nossas garantias não passam de reminiscências melancólicas de um estado de direito. O homem é feito a imagem e semelhança de Deus, porque a ninguém é dado aviltá-lo pelo arbítrio, pois ele só se degrada quando se diminui por falta de respeito próprio. Peço senhor presidente, que se faça registrar em ata deste Tribunal, na íntegra, este meu pronunciamento, sob a minha exclusiva responsabilidade, para que os pósteros não digam amanhã que na Paraíba, de tão caras afirmações de independência e altivez, todas as vozes se calaram em um silêncio comprometedor (PORTO, 1990, s/p).

Nesse mesmo texto, em que o professor Mário Porto destaca o pronunciamento do desembargador Emilio Farias, o professor ressalta a admiração por este ato de “grandeza moral e coragem invulgar”. E confessa que ele, assim como outros magistrados de sua época, permaneceu em suas atividades, cumprindo suas funções rotineiramente, em silêncio, para evitar sofrer perdas maiores do que já havia sofrido. No tempo em que o desembargador Emilio Farias tornou público o seu protesto, o professor Mário Moacyr Porto já estava aposentado do Tribunal e já havia sido destituído de seu cargo de reitor.

Como a destituição de fato ocorreu, Dr. Guilardo Martins, capitão médico do exército substituiu o professor Mário Moacyr Porto. O que ficou em sua memória foi o incômodo criado pela destituição, que deixa no ar a suspeita quanto à sua conduta no exercício da sua atividade. Em uma entrevista dada ao Jornal *A União*, em 1994, pode fazer considerações sobre o ocorrido, escrevendo assim:

Não fui cassado, fui demitido, fui destituído do cargo de reitor por um ato do comando militar. Agora, quase dois meses depois, o presidente da República Castelo Branco, me exonerou, sem dizer o porquê. Mas continuei no cargo de professor. Estava ensinando, fui receber meus vencimentos e a moça me disse que tinha ordem verbal do interventor para não me pagar. Então pedi uma certidão de que estava no cargo e pedi que me explicasse porque não estava me pagando. Respondeu-me que, de acordo com relatório secreto enviado ao Senhor Ministro da Educação, meus vencimentos não poderiam ser pagos. Então retruquei “Não posso me defender de um relatório secreto!” Não me respondeu nada. Então, promovi uma ação para ter acesso a essas informações. Então, ele informou ao juiz que o relatório sumiu. Agora, teria que pagar, e recebi os quatro meses atrasados. (GOMES, 2011, p. 96).

As pesquisas sobre o período ou aquelas que, assim como esta, têm a Ditadura civil-militar como pano de fundo, dispõem das mesmas dificuldades encontradas pelo professor Mário Porto para a sua defesa quanto aos provimentos do exercício docente. Os documentos sumiram, foram apagados, escondidos, queimados. As memórias foram silenciadas, esquecidas. E isso é a representação da violência exercida naquele período e que permanece até hoje, cerceando o Direito à memória e à verdade.

No entanto, encontramos publicado no jornal “Correio da Paraíba”, do dia 07 de fevereiro de 1965, um mandado de segurança impetrado pelo professor Mário Moacyr Porto contra o ato do Magnífico Reitor Guilhardo Martins Alves, por ele ter indeferido o pedido de pagamento de vencimentos atrasados. Em seus argumentos, através de seus advogados, expõe seus motivos e razões de direito que arrimam seu requerimento ao pagamento. Mas não foi através do mandado de segurança que ele voltou a receber seus vencimentos, e sim por intermédio da solicitação mediada pelo Deputado Dinarte Mariz, também amigo do professor Mário Porto. Essa situação perdurou por anos, mesmo já estando ele e sua família fixados no Rio Grande do Norte. Mais uma vez, vítima da violação dos direitos fundamentais por meio das forças do regime ditatorial, ele foi ferido no direito reservado a todo trabalhador, qual seja o de receber pagamento proveniente do exercício do seu trabalho.

Recorreremos ao presente para ressignificar práticas exercidas pelos militares de ameaça à Democracia e aos Direitos fundamentais, pressupostos defendidos pelo professor Mário Moacyr Porto em toda a sua trajetória professoral, um dos motivos pelos quais tinha suas ações vigiadas e controladas pela Ditadura. Nesse momento, já contávamos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que havia sido promulgada em 1948. A DUDH está fundamentada em princípios que buscam a liberdade e a justiça. Ainda assim, o governo militar violou todos os direitos, da liberdade de expressão, o de ir e vir, o direito à vida. No artigo XI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o inciso II estabelece que “ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional”.

Considerando essas palavras presentes na Declaração de 1948, compreendemos a preocupação do professor Mario Porto a respeito da suspeição que se criou com a destituição de seu cargo como reitor. Entretanto, não havia nenhuma denúncia sobre sua conduta. Foi destituído, dentre outras motivações, por não concordar com o arbítrio proposto pelo governo; foi retirado por não compartilhar as ideias, os pensamentos e as ações dos militares. Sendo assim, publicou um documento em que constavam todas as suas realizações na Universidade

da Paraíba no período em que esteve na administração desta instituição de ensino, em busca do seu direito de resposta a esse ato de imposição e de desrespeito à dignidade de homem e de professor comprometido com as questões educacionais e com a justiça.

Analizamos os fatos referentes às violações dos Direitos Humanos, através do Programa Nacional de Direitos Humanos, estabelecido pelo Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009 e atualizado pelo decreto 7.177 de 12 de maio de 2010. O programa é um documento norteador de diretrizes que versa sobre ações que contribuirão para a construção das bases da democracia.

O eixo orientador VI, presente no Programa Nacional de Direitos Humanos, que tem por título “Direito à memória e à verdade”, ressalta a importância de rever e refletir sobre as ações de violações dos Direitos Humanos registradas pelo Golpe de 1964, para que, com isso, haja o sentimento de reconciliação nacional, uma vez que a verdade se apresenta como libertadora. A reconciliação nacional possibilita a construção da conscientização do não retorno na História. Já na introdução presente no eixo orientador VI, encontramos apontamentos que indicam a importância de fazer uma investigação do passado em busca do aparecimento da verdade histórica. Nesse sentido, é papel do historiador da educação lutar contra esse esquecimento, utilizando a memória como ponte entre o passado e o presente, salvando as lembranças que o tempo destrói.

O trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante. A vivência do sofrimento e das perdas não pode ser reduzida a conflito privado e subjetivo, uma vez que se inscreveu num contexto social, e não individual (BRASIL, 2010, p. 207).

Tal referência à memória se faz não sendo ela história, mas um instrumento do qual se utiliza o pesquisador na elaboração histórica, para a constituição da memória individual e também coletiva.

Ainda no PNDH, no eixo orientador I, encontramos diretrizes que estimulam estreitar o relacionamento entre o Estado e a sociedade civil para o fortalecimento da Democracia. Caminhando no tempo com a história de vida professoral de Mario Moacyr Porto, podemos entrelaçar suas ideias com as diretrizes do Programa, pois, já naquele momento e cenário que antecederam o golpe civil-militar, o professor buscava a participação da sociedade civil nas decisões sobre os rumos da nação. Posteriormente, também defende esse ideário considerando a Constituição de 1988, que legisla sobre direitos civis, políticos e sociais. Encontramos, em

um jornal de Natal, Rio Grande do Norte, uma carta do professor Mário Porto para um jornalista, trazendo algumas recomendações à imprensa:

Caro Woden, na altura a que cheguei à vida, deveria estar cuidando, unicamente, da salvação da alma e outros problemas metafísicos. A casa dos setenta, como diz Manuel Bandeira, não é uma casa, mas uma tapera. E como não temos mais vigor físico para dar maus exemplos nos consolamos em dar bons conselhos. Creio que a reflexão é do Marquês de Maricá, autoridade dos maiores sobre o mundo, o diabo e a carne. Esta carta não visa, propriamente, dar “bons conselhos” ao brilhante jornalista e homem de letras que você é, mas oferecer sugestões sobre o que a imprensa poderá fazer a prol do povo, sem maiores despesas ou comprometimento da “linha” do jornal. Por exemplo: Informar aos brasileiros e brasileiras sobre os direitos e prerrogativas que lhe assistem ou que lhes foram outorgadas pela vigente Constituição Federal. Não me refiro aos estereótipos costumeiros ou encontradiços em qualquer Constituição, que valem mais pela sonoridade de suas palavras do que pela eficácia real dos seus mandamentos. Refiro-me, ao contrário, às providências práticas, objetivas, operantes, que o cidadão poderá tomar em favor dos seus direitos e aos diretos da comunidade. A Constituição vigente – que é, sem dúvida, uma boa Constituição – está cheia de prerrogativas em favor do cidadão que efetivamente queira participar do processo político-administrativo do país. A nova Carta “abriu as asas sobre nós”, inclusive na proteção dos interesses difusos. Esclareço que “interesse difuso” é uma expressão que está na moda e que dá um prestígio danado aos juristas que a usam. Depois, se “pintar” uma oportunidade, conversaremos sobre o assunto. Voltando ao que importa, figuremos um caso concreto, para melhor esclarecer o meu pensamento e o meu propósito: A corrupção na administração pública é um fato ostensivo e notório, e um dos maiores focos de corrupção se encontra nas administrações municipais. A Constituição Federal, sensível à chaga vergonhosa, estabeleceu no art. 31, parágrafo 3, o seguinte dispositivo, que visa, justamente, armar o contribuinte inconformado com o escandaloso manuseio do dinheiro público, de meios para fiscalizar as sujeiras da administração: “As contas dos municípios ficarão, durante sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei”. Com toda certeza, o dispositivo transcrito não é do conhecimento da maioria dos cidadãos-contribuintes. Poucos, pouquíssimos sabem que podem “pessoalmente”, fiscalizar as contas dos municípios, ou melhor, as contas dos Prefeitos e das Câmaras de Vereadores. Aí é que entra a relevantíssima participação dos chamados meios de comunicação de massa, instruindo o povo sobre os seus direitos, informando-o de que o cidadão vale mais do que pensa, estimulando-o, como quer a Constituição, a participar ativa e efetivamente na administração, inclusive opondo-se ao mar de lama que ameaça submergir o país. Um pessimista profissional retrucará: Não adianta. Peculatório de “colarinho branco” está acima das leis. Atitude de conivente, repostamos. Postura de comodista. Filosofia dos vencidos da esperança de melhores dias. O que não adianta mesmo é o blá, blá, blá das recriminações inconsequentes. O Brasil é viável, mas é preciso pugnar, vencer a inércia e ceticismo resignados, lutar, com a ajuda dos instrumentos legais da repressão à trapaça institucionalizada, pois vale mais acender uma vela que maldizer a escuridão, como ensina a sabedoria oriental. E se a Câmara de Vereadores não permitir que o contribuinte “curioso” venha inteirar-se das suas contas e das contas do prefeito? Pior para a autoridade recalcitrante. O

contribuinte, impedido, arbitrariamente, de exercer o seu direito constitucional, denunciará o abuso ao Tribunal de Contas e a Ordem dos Advogados, com pedido de providências. E se as providências tardarem? Insistirá o espírito de porco. Nesse caso, bastante improvável, o contribuinte constituirá um advogado para requerer em juízo o remédio jurídico adequado para que se cumpra efetivamente a prerrogativa que a Constituição lhe assegura. Que tal? Um abraço do seu admirado, Mário Moacyr Porto. (PORTO, 1989, s/p).

A carta, aqui, se constitui fonte para o estudo histórico do passado. Esse documento, encontrado nas páginas do Jornal *Tribuna do Norte* e produzido pelo professor Mário Moacyr Porto, contém um discurso em direção à responsabilidade da imprensa e dos veículos de comunicação de massa em instruir os seus leitores sobre os Direitos que lhes são devidos. Incentiva, em seus escritos, a participação ativa e efetiva dos cidadãos na administração pública e a luta pela justiça por meio dos instrumentos legais, ao referir-se à Constituição de 1988. Esta, por sua vez, reflete a inquietação da Constituinte no tocante aos princípios de dignidade humana, solidariedade e igualdade, visando à justiça social. Observamos que o professor acreditava na justiça, nas leis e na possibilidade real de o cidadão comum ter seus direitos reconhecidos.

Retomando as ações frutos da ditadura no espaço da Universidade Federal da Paraíba, a destituição do cargo de reitor não foi o ponto final das violações de direitos que o professor precisou enfrentar. As pressões e a vigilância sofridas pelos professores foi o motivo que o fez deixar o cargo de professor de Direito Civil na Universidade. Em um depoimento, Mário Moacyr Porto comentou sobre o destino de outros reitores pelo Brasil afora e a situação em que se encontravam os professores no período.

Os reitores foram processados. Nunca fui processado. A barra aqui ficou muito pesada, não para mim, mas para os professores que foram mandados para Fernando de Noronha. Muitos sofreram vexames de toda natureza, inclusive alunos da Universidade. Lembro-me bem de Antonio Augusto Arroxelas que foi preso. Estavam cometendo muitos desatinos. Aconteceu um fato que me levou a sair daqui a meados de novembro (PORTO, apud GOMES, 2011, p. 97).

O fato de o professor ter aceitado a destituição sem resistir não evitou as perseguições futuras a ele, mas evitou que os atos tomassem uma dimensão maior. Nesse depoimento, há informações que descrevem como se desenvolvia a prática dos professores – cercada, reprimida e controlada. O fato a que se refere o professor em sua narrativa tem relação com a “proibição” de participar da formatura de seu filho, pela calúnia levantada pelos militares de que ele estaria incitando os alunos a vaiarem, na ocasião da formatura, o novo reitor. Em uma

conversa com o general, foi autorizada a sua participação na solenidade. Naquela ocasião, ao acompanhar o filho no recebimento do diploma, foi aplaudido de pé pela comunidade acadêmica. Esse gesto foi, para ele, uma manifestação contra toda a violência que vinha sofrendo.

Na conversa que estabelecemos com Demétrio Dermeval (2015), ele remonta os fatos utilizando-se do artifício da memória. Conta a história ocupando o lugar dos “vividos por tabela”, assim nomeados por Paul Ricoeur (2007) para se reportar àqueles que constroem em sua memória fatos do não vivido, baseados nas histórias contadas pelo outro, neste caso, nas histórias contadas ao longo da vida pelo professor Mário Porto a seu genro.

Na verdade, o telegrama não o proibia de ir, mas aconselhava que ele não fosse, porque ele poderia passar por constrangimentos. Ai, eu me lembro que ele conversava muito sobre isso, que foi aconselhado e acho que não sei se foi um telegrama, acho que foi um interlocutor, um intermediário, uma pessoa que foi até a casa dele, se não me engano, eu não vou afirmar porque eu não me lembro, mas se eu não me lembro foi Fernando Milanez que era vizinho dele e que foi a noite na casa dele, não tenho certeza, porque era vizinho dele e já morreu, ai não tenho como confirmar isso. Ele já foi deputado estadual, e Fernando Milanez, foi a casa dele aconselhando ele a não ir, porque se ele fosse passaria um constrangimento muito grande. E ele disse que não ia deixar de comparecer a colação de grau do filho dele em economia e quando houve a solenidade, que notaram a presença dele, todos os estudantes aplaudiram de pé. Alguém falou: A presença do ex-reitor Mário Moacyr Porto (Informação verbal)²⁹.

Imediatamente, dona Nautília, mãe do professor, o aconselhou a ir embora do local da solenidade, temendo represálias advindas dos militares. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) publicou no ano de 1999 um parecer de pedido de perdão e retratação aos que foram vítimas da repressão e violências ocorridas durante a ditadura militar nesta instituição de ensino. Em nome de João Otávio Paes de Barros Júnior³⁰, houve a formalização do reconhecimento do arbítrio que a universidade e seus representantes praticavam na época, das punições distribuídas injustamente entre seus pares, docentes e discentes que foram vítimas no que concerne à liberdade e à democracia.

Descrevemos, aqui, trechos do documento que nos permite refletir sobre o parecer como elemento na direção do esclarecimento público das violações dos Direitos Humanos praticadas no contexto de repressão política, tomando como orientação o Programa Nacional de Direitos Humanos, que trata o reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado. Destacamos quão importante passo damos em

²⁹ Entrevista concedida por Demétrio, em 07 de dezembro de 2015.

³⁰ Professor João Otavio Paes de Barros, à época, Professor do Departamento de Economia e Finanças, representante do Centro de Humanidades, do *campus* II, no CONSUNI (Conselho Universitário), órgão de deliberação superior da UFPB.

direção à efetivação dos Direitos Humanos quando recorremos à memória dos fatos e dos sentimentos gerados a partir deles e educamos para não se repetir os erros do passado.

Na ocasião, o Conselho Universitário (CONSUNI), sem demonstração de estranheza, confirmou, através dos votos, o afastamento do professor Mario Moacyr Porto. Os conselheiros em votação (21 votos a 23) nomearam o Reitor interventor Guillard Martins, o que demonstrou posição de concordância à destituição do professor Porto, ainda que sem motivos plausíveis. Sem dúvida, os interesses por trás de tudo isso foram os mais diversos e nos fazem compreender que nem todos os opressores eram militares, mas também civis que serviram ao regime. Parte da sociedade se aliou ao governo militar, aceitando e ratificando o autoritarismo presente nas ações ditatoriais. Por este motivo, podemos nos referir a esse período como ditadura Civil-militar.

Devemos externar publicamente nossa autocrítica. Decidir que a UFPB retrate-se dos seus atos naquele período de triste lembrança. Reafirmar, entre nós, em todos os escalões e setores da UFPB, o compromisso irrevogável com a liberdade, a tolerância, o direito à crítica e à diferença, dentro e fora da Universidade. Assim fazendo, estamos mais que simplesmente participando da festa comemorativa dos 20 anos de anistia. Mais ainda do que celebrando a vitória do povo em movimento, consagração da estratégia reta de aperfeiçoamento da democracia e da construção da nação justa e fraterna. A retratação, mais que comemoração é ação, aperfeiçoamento, desenvolvimento da anistia. É seu avivamento. Damos um passo a frente, completando-a, dando-lhe novos conteúdos, maiores e mais profundos. Assim fazendo, estamos vivenciando, verdadeiramente, a anistia, um objeto em construção permanente, tanto quanto nossa democracia, sempre carente de novas elaborações, e nossa utopia de sociedade. Tudo isso ainda não está aqui conosco, mas deve estar constantemente nos nossos rumos, deve ser nosso plano de viagem. Neste caminho, nossa mais próxima parada é a retratação que devemos aos que sofreram o arbítrio desta Universidade. Façamos nosso dever de hoje. Hoje é dia de a UFPB se retratar. Façamos isso para que, no futuro, nunca mais venhamos precisar de outras retratações. É o meu parecer, que submeto à apreciação deste Conselho. (PARECER, 1999).

Efetivamente, não podemos fazer mais nada sobre o que já foi feito. Aconteceu e está posto nos fatos, na memória e na história. Podemos, sim, reconstituir essa memória a partir de um esclarecimento baseado na verdade, que é um caminho para a perpetuação dessa memória na constituição de uma identidade coletiva voltada para a consciência ética, o exercício da cidadania plena e a educação em direitos humanos. Encerramos este capítulo citando Barbosa (2007) com quem aprendemos:

Eis aí a relação essencial entre verdade, memória e educação em direitos humanos, sendo imperioso ressaltar que a restauração da verdade é necessária para a perpetuação da memória. Para tanto, importa em desvendar, esclarecer, lembrar. Urge que assim seja, como um ato histórico,

como uma homenagem aos que tombaram e deram suas vidas pela democracia, como um processo educativo em direitos humanos (BARBOSA, 2007, p. 166).

Eis a reflexão: o perdão se apresenta como um caminho viável para a reconciliação nacional? O parecer foi escrito como um pedido de perdão. No ato de perdoar, é preciso lembrar para depois esquecer, daí a memória cumpre o seu papel de lembrar. Sendo assim, o perdão traria a cura para tanto sofrimento causado no período de repressão pela ditadura militar.

Reescrever essa história pelo viés da memória significa lembrar, no presente, as dores do passado, para acabar com o silêncio que impera sobre o período, apagamento proporcionado, inclusive, pela Lei de Anistia, que buscou um desaparecimento da memória, indo de encontro aos princípios de democracia.

04 REESCREVENDO A HISTÓRIA DE VIDA PROFESSORAL DE MÁRIO MOACYR PORTO: HOMEM OU MITO?

As reflexões que nortearam a escrita deste capítulo foram sendo construídas à medida que algumas questões advindas do desenvolvimento do próprio trabalho passaram a exigir respostas. Como e por que se “entra” para a História? Foi uma das questões com a qual nos deparamos frequentemente ao longo dessa escrita. De fato, o professor Mário Moacyr Porto foi esta figura do homem e professor que lutou pelos ideais da democracia, da justiça e dos direitos humanos? Ou as biografias foram escritas, mantendo-se a tradição de enaltecer os seus personagens, criando toda a sua história em torno da construção e manutenção de um Mito?

Inspirados nas percepções do paradigma indiciário, método de investigação desenvolvido por Carlo Ginzburg (1990), fomos seguindo as pistas fornecidas, como em um jogo de quebra-cabeças, peça a peça sendo montado, possibilitando a reescrita da história de vida professoral de Mário Moacyr Porto. Achamos pertinente dar vida a nossa escrita, realizando um paralelo entre o trabalho do historiador e o do juiz, inspirados pela proposta que Carlo Ginzburg (2011), no texto *Controlando a evidência*, que aponta a habilidade argumentativa que ambos, juiz e historiador, devem possuir, como ponto central do encontro das funções de julgar e entender as situações, respectivamente.

A história, segundo a tradição clássica, precisa trazer em sua narrativa o que os romanos chamam de “*evidentia in narratione*”, considerada a capacidade de construir uma vívida representação de personagens e situações. Assim, esta dissertação se apresenta como uma tentativa de compreender a história de vida do professor Mário Moacyr Porto, assim como a criação dos cursos jurídicos no Brasil, como uma possibilidade de visitar os conteúdos e métodos utilizados por esta casa de ensino, um caminho para a compreensão das relações estabelecidas entre professores e alunos na primeira metade do século XX, e viabiliza também conhecer o período da ditadura civil-militar, considerando os fatores que permeavam a formação e o ensino nas universidades. Tentamos entender todos esses fatos, bem como seus entrelaçamentos, por intermédio do estudo de uma história de vida particular.

Neste momento, o papel do historiador toma distância da função do juiz, uma vez que as evidências se tornam objeto do historiador para a compreensão e não para o julgamento da conjuntura histórica, neste caso, especificamente, no âmbito educacional. Ficamos com a indagação: de que maneira as evidências auxiliam-nos na reconstrução da história? Ginzburg

(2011) aponta que uma evidência histórica pode ser de cunho involuntário, trazendo como exemplo as pegadas, despojos de comida, ou evidências voluntárias, referindo-se a uma crônica, um ato notorial, um diploma. Afirma que, sendo uma evidência de origem voluntária ou involuntária, ambas permitem-nos compará-las a um espelho, sujeito a distorções, tornando-se impossível uma cópia fiel da realidade.

Para isso, compreendemos que:

Sempre há uma defasagem entre a ação e a representação a posteriori, parcial e fragmentada, produto de uma reconstrução que nunca é definitiva. Uma nova experiência, uma nova tentativa, um novo saber e um novo contexto talvez esclareçam retroativamente uma ação passada, alterem seu significado, situe-na outra perspectiva. Sua representação pode se enriquecer em função de um trabalho deliberado de investigação, análise e reconstrução, ou em função de uma forma mais inconsciente, a qual depende do processo de racionalização e esquematização característico de nossa memória. A representação da ação debilita-se devido ao esquecimento ou bloqueio: ambos apagam ou confundem as pistas e as lembranças. Além disso, frequentemente uma ação situada funde-se com um conjunto de ações semelhantes e perde suas características singulares (PERRENOUD, 2002, p. 146).

Obviamente, o fato de tratarmos a história de vida do professor Mário Moacyr Porto, analisando-a como uma representação social, não significa que estamos nos afastando da realidade como princípio de investigação. Mas significa que a biografia, ainda que concebida como uma projeção simbólica possui um rico potencial de investigação na construção e reconstrução da história. Nesse sentido, a biografia, gênero utilizado na história, - inclusive desenvolvendo estudos com as histórias de vida dos indivíduos -, traz para o debate historiográfico, a discussão sobre a relação entre história e ficção, suas convergências e divergências.

Pela tradição que delineia a história do biografismo no Brasil, recaímos constantemente na prática dos julgamentos por meio dos extremos antagônicos: ou somos bons ou somos ruins, comuns ou ilustres. Esses olhares extremados, em geral, nos fazem esquecer sobre a necessidade de pensarmos os percursos humanos em todas as suas dimensões, nos detalhes mais imperceptíveis, inclusive apreendendo todas as nuances do contexto histórico, político, cultural e social de nosso objeto de estudo.

O professor Mário Moacyr Porto no artigo *“A história, essa mentira contada pelo vencedor”*, escrito para o jornal *“O Poti”*, em 1986, exprime suas impressões sobre a maneira como se apresenta a escrita da História: “Estou cada vez mais certo que é praticamente impossível contar ou reproduzir um fato histórico tal qual aconteceu, sem as inevitáveis

deformações do tempo e do espaço” (PORTO, 1986, s/p). Sua perspectiva estava correta, assim como é na História Geral, também o é na História da Educação: um fato histórico nunca será narrado tal como ele é. Em outro de seus textos, *“O mundo real das aparências”*, ele faz uso de um pensamento do autor Levy Bruhl, pensamento esse que tão bem pode caracterizar nossa pesquisa – quando uma coisa é tida como verdadeira, exprime uma realidade social mais atuante que a verdade desconhecida.

Por esse motivo, tivemos a preocupação de situar cuidadosamente a narrativa biográfica e a história de vida professoral de Mário Porto que é nosso objeto de estudo nesta dissertação. Situar no sentido de fornecer elementos suficientes para que se encontre vida nas histórias aqui contadas, na busca pelo outro. Segundo Alberto Dines (2003, p.175) a biografia se produz a partir de nós mesmos: “Mas o que autentica a biografia é a sua capacidade de produzir faísca que dará vida ao ser humano. A biografia não é uma coleção de documentos arranjados sob forma literária, é um coro de vozes para fazer falar a outra voz, a do biografado”.

As narrativas são utilizadas pelos seres humanos como instrumento de registro de experiências de si (autobiografias) ou de outrem (biografias). Utilizadas também para relatar acontecimentos, fatos do nosso cotidiano, que elaborados podem indicar momentos que de fato aconteceram ou foram formulados pela imaginação. Embora as narrativas estejam associadas a diversos tempos e lugares, ela estabelece uma espécie de casamento com o gênero literário, sendo utilizada como fonte na História.

A História, assim como o método biográfico vem sofrendo transformações ao longo da sua existência. Em geral, a História exerce a função social de legitimar a ordem estabelecida, muito embora que, para cumprir com sua função, ela tenha, por vezes, produzido acontecimentos. Isso acontece uma vez que escrevemos a História baseados em fontes que servem para justificar e legitimar um discurso considerado importante para a manutenção de sua estabilidade. As Histórias de vida são representadas mediante o interesse de quem elabora os discursos. Consideremos também a História como forma de conhecimento do mundo, pois é através dela que conseguimos nos situar dentro de um tempo e de um espaço.

O mito e a História, apesar de serem coisas diferentes, possuem a narração como fio condutor, os aproximando. A narração, por sua vez, vincula o mito à História, uma vez que tanto a História quanto o mito podem ser expressos e escritos por meio das palavras, tendo a linguagem como elemento articulador. O que entendemos hoje por mito (do grego antigo μυθος, transliterado "mithós") tem origem nas histórias da Grécia antiga, em contos que são narrados, no caminho que se faz na transição do mito à História. O homem moderno, tanto

quanto o antigo, não é somente razão, mas também afetividade e emoção. Hoje, os meios de comunicação de massa trabalham mediante desejos e anseios que existem na nossa natureza inconsciente e primitiva. O mito recuperado do cotidiano do homem contemporâneo não se apresenta com a abrangência que se fazia sentir no homem primitivo. Os mitos modernos não abrangem mais a totalidade do real como ocorria nos mitos gregos, romanos ou indígenas. Podemos escolher um mito para representar aspectos específicos (sensualidade, maternidade, etc.), sem que tenham de ser coerentes entre si.

O mito é muito presente em histórias de heróis e/ou em histórias que contam a vida dos seus antepassados. Consideramos que mito e história apresentam tipos diferentes de narrações. Nesta perspectiva, o mito é quem se responsabiliza por descrever a origem dos fatos, dos acontecimentos; já a história constitui-se em um gênero literário, concebido por meio de escritos historiográficos. Sendo assim, a História pode estabelecer relações múltiplas com o mito. Mesmo na história encontramos mitos culturais elaborados pela sociedade. A disputa travada entre o mito e a história está na questão do tempo, separado entre o tempo cíclico (dos deuses) e o tempo linear (dos homens). No tempo linear, a vida está sujeita as interferências dos acidentes do tempo. Sem grandes pormenores; o mito refere-se àquilo que é permanência, ao mundo das representações. Já a história corresponde às mudanças, às ações. Finalmente, no pensamento grego encontramos os mitos na prática da escrita da história.

Nessa configuração do mito e da história, problematizamos a história de vida do professor Mário Moacyr Porto, considerando as permanências, as continuidades, as rupturas e o dinamismo desta história: homem ou mito? Fornecemos um retrato da sociedade em tempos ditatoriais fundamentados na história de vida professoral de Mário Porto. Também, buscamos apreender como as práticas e as posturas humanísticas cultivadas e aprendidas dentro da Faculdade de Direito e do seio familiar foram aplicadas à vida professoral desse sujeito; como essas práticas no período da revolução de 1964 o afastaram do cargo de reitor e professor, e como o inverso é verdadeiro, ou seja, como esse contexto histórico também o transformou, fazendo-o agir de acordo com as demandas políticas e sociais que iam se constituindo, como em um ciclo, no qual nós formamos o outro e somos pelo outro formados, num movimento constante e contínuo.

Em concordância com Ginzburg (2011, p.356) entendemos que “O contexto deve ser visto como espaço de possibilidades históricas, pois dá ao historiador o ensejo de integrar evidência, muitas vezes feita de fragmentos dispersos, sobre a vida de um indivíduo”. Assim, o que propomos a partir desse pensamento é que se estabeleça um relacionamento entre a vida individual e os contextos nos quais elas se desdobram. Atendendo ao exercício

proposto por Ginzburg de captar pistas para construir um relacionamento entre histórias de vida e seu contexto, de resgatar evidências na reconstrução da história, fornecidas em tempos e lugares diferentes, podemos aferir que os vínculos estabelecidos pelos progenitores do professor Mário Moacyr Porto, desde o seu bisavô general Bento da Gama, fizeram dele “herdeiro” de uma rede de sociabilidade própria às elites e legário de um capital cultural oriundo da família e da instituição (Faculdade de Direito de Recife) em que se formou, portanto,

Ao contrário do que crer e faz crer a percepção imediata do social, as inclinações dos agentes não são naturais, inatas, absolutamente pessoais e aleatórias. O agente, enquanto singular, administra as suas estratégias (escolarização, demais investimentos culturais, emprego) e desenvolve seus gostos de acordo com os esquemas de classificação e apreciação que lhe foram inculcados (em casa e na escola, no emprego, no clube, com os amigos), avaliando, a cada passo, não de forma inconsciente nem de forma calculadamente consciente, as suas chances objetivas de êxito (PEREIRA; CATANI, 2002, p. 4).

Grosso modo, a cultura pensada nos estudos em história da educação, representa uma rede de significados que busca atribuir sentido àquilo que é real, ainda que esse real não possa ser revelado pelos historiadores, o qual tem o seu trabalho restringido às representações. Utilizamos neste estudo dois movimentos: por um lado, recuperando informações contidas nos capítulos anteriores, tentamos traçar as redes de sociabilidade herdadas a partir de seu pai, Dr. José Domingues Porto, que era juiz de direito na Paraíba, e sua mãe, professora Nautília da Gama, e descobrir como esta rede de sociabilidade e esse capital cultural transmitido pelas gerações, ampliaram suas oportunidades ensejando-lhe notoriedade na esfera pública. Por outro lado, não obstante com o mesmo objetivo, tentamos captar as influências do curso de Direito – capital cultural das classes dominantes – na história de vida do professor Mário Moacyr Porto, tendo como referência o conceito de *habitus*, conceito igualmente Bourdiesiano.

A pesquisa apontou-nos algumas possibilidades, dentre elas a compreensão de que, sendo o professor Mário Moacyr Porto filho de um magistrado, Dr. José Domingues Porto, que atuou por muitos anos no judiciário da Paraíba, e filho de Dona Nautília, que exerceu o ofício de professora primária e fez o curso Normal em escola de freiras francesas na cidade do Rio de Janeiro³¹, pôde, desde a tenra idade, ter acesso a um capital cultural diferenciado, que muito corroborou com os caminhos trilhados ao longo de sua vida. Seus irmãos, que

³¹ GOMES, Maria José Teixeira Lopes. **A presença de Mario Moacyr Porto**. João Pessoa: Ideia, 2011.

igualmente usufruíram desses bens culturais compartilhados pelos laços familiares, obtiveram êxito em suas carreiras profissionais e as redes de sociabilidade herdadas por todos eles possibilitaram acesso a lugares privilegiados no âmbito social. Francisco de Paula Porto, o mais velho entre os irmãos, foi secretário da Fazenda, secretário de Finanças (no governo de Flávio Ribeiro Coutinho) e também Procurador dos Feitos da Fazenda Estadual. Quando se aposentou, atuou na advocacia da Paraíba. Os demais irmãos galgaram posições de destaque e importância na sociedade: médicos (dois de seus irmãos), funcionários públicos, advogados de renome.

Familiares do professor Mário Moacyr Porto, representados por Ana Tereza Porto, acreditam que o “sucesso” profissional estava diretamente relacionado com a cultura do estudo.

Eu acho que os livros, ele dizia muito isso: o livro deu um universo de um conhecimento que ele não tinha. Mas tinha um detalhe, todos os irmãos comiam livro. Eu uma vez eu fui visitar um tio, irmão dele, tio Chico, ele morava ali na... pertinho...atrás do Liceu. Aí eu lá conversando com tio Chico e tal... Aí eu disse a tio Chico: eu vou pegar um copo de água, quando eu abri a geladeira, tinha livro na geladeira. Ah minha filha, porque pifou aí eu aproveitei e da geladeira fiz estante. Aí ele tinha o outro, o outro irmão que faleceu cedo de uma injeção de penicilina, que eu também não conheci né claro, mas diz que era tio Geraldo, diz que é inteligentíssimo e era da biblioteca pública, diretor da biblioteca, entendeu? Era uma pessoa que lia muito. (Informação verbal) ³².

Além disso, a família tinha e mantinha amizades importantes – relações socialmente úteis para a sobrevivência no núcleo de elite –, pelas quais encontravam as melhores oportunidades. Bourdieu (1998 apud SETTON, 2005) defende que o acesso a bens culturais e a existência de um *ethos* familiar em que, baseado ou não no sucesso de seus ascendentes e/ou chefe do grupo familiar, estimulavam seus filhos direta e indiretamente a perceber o conhecimento educacional quase que como um passaporte para o sucesso profissional, possibilitando um “controle” das variantes no quesito garantia de distinção.

Sabemos que o acesso a esses bens culturais não acontece aos indivíduos de maneira igualitária, assim sendo, o conhecimento, desde as civilizações coletivas, se tornou sinônimo de poder e de hierarquização social. O que Bourdieu pretendia com seu estudo sobre o capital cultural social era perceber como esse, assim como o capital cultural econômico, exerce influência para a reprodução da estrutura social estabelecida.

³² Entrevista concedida por Ana Tereza Porto, em 19 de janeiro de 2016.

Mas é, sem dúvida, na própria lógica da transmissão do capital cultural que reside o princípio mais poderoso da eficácia ideológica dessa espécie de capital. Sabe-se, por um lado, que a apropriação do capital cultural objetivado - portanto, o tempo necessário para realizá-la - depende, principalmente, do capital cultural incorporado pelo conjunto da família por intermédio, entre outras coisas, do efeito Arrow generalizado e de todas as formas de transmissão implícita. Sabe-se, por outro lado, que a acumulação inicial do capital cultural - condição da acumulação rápida e fácil de toda espécie de capital cultural útil - só começa *desde a origem*, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural; nesse caso, o tempo de acumulação engloba a totalidade do tempo de socialização. Segue-se que a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a forma mais dissimulada da transmissão hereditária do capital; por isso, no sistema das estratégias de reprodução, recebe um peso tanto maior quanto mais as formas diretas e visíveis de transmissão tendem a ser mais fortemente censuradas e controladas (BOURDIEU, 1999, p. 3).

O capital cultural herdado pelo professor Mário Moacyr Porto foi gestado pelos seus pais, consciente e inconscientemente, e incorporados aos processos educacionais desde muito cedo, tendo em sua mãe exemplo do que Bourdieu denomina de transmissão doméstica do capital cultural. Na narrativa biográfica da história de vida do professor Mário Moacyr Porto, Dona Nautília (mãe) é apresentada como uma mulher obstinada em fazer de tudo para que seus filhos chegassem, se mantivessem e concluíssem uma faculdade.

Obstinada, fazia de tudo para que os filhos continuassem nas faculdades, pois sabia que o grau superior não só lhes garantia a distinção, mas igualmente um futuro promissor. Estimulava o jovem Mário Moacyr Porto a seguir à carreira do pai e com esse intuito acompanhava e ajudava o filho a passar os apontamentos do ano letivo de 1930 (GOMES, 2011, p. 58).

Dona Nautília tinha, pois, consciência de que o grau superior naquela época já representava um caminho de excelência, assim, investia tempo em repassar essa cultura visando um futuro de sucesso para seus filhos: “... amante de literatura, falava fluentemente o francês e gostava de declamar. Logo cedo levou os filhos a se familiarizar com os livros e com o idioma Francês” (GOMES, 2011, p. 54). O ingresso do professor Mário Moacyr Porto na Faculdade de Direito de Olinda tinha para sua mãe um propósito determinado: o sonho de dar continuidade à carreira de seu pai, o sonho de ter um “filho Doutor”.

O sentido desse sonho está na História. Em 1828, o Brasil recebia as primeiras faculdades de Direito, localizadas em São Paulo e em Olinda. A Faculdade de Direito naquele período não tinha seu público (entre alunos e professores) interessado exclusivamente no academicismo que ela poderia proporcionar; pelo contrário, os discentes tinham como motivação maior para os estudos as oportunidades políticas geradas pelo bacharelismo. Esta

mentalidade dirigida à formação das elites do império se estendeu por anos, e podemos arriscar dizer que permanece até os dias atuais. Esse é um mito que se cria em torno do Ensino Superior e da Magistratura, que desde o seu princípio:

Passaram a ser o viveiro produtor de “uma elite de cultura e urbanidade”, cujos formandos passaram a ser recrutada pela administração pública, a esfera política, o jornalismo, as letras e o magistério, utilizando-se da ilustração, do título e do “anel de rubi no dedo”, como distintivos de classe e de prestígio (BRANCO, 2005, p. 82).

O professor Mário Moacyr Porto, em um de seus discursos, ressalta a utilidade prática do bacharelismo: “E nenhuma atividade proporciona ao homem, tão amplas possibilidades de realizar-se do que a magistratura, e nenhuma época ofereceu ao magistrado tão sedutoras oportunidades de servir do que a atual (GOMES, 2011, p. 242)”. O bacharelismo neste momento se apresentava como uma espécie de “carta de recomendação” para o exercício do poder, atrelado também e principalmente aos cargos políticos. Muito mais que formar juristas e mestres, o nascimento dos cursos jurídicos se propunha a criação de uma elite coesa e disciplinada, uma verdadeira homogeneização cultural, em que os discursos e a escrita refinada se tornam elementos fundamentais.

Entendemos esse movimento que se constitui em bacharelismo como uma manifestação do poder político no âmbito da História, uma vez que podemos pensar a política a partir dos fenômenos relativos à conquista e ao exercício do poder. Dessa forma, o poder político não se refere apenas aos processos de dominação, mas também é sinônimo de trocas e reciprocidades, baseadas nos princípios de autoridade (GUEDES, 2012, p.26). Em relação à história política, observa-se que a partir dos anos 70, assim como na história cultural, houve um processo de reconfiguração desse debate, que fez com que historiadores e outros estudiosos voltassem seus olhos para o simbólico, para a representação.

Evidentemente, não queremos incorrer no erro de reescrever esta história, repetindo as tradições do gênero biográfico, trabalhando com história de vida como se ela fosse uma narrativa épica ou heroica. E sim tornar público os fatos significativos, que geram reflexões para a geração presente, fazendo com que, através deles, o nome do professor Mário Moacyr Porto seja lembrado.

O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência narrada* (e implicitamente de qualquer existência). Sem dúvida, sabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica, ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma

constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BORDIEU, p.184, 1996).

Outrossim, procuramos dar sentido ao nosso relato. Embora reconheçamos os efeitos causados pela “ilusão biográfica”, por se tratar de um interesse que envolve pesquisador e pesquisado, no sentido de se escrever uma história de vida cronologicamente contínua, causando nos leitores uma lógica dos fatos – uma criação artificial de sentido. Artificial porque naturalmente a vida não acontece organizadamente numa ordem, mas estamos sempre propensos a apresentar a história com um começo, meio e fim.

Olhando, pois, para este relato, ou seja, a história de vida professoral de Mário Moacyr Porto entende-se que, como forma de comunicação humana, o mito está obviamente relacionado com questões de linguagem e também da vida social do homem, uma vez que a narração dos mitos é própria de uma comunidade e de uma tradição comum. No entanto, não é tarefa das mais fáceis se definir a natureza precisa dessas relações. O estudo da sociedade e da linguagem pode começar apenas com os elementos fornecidos pela fala e pelas relações sociais humanas, mas em cada caso esse estudo se confronta com uma coerência de tradições ou de fatos históricos que não estão diretamente abertos à pesquisa. Essa é a área em que atua o mito.

Algumas concepções mitológicas podem exemplificar a complexidade e a variedade das relações entre mito e sociedade. Mais que uma recordação antiga de situações históricas e culturais, ou uma elaboração fantasiosa sobre fatos reais, os mitos seriam uma expressão simbólica dos sentimentos e atitudes inconscientes de um povo, de forma perfeitamente comparável ao que são os sonhos na vida do indivíduo. O pensamento racional e científico não seria, portanto, um decifrador de mitos e substituto do pensamento mítico, mas pode ser capaz de reconhecer sua atualidade.

4.1 As evidências nos lugares

Na primeira parte deste capítulo, tratamos da relação que se estabelece entre a História e o mito; agora, pois, discutiremos a História a partir da memória, partindo do pressuposto de que não há História sem memória. Buscaremos evidências nos lugares de

memória, considerando a ideia sustentada por Nora (1993) ao defender que a memória não vive do interior, mas necessita de suportes exteriores e de referências tangíveis para se sustentar enquanto memória.

Não podemos negar a dimensão da influência exercida na sociedade através dos lugares de memória. Mas qual o sentido de cristalizar a memória através de um lugar ou de um monumento? Pierre Nora (1993) convida-nos a perceber esse movimento tão atual de esvaziamento da memória, derivado a partir do fim da ideologia-memória presente nos tempos modernos. Isso ocorre devido à velocidade em que a História sucede: um evento ocorre hoje e logo em seguida tem seu fim, abrindo espaço para um novo acontecimento. Desta forma, a ruptura com o passado se estabelece drasticamente e a memória se limita a rastros, a objetos e a lugares.

Este é um momento que vivenciamos diária e inexoravelmente: àquele instante imperceptível de ruptura que se faz com o passado, em face de uma memória que aos poucos vai se apagando. Diante desta problemática, os lugares se apresentam como veículo de preservação do sentimento de continuidade. Gradativamente, somos direcionados ao que seria o fim da história-memória. Nesse sentido, Pierre Nora (1993), elabora uma discussão que sustenta a criação dos lugares de memória, apresentando uma maneira para que a memória se materialize em ação/sentido, de maneira que:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares, porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido (NORA, 1993, p.8).

Gagnebin (2004, p. 89) nomeia os lugares de memória de “estranhas ressurgências do passado no presente”. Ele acredita não somente no conhecimento do passado, mas na ação sobre o presente em uma atitude de rememoração. Podemos encontrar na história de vida professoral de Mário Moacyr Porto, evidências do passado através dos lugares.

Localizado na Mina Brejuí, na cidade de Currais Novos/ RN, encontramos o Museu Mineral Mário Moacyr Porto. No museu encontra-se uma pequena amostra das riquezas extraídas do Seridó. Foi construído a partir da iniciativa privada, através da empresa de mineração Tomaz Salustino, que pertence à família de Giselda Salustino, esposa do professor Mário Porto.

O museu carrega o nome do professor com intuito de homenageá-lo pelas contribuições no desenvolvimento da empresa e dos negócios no ramo da mineração, quando,

após aposentado da magistratura e magistério, assumiu a diretoria da empresa. Notamos a existência de uma placa localizada na entrada do museu. Seu conteúdo é também, uma homenagem ao professor Mário Porto. Assim está escrito: “Homenagem do grupo Tomaz Salustino ao jurista e intelectual Mário Moacyr Porto”.

FIGURA 6 - Museu Mineral Mário Moacyr Porto



Fonte: www.papjerimum.blogspot.com.br

Escolhemos enfatizar neste momento a construção do Museu Mineral Mário Moacyr Porto em memória a sua história de vida, para exemplificar o que Nora (1993) diz serem restos do passado.

A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer à noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões da eternidade (NORA, 1993, p. 12-13).

Em linhas gerais, há uma influência concreta exercida pelos lugares de memória e polos culturais na formação do indivíduo; todavia a subjetividade nos mostra as inúmeras possibilidades de construção do sujeito, que vão além da sua relação com os condicionantes

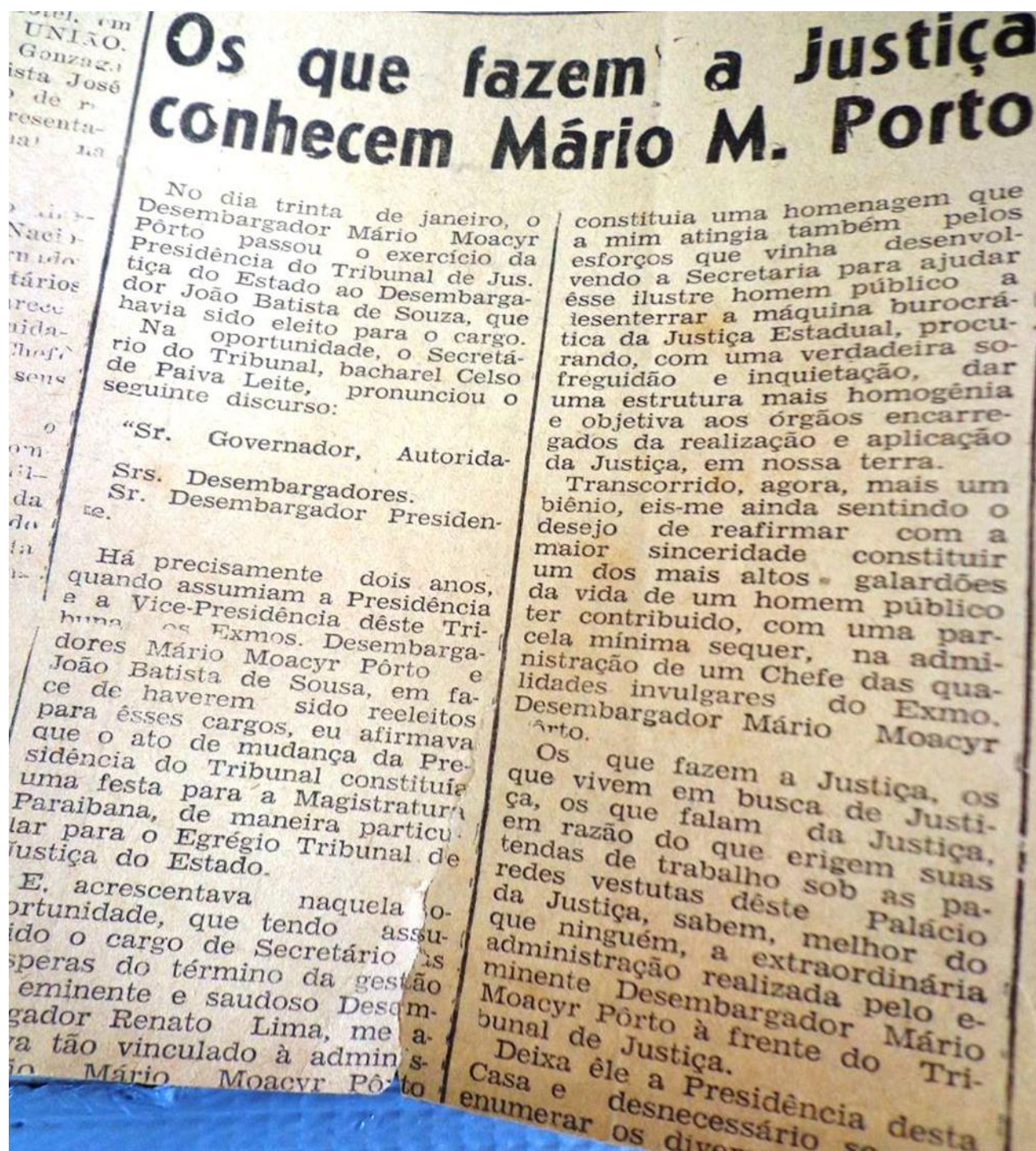
de seu contexto histórico. Conquanto que as relações que estabelecem não somente com os objetos que estão no mundo, mas as relações que se estabelecem entre as pessoas que se encontram em processo de formação, e que juntas se educam mutualmente, tornam os laços entre os sujeitos igualmente objeto de análise para a compreensão das subjetividades presentes nas Histórias de vida. Silva e Henning (2011, p.74) compreendem:

[...] portanto que o “sujeito é acima de tudo, ação”, definido pelas formas de atuação no mundo e das interações que realiza com o outro. Ao adentrar nesse campo processual, novos elementos passam a ser objeto direto de análise, pesquisa e reflexão, como por exemplo, os impactos ético-político dessa nova configuração subjetivo relacional.

As relações estabelecidas pelo professor Mário Porto abriram portas para que ele pudesse circular em muitos ambientes e tivesse contato com pessoas que proporcionaram e deram abertura para muitas oportunidades, que o fizeram alcançar altos patamares. A reunião de discursos sobre as memórias dos que participaram direta ou indiretamente da vida com ele são uma interpretação da importância que exerceu na construção da cultura jurídica/educacional do período. De fato, recebeu muitas homenagens. Ainda hoje, memórias póstumas são evocadas quando há necessidade de reavivar na memória do coletivo a figura que tão bem representou o nosso Estado no âmbito do direito, da justiça e da educação.

No ano de 1961, uma notícia no jornal *A União* trouxe um registro em suas páginas reverenciando o professor Mário Moacyr Porto, atrelando sua figura à imagem de “bom administrador e promovedor da justiça”.

FIGURA 7 - Notícia referente à associação da imagem do professor Mário Porto à Justiça em "A União"



Fonte: Jornal A União, 1967.

FIGURA 8 - Fachada do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto



Fonte: Disponível em: <https://pt.foursquare.com>

Essas são algumas manifestações de lugares-memória que atestam o significado e reconhecimento da coletividade sobre o trabalho desenvolvido pelo professor Mário Moacyr Porto nos espaços sociais em que estava inserido, tendo em vista que os símbolos de rememoração são capazes de difundir no outro, no coletivo, experiências pessoais vivenciadas apenas por uma pessoa ou por grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar é bom para os moços, porque para eles,
os caminhos não terminam, mas se sucedem.
Mário Moacyr Porto

Esta frase foi escrita pelo professor Mário Moacyr Porto em uma coletânea de textos publicados no jornal “*Tribuna do Norte*”. O escrito que tem por título “Reflexões” foi o espaço que o professor encontrou para registrar lições aprendidas ao longo de sua trajetória de vida. Optamos por utilizar como epígrafe essa máxima do personagem pesquisado, pelo fato de termos desenvolvido ao longo de todo o trabalho de pesquisa, discussões em torno das memórias e dos processos de construção de seus pensamentos e lembranças. Parafraseando Porto, podemos dizer que chegamos ao final desta dissertação, mas os caminhos não terminam aqui, se sucedem em outras pesquisas.

A produção dos trabalhos no campo da história da educação tem conquistado cada vez mais espaço no mundo científico. É profícuo o tempo de produção acadêmica que vivemos neste campo do conhecimento, haja vista, que o espaço para novas temáticas e novas formas de se gestar e desenvolver a pesquisa se abre. Assim, os pesquisadores têm sido atraídos com mais frequência e desenvolvido pesquisas de mais qualidade, quando para além da escrita encontram na história oral uma rica fonte de conhecimento.

Estes novos tempos experimentados pela história da educação “operam mudanças no objeto estudado e nos sujeitos que o estudam – de repetidores, muitos passam a produtores do conhecimento, cujas vozes cada vez mais ganham amplitude” (OLIVEIRA, 2012). Partindo desta ideia, reafirmamos a relevância de nossa pesquisa que percebe na história de vida de um professor objeto de estudo, na qual, traços de uma vida particular, que também é coletiva, possibilitam o desvendar das tramas da história do magistério, presentes nas teias da história da educação.

A presença das fontes literárias, concebidas como memórias e aceitas pela historiografia recente, ampliam meios para adentrarmos os espaços não conferidos pela história oficial. As memórias dos indivíduos permitem a desmistificação da construção social de sentidos, movidas por interesses sociais e políticos, inculcados na memória coletiva como verdade sobre os fatos. Daí deriva a relação entre a memória e a História, em que a memória

se torna objeto da História, que juntamente com as fontes escritas colaboram com o pesquisador na escrita historiográfica.

Ao estabelecermos esta investigação sob a inspiração da Nova História Cultural, compreendemos a importância dos registros das experiências de vida, narradas pelos fios mnemônicos como dispositivo de escrita da História. Diante disso, trabalhamos com a história de vida professoral de Mário Moacyr Porto, com as memórias de sua formação e de sua atuação docente. Encontramos pistas da história da educação na Paraíba, ao tratamos da formação dele na Faculdade de Direito de Olinda. Instituição frequentada por muitos jovens paraibanos, por se apresentar como possibilidade de ascensão cultural e econômica.

Também estudamos aspectos de sua atuação enquanto professor, que nos permitiram compreender os caminhos de aquisição do conhecimento no seu processo educacional, ora atribuído à herança cultural recebida de seus familiares, em especial de sua mãe, ora advindas de sua educação formal, bem como, de sua prática profissional.

As questões políticas e sociais que envolveram a história de vida do professor Mário Moacyr Porto, nos levaram a recortes da história da ditadura civil militar da Universidade Federal da Paraíba, uma vez que pudemos verificar a influência do regime, não só na vida do professor, vítima de repressão e violência simbólica, mas na vida de todos os sujeitos que viveram no período que nossa pesquisa considerou, ou seja, de 1960 a 1969.

Entendemos, sobretudo, que todo o repertório cultural adquirido no decorrer da trajetória de vida do professor, desde as primeiras referências educacionais, passando pela sua formação intelectual e seu exercício profissional quer na magistratura, quer na educação, contribuíram efetivamente para a construção de sua identidade docente, constituindo-se, portanto, em elementos que nos fornecem subsídios para o exercício de reflexão e análise do magistério. Consideramos ainda, a importância do desvelamento desta história de vida e do estudo de como esta história é interpretada pela memória, para o aprendizado de questões de luta pelos Direitos Humanos e pela dignidade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. **Manual de história oral.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa. **Uma vida no magistério:** fios e meadas da história de uma professora paulista. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BACHERLARD, G. **O direito de sonhar.** Trad. José Américo M. Peçanha et. al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. Memória, verdade e educação em Direitos Humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Educação em Direitos Humanos:** Fundamentos teóricos- metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- BARROS, João Otávio Paes de. **Parecer - luta em defesa dos direitos civis e das liberdades democráticas na universidade brasileira**, 26 de agosto de 1999. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=15315
Acesso em: 20 mai. 2015.
- BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - ver. e atual. - - Brasília: SEDH/PR, 2010.
- BERTUCCI, Liane Maria. **Edward P. Thompson:** História e formação/ Liane Maria Bertucci, Luciano Mendes de Faria Filho, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. **Razões práticas.** Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- BUENO, Belmira Oliveira. O método (auto) biográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p.11-30, jan/jun, 2002.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Janeiro-março de 1961; tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a ed. 1982.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. **A construção do mito do “Meu Filho Doutor”:** fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil - Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; MARTINEZ, Paulo H. (Orgs.). **Sete ensaios sobre o Collège de France.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CATANI, Afrânio; CATANI, Denice; PEREIRA, Gilson. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho Braga, Portugal. vol. 15, núm. 1, 2002, pp. 05-25.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Vivian Batista da. **Memória e história da profissão dos professores:** as representações sobre o trabalho docente nos manuais pedagógicos. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco>> Acesso em: 03 nov. 2015.

CERTEAU. M. **A Escrita da História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger: **A história cultural entre praticas e representações;** tradução de Maria Manuela Galhardo. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990. - 244p.

CHAVEAU, Agnes, TÉTARD, Philippe (Orgs.) **Questões para a história do presente.** Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez, 2006.

CORRUPÇÃO começa no município. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/corrupcao-comeca-no-municipio/201854>. Acesso em 20 mai. 2015.

DANTAS, Éder. Memória, democracia e acesso a informação. In: DANTAS, E; NUNES, P. G. A; SILVA, R. F. C. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba:** história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Acesso em 23 jun. 2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, **Pernambuco**, 12 de março de 1960, p.7.

DINES, Alberto. **Armazém Literário.** São Paulo: Observatório da Imprensa, 2003.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

DRAWIN, Carlos Roberto. A recusa da subjetividade: ideias preliminares para uma crítica do naturalismo. **Psicologia em revista**. V.10, n. 15, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Org. por Michael Schöter; tradução, Vera I Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janíne Ribeiro. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de: The society of individuals. ISBN 85-7110-278-3, 1994.

EWALD, Ariane Patrícia. SOARES, Jorge Coelho. Identidade e subjetividade numa era de incertezas. **Estudos de psicologia**, janeiro-abril, ano/vol. 12, número 001. Natal/ Brasil, 2007.

FEBVRE, Lucian (2011a). Face ao Vento: manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. (Org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify. p. 75-85 [original, 1946].

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: Nóvoa, António; Finger, Mathias. **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FERREIRA; Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2. ed, São Paulo: Perspectiva, 2004.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando e Silva, Rogério F. da. (Orgs.) **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. SP, Cia das Letras, 1990.

GOODSON, Ivor F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto, PT: Editora Porto, 1999.

GOMES, Maria José Teixeira Lopes. **A presença de Mário Moacyr Porto**. João Pessoa: Ideia, 2011.

_____. **Meandros da Memória**: da Faculdade de Direito ao Centro de Ciências Jurídicas UFPB: 1949 – 2006/ João Pessoa: Ideia, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A memória coletiva**. Trad.de Laurent Léon Schaffter. Tradução de: La Mémoire collective. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

JORNAL TRIBUNA DO NORTE, **Rio Grande do Norte**. 06 de março de 1989.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos. In: KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/ Contratempo, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al). 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

LEITÃO, Deusdedit. **Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda (1832-1853)**. João Pessoa: A União, 1978.

MAUÉS, Antonio; WEYL, Paulo. Fundamentos e marcos jurídico em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Educação em Direitos Humanos: Fundamento teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

MELO, de Juliana Ferreira. **Revista Língua Escrita**/ Universidade Federal de Minas Gerais - Ceale - Faculdade de Educação - n.7 (2009). Belo Horizonte: FAE/UFMG, n.7, jul./dez. 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448 p.

MOTTZ, Rodrigo Patto. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História n 17. São Paulo: PUC, novembro de 1993.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e qualidade de ensino. In: **Revista aprendizagem** – a revista da prática pedagógica. Pinhais/ PR: Melo, ano 1, nº 2, set/out/2007.

_____. (Org.). **Vida de professores**. 2. Ed. Portugal: Porto, 2007.

_____. Os professores e as suas histórias de vida. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores**. 2. Ed. Porto, PT: Editora Porto, 1999.

PASSEGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da. (Orgs.) **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. As novas abordagens no campo da história da educação brasileira. In: **História da educação no Brasil**: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. XAVIER, Libânia; TAMBARA, Eleomar; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (Org). Vitória: EDUFES, 2011.

PLATT, Andreana Dulcina; ASSMANN, Selvino José; DUTRA, Delamar José Volpato. A formação acadêmica dos revolucionários republicanos acadêmicos no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 51, p. 103-121, jun 2013 – ISSN: 1676-258. Acesso em 23 jun. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTO, Mário Moacyr. **A História, essa mentira contada pelo vencedor**. O Poti, Rio Grande do Norte, 1983.

_____. **As universidades regionais e o desenvolvimento do Nordeste**. O Norte, Rio Grande do Norte, 1996.

_____. **Coisas da vida**. O Poti, Rio Grande do Norte, 1986.

_____. **Grandezas e baixarias do poder**. Rio Grande do Norte, Tribuna do Norte, 1992.

_____. **Livros e artigos antigos e novos**. Tribuna do Norte, Rio Grande do Norte, 1991.

_____. **Minhas alheias memórias**. Tribuna do Norte, Rio Grande do Norte, 1990.

_____. **Nordeste antes e depois da constituição**. Tribuna do Norte, Rio Grande do Norte, 1989.

_____. **O mundo de hoje estala pelas costuras. Mário Moacyr Porto: um mestre em Natal**. O Poti, Rio Grande do Norte, 1967.

RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção/ GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções/Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal da Paraíba – v. 6, n. 16, abril de 2007, João Pessoa – GREM, 2007.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alan François [et al]. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Revista Brasileira de Educação**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, V.14 n. 40 jan./abr. 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação & Sociedade**, vol. 26, núm. 90, abril, 2005, pp. 77-105.

SILVA, Aline Pacheco. P; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de vida. **Mosaico: estudos em psicologia**. V. 1, Nº 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, Faviannida. Histórias da Professora Analice Caldas (1891-1945). In: TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**/ Maurice Tardif. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Rafael Bianchi; HENNING, Leoni Maria Padilha. A construção da subjetividade: notas sobre o sujeito. In: **Acta Scientiarum and Social sciences**, Maringá, v. 33, n. 1, p. 67-74, 2011.

SCHOLZE, Lia. Narrativas de si e a possibilidade de ressignificação da existência. In: PASSEGUI, Maria da Conceição; BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre (Orgs.). **Narrativa de formação e saberes biográficos**. Natal: Editora da UFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 89-100.

SOUSA, Gileno Guanabara de. **Magistrado e Humanista de nosso Tempo**. João Pessoa: Editora do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad.: Lólio L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA. Gláucio. **História das ideias da Faculdade de Recife**: UFPE, 1993.

WACQUANT, Laic. Notas para esclarecer a noção de habitus. RBSE – **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**/ GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções/Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal da Paraíba – v. 6, n. 16, abril de 2007, João Pessoa – GREM, 2007.

ANEXOS

Anexo A – Certidão de aprovação do Comitê de ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	
---	--

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mario Moacyr Porto: uma vida professoral que utilizou a cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950 - 1964)

Pesquisador: Juliana Augusta Dionísio de Lima

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 43443615.7.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.080.845

Data da Relatoria: 21/05/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CENTRO DE EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna Juliana Augusta Dionísio de Lima, sob orientação da professora Maria Elizete Guimarães Carvalho.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo principal da pesquisa é a reconstituição da trajetória de vida professoral de Mario Moacyr Porto, refletindo suas contribuições para os Direitos Humanos e a realização da democracia, considerando seu percurso profissional, as relações sociais e políticas estabelecidas no período de 1960 a 1969.

Objetivo Secundário:

Verificar a presença dos conceitos de "democracia" e "direitos humanos" nos escritos do Mario

Endereço: UNIVERSITARIO S/N	CEP: 58.051-900
Bairro: CASTELO BRANCO	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791
E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br	

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



Continuação do Parecer: 1.080.845

Moacyr Porto, expressões estas presentes diversas vezes em seu ideário pedagógico e jurídico, demonstrando uma constante preocupação em seus escritos e até mesmo em sua atuação enquanto educador. Do mesmo modo, analisar a compreensão destes conceitos pelo professor ao longo de sua jornada na educação. Analisaremos o conceito de democracia a partir da compreensão de Santos (2002), em que considera o conceito de democracia em permanente transição, onde há momentos de rupturas e momentos de continuidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não existem riscos previstos para a pesquisa.

Benefícios:

A pesquisa busca contribuir para a composição da historiografia da educação paraibana, haja vista a importância da figura do professor Mario Moacyr Porto para a criação do curso de direito no estado da Paraíba.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca a reconstituição da trajetória de vida professoral de Mario Moacyr Porto, refletindo suas contribuições para os Direitos Humanos e a realização da democracia, considerando seu percurso profissional, as relações sociais e políticas estabelecidas no período de 1960 a 1969.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatório foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

Sem recomendações a fazer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento de todas as pendências elencadas no parecer anterior, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



Continuação do Parecer: 1.080.845

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

JOAO PESSOA, 27 de Maio de 2015

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Anexo B – Transcrições das entrevistas

ENTREVISTA (Realizada em grupo)

Dia: 07 de dezembro de 2015

Entrevistados: Demétrio; Ana Tereza Porto; Ana Maria Maroja;

Ana Tereza (entrevistada) – Essa história de vovô é muito interessante. Pode falar? Pode. Ela enviuvou (Dona Nautília) o pai dele era juiz da capital, mas quando ele morreu, morreu de uma vez, ele ficou assim sem pensão, sem nada e mudou-se para Cruz do Espírito Santo, porque ela disse assim que era melhor pra educar os filhos, porque ficaram na miséria e (pausa) ela era rigorosa na educação, fazia questão que eles estudassem e não admitia que eles tirassem nota baixa e vovô conta uma história bem interessante, que ele chegou com o boletim e ele disse assim que era 7 ou era 8 e a mãe disse assim: também meu filho, você não estuda, você não quer nada. Porque ela era dura. Um comerciante de Espírito Santo chegou pra ele e disse: você não acha que devia trabalhar pra ajudar sua mãe que é uma viúva, cheia de filhos, você devia parar de estudar, que eu te arranjo um emprego aqui dentro do meu comércio, que era uma loja de tecidos, e ele ficou inculcado com aquilo, que realmente viviam numa pindaíba maior do mundo. **Ana Maria Maroja (entrevistada)** – Eles moraram no coreto da praça. **Ana Tereza (entrevistada)** – Moraram no coreto da praça porque não tinham onde ficar. E depois encontraram uma casa. **Ana Maria Maroja (entrevistada)** – Foi tio Flávio, que era muito amigo da mãe dele. **Demétrio (entrevistado)** – Flávio Ribeiro, Flávio Ribeiro Maroja Coutinho. **Ana Tereza (entrevistada)** – Esse de vovô, ai ele chegou em casa, conversou com a mãe dele, dizendo que ele ficou inculcado com aquilo, pensando sei lá, acho que ele tem razão, ai foi conversar com a mãe, dizendo que estava pensando em abandonar os estudos pra poder ajudá-la, assumir esse emprego, ai ela disse assim: pergunta pra ele se algum dia eu já pedi algum dinheiro emprestado a ele. Quem devia parar de estudar era o filho dele, que é meu aluno e é muito burro. Burro que é danado, burro que é danado, você não vai parar de estudar não. E todos os filhos eram assim, muito inteligentes. Isso aqui Juliana, isso aqui é um livro de apontamentos que minha bisavó traduzia pra vovô dos pontos de Direito. E vovô era engraçado porque dizia assim: acho que mamãe me achava meio burro porque isso tudo era traduzido do Francês, ai ele fazia os apontamentos tudo de Direito. E olha que letra linda. **Demétrio (entrevistado)** – Ai antes de falecer, ele entregou pra ela: você é minha neta mais velha, eu sei que você nunca vai deixar de cuidar desse caderno aqui pra mim. **Ana Tereza Porto (entrevistada)** – Pois é então isso aqui é uma relíquia. Depois, ele tinha uma

carta, carta para jornal Tico Tico, lembra-se disso mãe? Que tem uma parte dele assim, que ele era pequeno e a mãe dele escrevia como se ele fosse. Agora tem isso aqui, esse livro (Mário Moacyr Porto – Magistrado e humanista do nosso tempo) eu posso até xerocar pra você, sem problemas, que fala muita coisa dele, de como tudo começou, depois a parte dele como juiz, de quando ele foi reitor, mas não fala dele como professor, depois do cinema novo e da cidade da Paraíba, e eu tenho uns artigos... **Demétrio (entrevistado)** – a os vencimentos. Doutor Mário passou muito tempo fora da Universidade por conta da Ditadura, quando ele foi afastado de reitor, que ele passou sem e depois voltou pra ensinar e não recebia os vencimentos, passou muitos anos trabalhando pra universidade porque gostava de ensinar e ele falava de não sei quem... **Ana Tereza Porto (entrevistada)** – Dinarte Mariz, até que era um senador do Rio Grande do Norte que soube dessa história e disse que isso era um absurdo. Foi quando ele começou a volta a receber. **Ana Tereza Porto (entrevistada)** – Na verdade, sobre uma colação de grau de economia. Ele recebeu um telegrama em casa dizendo que ele estava proibido e ele foi e minha vó... **Demétrio (entrevistado)** – Na verdade, o telegrama não o proibia de ir, mas aconselhava que ele não fosse, porque ele poderia passar por constrangimentos. Aí eu me lembro que ele conversava muito sobre isso, que foi aconselhado e acho que não sei se foi um telegrama, acho que foi um interlocutor, um intermediário, uma pessoa que foi até a casa dele, se não me engano, eu não vou afirmar porque eu não me lembro, mas se eu não me lembro foi Fernando Milanez que era vizinho dele e que foi a noite na casa dele, não tenho certeza, porque era vizinho dele e já morreu, aí não tenho como confirmar isso. Ele já foi deputado estadual, e Fernando Milanez, foi a casa dele aconselhando ele a não ir, porque se ele fosse passaria um constrangimento muito grande. E ele disse que não ia deixar de comparecer a colação de grau do filho dele em economia e quando houve a solenidade, que notaram a presença nele, todos os estudantes aplaudiram de pé. Alguém falou: A presença do ex-reitor Mário Moacyr Porto... **Ana Tereza Porto (entrevistada)** – Vovó até disse: Mário é melhor você ir embora. **Demétrio (entrevistado)** – Com receio, inclusive porque naquela época, um dos motivos assim, que o afastaram, foram motivos, que ele até dizia sobre a carta que ele recebeu destituindo dele, eu não tenho esses termos, porque ele não dizia os termos integralmente... **Ana Tereza (entrevistada)** – Mas meu avô tinha essa carta, eu me lembro, painho tinha essa carta. **Demétrio (entrevistado)** – Meu filho, ele não teve um conhecimento muito grande com Doutor Mário, ou seja, uma convivência muito grande. Doutor Mário morreu em 97... **Ana Tereza Porto (entrevistada)** – 96 **Demétrio (entrevistado)** – E meu filho tinha nove anos nessa época, mas meu filho foi o único que depois se interessou pela área do Direito, e ele hoje até passou pra juiz do Rio Grande do

Norte e ele hoje tem muitas coisas de Doutor Mário que ele leu e que ele depois, ele vem aí essa próxima semana, que ele tá hoje como Procurador lá em Curitiba, está chegando sexta-feira, seria também interessante se fosse o caso, você conversar com ele. **Ana Tereza (entrevistada)** – E tem Carlos, que é o único filho vivo... **Demétrio (entrevistado)** – E que depois, meu filho também quer fazer um trabalho, não nessa área que você se interessa, educação, mas na linha jurídica. E ele tá começando, assim, a se interessar e ele têm assim alguns discursos. **Ana Tereza (entrevistada)** – Eu trouxe aqui algumas coisas, eu não sei se... Aqui tem até um versinho de vovô: Para meus queridos netos, Tereza,... E Mário Neto, três pessoas distintas e uma só (não dá pra ler) com amor de seu avô coruja. **Demétrio (entrevistado)** – você tem aquela carta que ele pede um emprego pra você? **Ana Tereza (entrevistada)** – Ah! Tenho! **Demétrio (entrevistado)** – Isso aí é interessante. Foi na época do governo Burity. Que quando, inclusive quem intermediou a entrega pra ele foi Afrânio Bezerra, que era Deputado Estadual e Afrânio pode até falar sobre isso, porque Afrânio disse que na época em que Burity recebeu a carta, ele disse: eu não tenho como negar um emprego, com uma carta de um desembargador nesses termos em que está escrito aqui. **Ana Tereza (entrevistada)** – Eu tenho também até um versinho que diz assim: Confesso que sou coruja, não nego que sou pateta, que bom dizer meu avô, depois de dizer minha neta. Ele tinha assim umas poesias da primeira eucaristia da gente, né mainha? Lembra? Que tinha a minha e a de Mário. **Demétrio (entrevistado)** – Tem uma relíquia, se eu não me engano está no Correio da Paraíba logo depois que doutor Mário morreu, com várias frases deles, sobre a morte, frases que não sei se lhe interesse pra o tipo de pesquisa que você está fazendo. **Entrevistadora:** O professor Mário Porto era religioso? **Demétrio (entrevistado)** – Ele dizia que tinha convicção da existência de Deus, mas não era aquele cristão católico praticante não. Dizia que é difícil negar a existência de um Cristo, de Deus, mas cristão protestante ele não era. Chegou numa época até a dizer que não era ateu, era atoa. A esposa dele dona Giselda que é avó de Ana Tereza, era uma pessoa extremamente católica e mariana. Inclusive, o pai o sogro de doutor Mário, que era Doutor Tomás Salustino, que era de Currais Novos, que inclusive foi desembargador lá, mas sua influência era mais como empresário, no ramo das minerações, essas coisas, ele tinha uma liderança muito forte, porque foi ele quem levou energia, água pra Currais Novos na época, e todo dia era cantado a Ave Maria na rádio, ele era proprietário da rádio, e fazia questão porque ele era muito devoto de Nossa Senhora e a bisavó que também tinha por nome Tereza, era totalmente devota de Nossa Senhora e toda a família tinha uma presença muito forte na igreja, agora Doutor Mário não, ele não era uma pessoa de presença permanente na igreja, agora ele tinha devoção e acreditava em Deus e na

presença de Jesus Cristo como Deus, e tudo que representou dentro de tudo que a gente conhece da religião cristã. **Ana Tereza (entrevistada)** - Eu tenho aqui umas coisas, isso aqui foi doutor Emilio que escreveu, era muito amigo dele, quando ele faleceu, não sei se você chegou a ler... **Demétrio (entrevistado)** - Tem um artigo muito sobre doutor Mário, que é de Luiz Antonio Crispim, que tinha duas pessoas, aliás, há três pessoas que por falta de sorte, não poderemos lhe apresentar, três pessoas que são altamente é, vamos dizer assim, fãs de Doutor Mário e três pessoas que são escritores, quatro na verdade. Um é Tarcísio Burity que era louco por ele, outro era aquele que foi procurador da Assembleia legislativa, que era um homem de cultura extraordinária, que tinha conhecimento da vida de doutor Mário como professor com riqueza de detalhes, Yanko Cirilo, que também faleceu. **Ana Tereza (entrevistada)** – Outro que daria informações a você com muita riqueza era Dorgival Terceiro Neto, que também já faleceu. Deixa-me ver, estou tentando ver uma pessoa que poderia ajudar nesse sentido que você precisa, nesse lado como professor. Ah se tia Augusta estivesse bem... **Ana Tereza (entrevistada)**– Podia ser de repente. **Demétrio** – Ela era professora da Faculdade, e participou da revolução com muita força, e é daquelas pessoas que gostam de participar. Eu vou ver com tio Juarez, me deixa falar aqui com tio Juarez, ele conhece muito sobre doutor Mário e me daria até uma boa... **Ana Tereza (entrevistada)** – Eu tenho aqui o currículo dele, escrito de próprio punho. Serve pra você? **Entrevistadora** – Claro! **Demétrio (entrevistado)** – Ele (doutor Juarez) te daria assim, depoimentos de uma forma menos familiar. Ele conhece doutor Mário, porque esse meu tio foi, chegou até a ser vice-governador aqui do interior, e ele conheceu tio Juarez e tio Juarez conheceu ele como escrivão do cartório e eles nessa época ficaram amigos, e eles elogiavam muito um ao outro. **Ana Tereza (entrevistada)** – E ele (Mário Porto) dizia assim que era um menino muito novo (doutor Juarez) e era explorado por dona Naná, e chegou pra ele e perguntou: que livro é esse que você está lendo? Esse livro não presta não, foi e lhe trouxe novos livros. Tem esses detalhes. **Demétrio (entrevistado)** – São amigos da mesma geração, hoje tio Juarez está me parece com 83 anos, bem lucido e tem um conhecimento de história bem razoável. **Ana Tereza (entrevistada)** – eu tenho Juliana, coisas assim muito interessantes. Coisas assim que ele dizia que ao morrer, e encontrar com a mãe... **(Ao mostrar o texto de qualificação a Ana Tereza Porto)** **Ana Tereza (entrevistada)** – Primeira coisa a ser feita, é a mudança dessa foto de capa. (Risos) Ao chegar ao fórum, pedi pra mudar todas as fotos também, cada foto horrível.

ENTREVISTA

Dia: 19 de janeiro de 2016

Entrevistada: Ana Tereza Porto

PRIMEIRA TRANSCRIÇÃO - ÁUDIO DE 02h27min.

(Separando as fotografias) **Entrevistada:** - Éééé... Foto dos Meninos (tem álbum dos meninos pequeninhos, então provavelmente...). **Entrevistadora:** - Seu filho tem a voz do seu esposo!**Entrevistada:** - É né? Parece mesmo, é igualzinha. **Entrevistadora:** - Muito! Eu fiquei escutando e pensei, parece que eu tô falando com o esposo dela... **Entrevistada:** - Olha essas coisas assim, tudo... Você quer foto de vovô como? Isso aqui é na fazenda... Ele reunia todo mundo... Olha tá vendo?! Isso aqui era... É... **Entrevistadora:** - A netaiada? **Entrevistada:** - Ééé, mas não eram só os netos... Assim, do mesmo jeito que eram os netos, eram os meninos da fazenda... Tá vendo, ó... Tá vendo, tudo que a gente fazia, os outros faziam... Era... Não tinha distinção não... Ó, tá vendo como era vovô?! Vovô e vovó... **Entrevistadora:** - Éééé... Assim olha que eu quero... **Entrevistada:** - Você queria foto assim?**Entrevistadora:** - Eu quero, com certeza. Tudo que quiser compartilhar, tirar xérox, eu quero. **Entrevistada:** - Tudo que tinha aniversário... **Entrevistadora:** - Olha como é interessante essa?**Entrevistada:** - Tá vendo! Eu num disse a você que ele era muito participativo? Olha assim né?!**Entrevistadora:** - Uhum... Muito legal... **Entrevistada:** - Ó... Escola, Escola, Escola... **Entrevistadora:** - Na escola? **Entrevistada:** - É! **Entrevistadora:** - Você tem quantos filhos? Tem a Renata e esse que falou comigo por telefone?**Entrevistada:** - É... Dois! **Entrevistadora:** - Dois simpáticos. A Renata me recebeu muito bem e ele muito bem também. **Entrevistada:** - Ó, tá vendo aqui com a minha avó e meu avô... Tudo, tudo... **Entrevistadora:** - Sua avó é falecida? **Entrevistada:** - É! Quando vovô faleceu, vovó... Ó tá vendo, tá vendo que tudo era... **Entrevistadora:** - Verdade, presente! **Entrevistada:** - Era muito presente! Então é desse tipo assim que realmente você quer né?**Entrevistadora:** - Uhum... **Entrevistada:** - Pronto, eu vou... Junto assim, né? **Entrevistadora:** - É, foto em família...

SEGUNDA TRANSCRIÇÃO- ÁUDIO DE 09h33min.

Entrevistada: -... Que vestiu a camisa pra que ele voltasse a receber. **Entrevistadora:** - Uhum **Entrevistada:** - Ele trabalhava na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e

não recebia. **Entrevistadora:** - Ele não recebia lá? **Entrevistada:** - Ele não recebia lá na Universidade. **Entrevistadora:** Lá no Rio Grande do Norte? **Entrevistada:** - Sim. Ele ficou sem receber. **Entrevistadora:** - Eu achei que ele tinha ficado sem receber aqui e quando voltou pra o Rio Grande do Norte começou a receber de novo. **Entrevistada:** - Não, na verdade quando ele foi para o Rio Grande do Norte, ele foi pra assumir... Ele... Por que o sogro dele tava doente, e ele tinha muitos filhos, mas pediu pra vovô tocar a questão da mineração, né?! **Entrevistadora:** - Uhrum... **Entrevistada:**... E a constituinte com meu amigo Aurélio... Esse aqui já é outro.

TERCEIRA TRANSCRIÇÃO - ÁUDIO DE 11h30min.

Entrevistada: - Uma das coisas que eu lembro muito do meu avô, que sempre nas rodas ele chegava de mansinho né, tava o pessoal falando às vezes de futebol, num sei o que, ele não entendia nada de futebol e ele ia por ali, falando né, abria a boca para falar uma coisita aqui, com 10 minutos ele tava dominando o papo e tava todo mundo numa roda grande olhando para ele, e era assim, as histórias muito interessantes... **Entrevistadora:** - O que você considera que levou ele a essa vida de sucesso, sucesso profissional principalmente? **Entrevistada:** - Eu acho que determinação e (eee) ele atribuía muito, isso assim, não assim ao sucesso profissional que ele nem falava nisso, mas ele dizia que só chegou onde chegou por conta da mãe. Dizia que a mãe dele era uma pessoa presente e rígida na vida de todos os filhos. Eu comentei da outra vez... (**Interrupção da entrevistadora** – Eu tenho muita vontade de falar com o irmão dele, o de Natal...), mas não tem nenhum vivo, ele não tem um irmão vivo... (**Interrupção da entrevistadora** – Ah o irmão não, o filho... ah o irmão não tem nenhum vivo né! Vontade que tivesse alguns dos irmãos pra ter essa relação mesmo com a mãe pra gente descobrir...). E ele dizia assim que uma vez chegou em casa com oito e mãe dele falou “meu filho também você não estuda...”, era desse jeito... E ele contava uma coisa interessante e dizia às vezes eu achava que me mãe me achava meio burro, porque ela pegava os pontos de direito e traduzia todos, porque como a dificuldade financeira era muito grande, então ele estudava em casa e fazia as provas, disse que ela pegava e traduzia todos aqueles pontos do francês e botava para ele estudar... (**Interrupção da entrevistadora** – Acho tão interessante isso, que eu coloquei) e eu tenho o caderno aqui... (**Interrupção da entrevistadora** – que eu coloquei na pesquisa mesmo que ele tinha vindo de origem rica né, aí vocês desconstruíram isso na minha cabeça, mas eu não consigo desconstruir como uma pessoa de origem humilde chegou até onde chegou...) Mas olhe é, o estudo que fez a

diferença. Eu contei para você também a história de um dos irmãos dele que ganhou um... acho que era.. foi até tio Ladislau que era médico que recebeu de um padrinho um anel de formatura... **(Interrupção da entrevistadora – não)** comentei isso aí não... **(Interrupção da entrevistadora – não)** pronto... Aí ele chegou e disse assim: naquele dia quando minha mãe viu o anel, “vocês vão vender isso aqui para estudar, o que vai fazer diferença um anel na sua vida, nada!”. Então vovô disse assim, aquele judeu deve ter enrolado a gente e foram e venderam e isso aí ele revertia, mas ele revertia para ela e isso não era problema... Eu contei para você uma história também que era lá em Cruz do Espírito Santo que chegou um comerciante... Vovô contava isso aí e contava demais... Chegou um comerciante perto dele, olhe Mário sua mãe se matando para vocês estudarem, eu acho que isso não é justo, você devia era começar a trabalhar para ajudar a sua mãe, eu lhe dou um emprego aqui - era um vendedor de tecido - uma loja de tecido lá em Cruz do Espírito Santo. Ele disse que aquilo marcou realmente eu não lembro o nome do comerciante... Seu fulano tem razão, eu vou conversar com minha mãe, chegou em casa e disse: mamãe, seu fulano de tal me ofereceu um emprego e eu vou aceitar pra lhe ajudar. Ah, ela ficou indignada. Ela disse: pergunte a ele o dia que eu pedi dinheiro emprestado a ele, quem devia botar o filho para trabalhar vendendo tecido era o filho dele que é meu aluno e é burro que é danado. Vovô contava muito essa história. É então ela não admitia que ninguém interferisse nos estudos dos filhos e dissessem nem que eles deveriam parar. Não! E vovô contava muito que um francês, não sei se foi aqui no estado ou foi no Espírito Santo, mas ele disse: olhe sua mãe é uma das pessoas que ouvi falar francês sem sotaque... **(Interrupção da entrevistadora - eu li isso num, num)** né então era, e vovô lia francês fluentemente, com minha vó que era linha dura. Por isso que eu acho assim, eu acho que isso teve até influência na minha vida, eu sou rigorosa com os estudos dos meus filhos, eu acho que escutei tanto isso sabe, que sou também. Acho que sou um pouquinho linha dura. Tinha uma coisa que vovô contava também é que ela tinha uns livros de homeopatia e ela receitava todo mudo de Cruz do Espírito Santo. Adoecia era minha avó que receitava, num tinha nada haver né? **Entrevistadora:** - Então você considera que a família depois do falecimento dele, carrega hoje um legado do que ele deixou? **Entrevistada:** - Eu acho que... **(Interrupção da entrevistadora – a família assim no geral...)** você diz assim, se isso foi exemplo pra gente?... **(Interrupção da entrevistadora – sim)**... Foi porque ele sempre comentava isso, comentava do que ele através do estudo, o que ele tinha conseguido... Né, se formar naquela época! Hoje você vê que em toda esquina tem uma Universidade né... Pra se formar naquela época só em Recife né, pra estudar era uma luta grande... **(Interrupção da entrevistadora – e nos livros falavam muito que ele só andava na**

beca né? Já depois de professor universitário, diz que ele só ia... sempre usava o... tem o nome do... toga né? Acho que é toga...) Não, a toga é de juiz né?... aquela capinha... (Sim, aí eu li em algum livro, acho que no da Gomes, que diz que ele ia dar aula de toga...) Isso eu não posso confirmar essa história, eu não sei de verdade. Eu só sei que ele é... ele andava muito... ele só andava de blazer né? Eu acho que ele passou a vida toda usando paletó. Usava só o paletó, botava o paletó por cima. Vovô não era uma pessoa assim arrumada, vaidosa, pra ter camisa combinando. Eu me lembro de que vovô tinha eu acho que camisa azul clara que era uma cor que ele gostava, ele tinha umas cinco tudo igual entendeu? Não era uma pessoa assim que andava arrumado nem... **(Interrupção da entrevistadora – E é... é você falando e u** desconstruindo minhas ideias assim... eu lendo na minha cabeça era uma pessoa extremamente arrumada...) Não... **(Interrupção da entrevistadora – Eu não sei onde eu li** também que ele só andava de branco...) Não também não... Eu não me lembro de vovô de branco... acho que eu nunca vi uma calça branca de vovô... **(Interrupção da entrevistadora – assim que...)** não, não me lembro disso, mas eu acho que isso exerce influência. Meu filho fez Direito e ele tem assim o maior orgulho. Eu tenho também muito orgulho do meu avô, não é só pelo avô que ele foi para mim. Vovô era mais do que um pai para mim, entendeu?... É... eu tenho muito orgulho dele, da pessoa dele, do que ele representou, do que ele é e representou na minha vida, em todos os termos, eu me lembro que quando eu era muito pequena, eu gosto de pintura, eu sou arquiteta né... Eu gosto de pintar e quando eu pintei a minha primeira tela acho que eu tinha uns sete anos, oito anos, vovô disse: essa tela vai ser minha, eu quero comprar... **(Interrupção da entrevistadora – sim, ele fez muita relação do** Direito com música, com estética, com artes... aí eu fico me perguntando onde ele teve contato com... assim se a origem dele...) Eu acho que os livros, ele dizia muito isso: o livro deu um universo de um conhecimento que ele não tinha... **(Interrupção da entrevistadora –** Porque geralmente assim, são gostos muito refinados assim, você gostar de pintura, de artes, de música...), mas tinha um detalhe, todos os irmãos comiam livro. Eu uma vez eu fui visitar um tio, irmão dele, tio Chico, ele morava ali atrás do Liceu. Aí eu lá conversando com tio Chico e tal... Aí tio Chico eu vou pegar um copo de água, quando eu abri a geladeira, tinha livro na geladeira. Ah minha filha, porque pifou aí eu aproveitei e da geladeira fiz estante. Aí ele tinha o outro, o outro irmão que faleceu cedo de uma injeção de penicilina, que eu também não conheci né claro, mas diz que era tio Geraldo, diz que é inteligentíssimo e era da biblioteca pública, diretor da biblioteca, entendeu? Era uma pessoa que lia muito. O Silvio que era o irmão dele... **(Interrupção da entrevistadora – Drº Mário Moacyr Porto faleceu** foi em dois mil e...?) noventa e seis **(Interrupção da entrevistadora – não tou com a data...**

noventa e...?) sete, noventa e sete, eu acho que foi isso mesmo... não sou muito ligada em data não, mas eu acho que foi isso... **(Interrupção da entrevistadora – certo)** eu sei que foi novembro... 20 de novembro, agora eu acho que foi 97... **(Interrupção da entrevistadora –** acho que foi isso mesmo, eu tava com a data de... agora esse currículo, dois mil e...) esse é noventa e seis, né ó? Ele deve ter feito por algum ----- mas eu não sei qual... Março de 96, tá vendo? **(Interrupção da entrevistadora – Interessante não é um ano antes...)** Porque ele tinha... vovô tinha ele é, eu me lembro que uma vez eu tava até chegando na casa dele, assim 96 por aí, ele foi é contratado para dar Parecer... ele era muito contratado por advogado de São Paulo pra dar Parecer e eu lembro disso ---- **(Interrupção da entrevistadora – Quando ele faleceu ele era muito ativo...)** era mas ele adoeceu em julho, na verdade foi finalzinho de junho. Ele foi já adoecendo e tal e quando ele faleceu em novembro ele já tava, assim já não tava trabalhando mais, mas eu me lembro de vovô, por exemplo, o que eu me lembro de vovô, desde muito pequenininha era lendo muito. Eu chegava na hora do almoço tinha um livro, entendeu? De noite era livro. Ele tinha uma biblioteca imensa, assim em Natal né, quando ele morava em Natal e lá também ele tinha uma cadeira de balanço, ali ele virava às vezes à noite, quando ele dizia assim: Ah esse livro tava tão delicioso, quando eu vi já estava claro o dia. **(Interrupção da entrevistadora – então tem uma explicação mesmo pra...)** é, mas isso aí não sei dizer se foi um hábito natural ou foi um incentivo, porque já que todos gostavam muito, eu acho eu deve ter uma influência da mãe... **(Interrupção da entrevistadora – ou os dois né assim...)** os dois é, uma coisa com a outra, mas uma história também que eu queria te contar que tinha uns artigos maravilhosos dele que ele fala da mãe, que quando a mãe, quando encontrasse com a mãe no céu, antes da mãe dá um abraço e dizer meu filho que saudade, ia dizer assim: e aí fez tudo direitinho como eu lhe ensinei? Você conhece? **(Interrupção da entrevistadora – Tem esse artigo?)** Tem...

QUARTA TRANSCRIÇÃO - JULIANA – ÁUDIO DE 10h08min.

Entrevistadora:- Entrevista do dia 19... Como o seu nome completo? **Entrevistada: -** Ana Tereza Maroja Porto do Vale. **Entrevistadora: -** Certo... Qual o seu parentesco com... **Entrevistada: -** É neta, neta mais velha... **Entrevistadora: -** Certo. E qual a representação do Mário Moacyr Porto na sua vida? **Entrevistada: -** Bom, é... Meu avô era uma pessoa muito presente na minha vida, não só na minha vida, mas na vida de todos os netos, inclusive dos meus filhos que eram os bisnetos. Ele era uma pessoa assim que significava e significa muito

para mim até hoje né, até meus filhos também, até é, conviveram bem menos com ele, mas era uma pessoa muito presente em todas as atividades nossas né! Eu me lembro muito que meu filho pequeno, ele deixou muitas vezes de proferir uma palestra, quando tinha um aniversário de um neto, quando tinha de bisneto, quando tinha algo na família... **Entrevistadora:** - É... sobre as memórias que você tem sobre ele como professor, não em sala de aula lógico, que você não teve esse contato com ele, mas assim o que é que você percebia no dia a dia dele mesmo, que lembrava o professor Mário Moacyr Porto enquanto professor... Tem alguma lembrança que você tenha? **Entrevistada:** - Bom, a lembrança que eu trago é do que eu escutava dele e das pessoas. Que como eu vivia muito com ele lá em casa, eu e minha irmã, passávamos às férias. Ele ficava de férias hoje, no outro dia ele mandava buscar a gente... a gente passava as férias com ele e viajava muito com ele assim, por perto mesmo. Quando ele ia, para algum Congresso, ele levava sempre a minha avó de lado e os netos né. Lembro muito das pessoas que foram alunos dele, que faziam, que tinham uma interferência toda especial. Comentavam fatos de sala de aula, me lembro muito de algumas pessoas que falavam assim que na época que ele era Reitor também, que a reitoria era aberta né para os estudantes, os estudantes participavam... participavam das reuniões... eu acho que até isso teve até uma... teve uma... foi um ponto negativo né, entre aspas, naquela época da Revolução... me lembro demais assim de reuniões que tinham na casa de meu avô, que alguns ex -alunos chegavam e falavam: meu mestre, meu guru, era desse jeito. Lembro-me de doutor Ianko Cirilo que era um... que tive até a oportunidade de encontrá-lo algumas vezes depois... depois assim quando vovô faleceu também que encontrava com a gente, só falava do quanto ele foi importante na vida acadêmica dele, das atividades dele na Universidade, enquanto professor... e vovô dizia muito que... é que tinha nascido para ser professor... tanto é que quando ele saiu daqui ele lecionou por muito tempo, sem receber vencimentos, até que ele contava muito essa história que se realizava dentro de uma sala de aula... e que uma vez numa ocasião ele comentou que não tava recebendo foi quando... foi até um senador pelo Rio Grande do Norte, se eu me engane era doutor Dinarte Mariz... disse isso que era um absurdo e... bom enfim corrigiram essa distorção, mas ele passou muito tempo ensinando sem receber... **Entrevistadora:** - Você acha que essa questão dele não receber, teve haver com o período da Ditadura Militar? **Entrevistada:** - Ah com certeza né... foi quando ele saiu daqui e foi para o Rio Grande do Norte e foi lá que ele ficou trabalhando sem receber vencimentos... **Entrevistadora:** - Sobre a origem dele... um pouco sobre a origem familiar dele... **Entrevistada:** - Bom, eu escutava muito do meu avô assim que ele, que ele era daqui de João Pessoa, mas ele se considerava de Cruz do Espírito Santo, que foi uma cidade assim que

depois quando os pais... quando o pai dele faleceu né!? Que eles passaram dificuldade muito grande financeira... e eles foram pra lá, porque minha avó, que era uma pessoa muito assim, a frente do tempo, minha avó não, minha bisavó.... a frente do tempo, era rigorosa com os estudos e não admitia assim que tirasse nota baixa, que não estudasse... ela não admitia hipótese nenhuma de um filho dela não se formar... isso naquela época... E ele contava muito a história de quando eles foram para lá, que eles ficaram no coreto da praça, porque não tinham... não tinham casa né, aqui a casa era alugada e meu bisavô morreu de repente, não deixou pensão e ela tinha muitos filhos e resolveu ir pra o interior, pra terminar de criá-los, que era mais fácil... lá ela ensinava e com que ela ensinava particular, ela custeava né os estudos, quer dizer eu não digo nem os estudos, que é... a vida mesmo dos filhos... a subsistência, garantia a subsistência com os ensinamentos particulares dela...**Entrevistadora:** - Você chegou a ouvir alguma coisa assim, relacionando o Mário Moacyr Porto aos ideais democráticos... a questão dos Direitos Humanos... Qual era a relação dele com os Direitos Humanos?**Entrevistada:** - Ah, tinha sempre. Eu assim me arrependo muito de não ter gravado muitas das conversas de vovô, porque eu acho que muita coisa se perde sabe... você não tem essa noção de que aquilo... que esses momentos passam... são tão vivos e até hoje são né... (**Interrupção da entrevistadora** – exato) que eu acho que até hoje muita coisa assim, você não tem como resgatar, mas o exemplo fica né?... Eu acho que ele falava muito, muito em Direitos Humanos, em Igualdade né, ele tomou um momento eu me lembro muitos artigos dele que falavam muito do Nordeste que era absurdo a questão do Nordeste que era sempre tava na posição de coitadinho né, falando das riquezas, dos minerais do Nordeste, cobrava muito... (**Interrupção da entrevistadora** – eu vi um artigo dele na *Tribuna do Norte*...) na Tribuna... (**Interrupção da entrevistadora** – interessante) cobrava muito dos políticos, escrevia... tinha... tinha... é alguns deputados, senadores que... que ele mantinha contato né, reivindicando melhoria... reivindicando algo a mais pro Nordeste, pra que ele saísse dessa condição de inferior...**Entrevistadora:** - Você tem conhecimento de como foi à época da Ditadura, no sentido assim de que como ele trabalhava muito com esses ideais de Direitos Humanos e era totalmente contrário com as ideias que a ditadura divulgava né... como é que foi esse período na vida dele e você... o que é que você escutou... quais são suas memórias a respeito daquilo que ele contava... ou daquilo que você escutou outras pessoas...**Entrevistada:** - não, eu, eu lembro muito do meu avô assim contando que foi um período muito difícil. Contando mesmo né, porque eu não vivi isso aí. Eu era recém-nascida quando estourou o golpe, mas é eu me lembro dele falando né... Ele foi pro Rio Grande do Norte... me lembro muito, ele contava muito a história... minha avó tinha muito orgulho disso

também, da história da formatura do filho, que ele foi assim... ele recebeu uma... como uma notificação para ele não comparecer a formatura do filho... e ele disse que ia e minha vó até disse, mas Mário você... pode acontecer alguma coisa né de grave e tal, mas eu vou e é um direito meu, eu sou pai e ali eu estou um pai, e que ele, aí minha avó contava né, que ele tinha sido aplaudido de pé e tal... **(Interrupção da entrevistadora** – Você chegou a escutar isso dele?)... Dele?... hamhamhamham, cheguei a escutar, e lembro muito também dessas questões assim de muitas histórias que meu avô contava quando ele era juiz no interior de perseguição pra com pequenos produtores rurais né, que latifundiário é... invadia a propriedade... a pequena propriedade e queria a qualquer preço comprar aquele pedacinho de terra e tal... **(Interrupção da entrevistadora** – Ele escreveu uns artigos sobre propriedade privada...) É... escreveu... E ele também assim... lembro de uma história que ele contava que... que mandaram prender um pequeno produtor desse e era um coronal naquela região que mandava em todo mundo e ele pegou a chave da cadeia pra abrir a cadeia, pra soltar e o delegado: o senhor não faça um negócio desse... e ele disse... pegou a chave da cadeia e foi abrir... e ele disse... me lembro muito dele contando assim: eu tava esperando um tiro nas costas, mas eu fui... ele achava que era dever... **(Interrupção da entrevistadora** – temperamento forte!) É... ele...ele, quando ele viu a injustiça ele ficava indignado... me lembro de uma vez que eu era assim, acho que adolescente, que eu comentei que eu passei numa casa, eu tava até indo pra praia, num Buggy, em Natal isso, que vinha um pai batendo numa filha... vovô me pressionou aquilo, batendo com um... vamos lá agora... vovô já era um né... já era idoso e tudo... ficava indignado com isso tudo... ele dizia muito “quem não gosta nem de criança e nem passarinho não presta... **(Interrupção da entrevistadora** – interessante...)

QUINTA TRANSCRIÇÃO - JULIANA – ÁUDIO DE 12h15min.

Entrevistada: (Leitura de algum texto do Moacyr) - As viúvas de funcionários, inclusive magistrados não recebiam pensão do Estado, ficamos assim reduzidos a uma extrema pobreza... A minha mãe ainda moça dotada que era de uma extraordinária energia, não se entregou ao desespero, decidida, cheia de iniciativa foi à luta. Superiormente inteligente e culta, passou a ensinar em casa, pela manhã e a tarde e a noite... um esforço sobre- humano que, somente, muita saúde e capacidade de luta conseguiram manter. Disse que a minha mãe era superiormente inteligente e culta, o que é de causar surpresa, pois no seu tempo de moça, a mulher era a quase unanimidade semianalfabeta e simplesmente de prendas domésticas.

Explica a razão, o meu avô materno que era paraibano, foi pra guerra do Paraguai como alferes **(Interrupção da entrevistada - só não sei o que isso)**, retornando ao Brasil no fim do conflito como major do exército... **((Interrupção da entrevistada - Então ele era alferes, deveria ser uma patente bem baixa né?),** mas ficou no sul do país, servindo em guarnições no Rio Grande do Sul. Reformado como general acabou de voltar a sua terra, a Paraíba, onde viveu os seus últimos anos... minha avó e meus tios eram cariocas-gaúchos. A minha mãe nasceu a bordo, razão pela qual deram o nome de Nautília, para lembrar o submarino Náuticos, imaginado por Júlio Verner, em seu livro: “Vinte mil léguas submarinas”... Passou vários anos como aluna interna, em um colégio de freiras francesas, no Rio de Janeiro, onde aprendeu excelentes humanidades, sobretudo línguas, **(Interrupção da entrevistada - aí tá aqui né línguas)**. Certa vez um francês de nascimento me disse: “Dos brasileiros que conheço a sua mãe é que melhor fala o francês, expressa com uma segurança de uma parisiense”. Na Paraíba, minha mãe já moça casou com meu pai, indo residir em várias cidades do interior, onde meu pai foi juiz... **(Interrupção da entrevistadora - Mas tá aí a origem... que eu disse assim... a origem nobre dele vem da mãe, agora a questão é que depois a mãe se casou... tá entendendo o que eu tou dizendo assim... o general Bento da Gama deu condições, por exemplo ela foi é...)** **(Interrupção da entrevistada - Ele foi para a guerra do Paraguai, ele foi... Você tem que ver que patente é essa de alferes e depois ele retornou como major, porque todo mundo depois da guerra...)** **(Interrupção da entrevistadora –Por que ela ficou num internato... um internato geralmente é uma escola paga... o internato é... só ia para internato...)** (Eu acho que isso aí, como ele era do exército, o exército sempre aqui no país, ele sempre teve uma aparato né pra.. pra filho... porque eles viajam muito né!?, num param em canto nenhum... **(Interrupção da entrevistadora – Mas a mãe dele teve acesso a uma cultura bem diferenciada, né!?)** **(Interrupção da entrevistada - Teve.. teve... e não é só que teve acesso, aproveitou né, porque naquela época... época que mulheres de...)** **(Interrupção da entrevistadora –Não com certeza teve!)** **(Interrupção da entrevistada - Aí oh...)** Querem que meu depoimento sobre minha mãe fuja as concessões sentimentais, não sofra as naturais distorções do amor filial. A minha mãe que a todos chamavam de neném, não era do tipo boazinha, dócil, Maria vai com as outras, pelo contrário, voluntariosa, decidida, viveu ou sacrificou-se pelos filhos, mas sem pieguices, formou seis filhos em Direito e Medicina Acompanhava com extremo interesse a vida escolar dos seus rapazes. Um exemplo: Ingressei na Faculdade de Direito, com 16 anos... **(Interrupção da entrevistada - Aqui ele falou tá vendo, que completou oito anos que o pai morreu aquela data... aquilo que vc... lembra que eu disse que...)** **(Interrupção da entrevistadora – Que a Gomes errou...)** **(Interrupção da**

entrevistada - Né...) É.. Maria vai com as outras... Ingressei na Faculdade de Recife com 16 anos, no ----- do primeiro ano, era Direito Constitucional, Civil e Romano... a minha mãe leu os programas das disciplinas e passou uma vista nos livros adotados e me disse: Você vai ter dificuldades em assimilar essas matérias. Vou ler com cuidado esses livros todos e organizar os pontos para você estudá-los, e assim fez...) (**Interrupção da entrevistada** – Você viu o caderno? Os pontos né... tem o caderno ainda aí...) Não sei onde os pontos foram parar, perdi-os... (**Interrupção da entrevistada** – mas aqui depois ele resgatou e me deu...) (**Interrupção da entrevistadora** – E daquele caderno, a gente depois fotografa para não estragar...) (**Interrupção da entrevistada** – certo... é...) Mas cheguei a mostrá-los a pessoas aqui residentes. Profundamente religiosa, sempre que alguém lhe perguntava, em convencional cumprimento: “como vai Dona Neném?” a resposta vinha invariável: “melhor do que mereço a Deus”. Tinha um profundo conhecimento dos clássicos franceses, notadamente, Racine e Molière, que declamava com visível prazer. O mês de Maio me recordava muito a minha mãe, pelo seguinte: na pequena cidade de Cruz do Espírito Santo, onde meu pai nasceu e foi juiz vários anos, festejava-se no mês de maio, dedicado a Maria Santíssima com entusiástico fervor. Havia um hábito à tradição que o tempo liquidou. Cada noite era festejada por uma classe profissional ou categoria de pessoas, noite dos senhores de engenho, dos comerciantes, dos casados, dos solteiros e etc. À noite dos solteiros de responsabilidade dos rapazes e moças, porfiavam em suplantar em brilho e originalidade. Na noite dos casados, a minha mãe fiel a sua vocação para liderar os seus sentimentos religiosos, assumia o planejamento dos festejos, pudera tinha sete rapazes solteiros (**Interrupção da entrevistada** – Por isso eu cuidava dos solteiros né? Organizou um coro de rapazes e moças, ensaiava com entusiasmo o grupo vocal e eu pondo de lado modéstia fui eleito o melhor cantor e, por isso, incumbido de fazer o solo dos hinos religiosos. Tudo acompanhado por uma Serafina, que era o nome que se dava ao órgão. A minha mãe compunha os versos em homenagem a Nossa Senhora e eu com maior orgulho, cantava as suas composições, tudo nos trinquês, não guardei os numerosos versos que a minha mãe compôs e que eu cantei na bonita igreja de Cruz do Espírito Santo... (**Interrupção da entrevistadora** – Aí não há recordações de vocês que ele era católico, mas ele tinha uma...) (**Interrupção da entrevistada** – Ele tinha um temor, né?... Aí...) Mas uma das ----- ficou na memória que abaixo ---- moços... moços cantando cheios de fé, Hosanas pulcras em seu louvor, dai-nos a graça do seu carinho, dai-nos o amparo do seu amor. No dia seguinte, não se falava em outra coisa na pequena cidade do Espírito Santo, com que saudades recordo, com que emoção evoco o convívio com rapazes e moças do coro de Nossa Senhora, que minha mãe dirigia e ensaiava com maior carinho. Algum desses rapazes,

algumas dessas moças já estão dormindo, dormindo profundamente, como diz Manuel Bandeira. Mais dias, menos dias vou reencontrar-me com todos eles e, se me for permitido, cantarei de novo os hinos em louvor à virgem santíssima que, por sinal, é minha madrinha de batismo... **(Interrupção da entrevistada – Agora isso aqui, vovô dizia direto... É... É que era madrinha dele... madrinha de batismo)** Não pensem que a minha mãe irá receber-me com choro, dominado por uma crise de incontrolável sentimentalismo, nada disso, reprimirá a emoção, engolirá as lágrimas e vai dizer-me em tom de fingida censura: “cantou bem, mas poderia ter cantado melhor, mas também você não ligava para os ensaios” **(Interrupção da entrevistada – Lembra a história que eu dizia...)** **(Interrupção da entrevistadora – Esse foi ótimo viu! Parece que é mesmo que estar conversando com ele viu!? Imagino pra quem o conheceu... Se eu tive essa impressão... é engraçado... Vamos tomar o ponto! Direito ---- Essa charge aqui vai ser ótimo... pena que não vai dar tempo de usar tudo, meu Deus do céu... Vou correr contra o tempo)** **(Interrupção da entrevistada – A arte de chegar aos 90, mas ele não chegou aos 90 não... Ah isso aqui foi ---- Pinheiro que escreveu)** **(Interrupção da entrevistadora – Pedro e Valter... Esses recortes, ele que guardava?)** **(Interrupção da entrevistada – Não, vovô não era organizado não...)** **(Interrupção da entrevistadora – Vocês que encontraram depois?)** **(Interrupção da entrevistada – Não, isso aqui... isso aqui... tinha a letra da minha avó... isso daqui foi da missa de sétimo dia...)** **(Interrupção da entrevistadora – As universidades regionais... Escrever por que?)** **(Interrupção da entrevistada – Eu vou tirar cópia disso aqui para vc...)** **(Interrupção da entrevistadora – Rapaz, ele escrevia muito...)** **(Interrupção da entrevistada – Ah, toda semana... se vê que muita coisa se perdeu... isso aqui é muito pouco né!)** **(Interrupção da entrevistadora – Depois eu vou até ver o que é que eu tenho, porque as vezes o que eu tenho, tu não tem...)** Dizem as más línguas que FHC, não é muito de ajudar a caipira, depositados em guetos... **(Interrupção da entrevistadora – Isso é dele?)** **(Interrupção da entrevistada – É dele...)** **(Interrupção da entrevistadora – Tá atual!... Parabéns!)** **(Interrupção da entrevistada – Mestre.. tá vendo, isso aqui já foi alguém que entregou para ele... mestre e confrade, né!?)** **(Interrupção da entrevistadora – É!)** **(Interrupção da entrevistada – Eu, que nome é esse?)** **(Interrupção da entrevistadora – Enélia!)** **(Interrupção da entrevistada – Onélia, será que é Onélia?... Onélia... será que é aquela, lembra que é aquela professora?)** **(Interrupção da entrevistadora – É, mais eu acho que começa com é, não? Onélia... pode ser, é!... É um “O” bem... Onélia! bem É viva?... É aquela que teve um falecimento a família que ta...)** **(Interrupção da entrevistada – Não, essa Onélia Queiroga era professora do Unipê, da Faculdade... eu acho que era uma pessoa interessante, se você conseguir...)**

(**Interrupção da entrevistadora** – E é, Onélia Queiroga!) Moacir Porto, pede apoio aos políticos pelo federalismo... (**Interrupção da entrevistadora** – Ah, esse eu anotei! Onélia Queiroga, na outra entrevista... professora... foi) (**Interrupção da entrevistada** – Olha só, esse de Zé Lúcio Lisboa...) O público atento, em estado quase hipnótico, ouviu a frase de Conferencista Mário Moacyr Porto: “O Nordeste me dói, com expressão sabiamente tomada de empréstimo à Espanha, para traduzir um sentimento que é de todos”... (**Interrupção da entrevistada** – Quando falava do Nordeste, né?... Isso aqui eu acho que é interessante também... vovô deixava as pessoas meio hipnotizadas, quando ele falava... Ó como é que ele tratava: “O humanista e filósofo do Direito”, tá vendo!) (**Interrupção da entrevistadora** – Ele era mestre dos maiores juristas... tinha um vocabulário, de quem lia muito, né?...) (**Interrupção da entrevistada** – Mas eu vou tirar cópia disso aqui para você... Ah, tá vendo eu num disse a você que ele... que quando ele não anotava, ele rabiscava... coisa errada, ele tirava tudinho... Ah, esse aqui é interessante!) (**Interrupção da entrevistadora** – Este artigo, esse tem nesse de Gomes: “A difícil arte de envelhecer”... As vantagens de envelhecer não são as mais sedutoras. isso é bom pra... vou usar tudo... quando a tiver xérox, eu fotografo e utilizo).

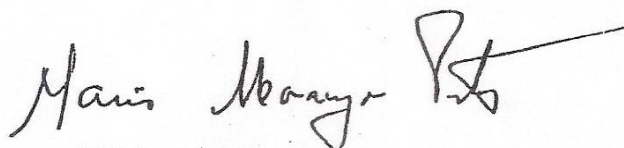
CURRICULUM VITAE

MÁRIO MOACYR PORTO

1. Formado pela Faculdade de Direito do Recife.
2. Promotor Público em Comarcas do Rio Grande do Norte e da Paraíba.
3. Juiz de Direito das Comarcas de Cajazeiras, Patos, Bananeiras, Campina Grande e João Pessoa, Paraíba.
4. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça da Paraíba e duas vezes seu Presidente.
5. Ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
6. Ex-professor titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba e ex-Diretor da mesma Faculdade.
7. Ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba, destituído do cargo pôr ato do Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, em 14 de abril de 1964.
8. Professor titular de Direito Civil aposentado, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
9. Ex-Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Norte.
10. Professor emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
11. Membro das Academias de Letras da Paraíba e do Rio Grande do Norte.
12. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
13. Membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.
14. Portador da Medalha do Mérito Jurídico, concedida pela Associação dos Magistrados Brasileiros.
15. Professor examinador de concursos para provimento da cátedra de Direito Civil na Faculdade de Direito de São Paulo.
16. Presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Paraíba.
17. Presidente da Fundação "Mário Moacyr Porto".

18. Autor dos livros "Ação de responsabilidade civil e outros ensaios" e "Temas de responsabilidades civil", editados pela "Revista dos Tribunais" e de São Paulo, ambos esgotados.
19. A plaquete "O efêmero e o eterno no Direito", coletânea de discursos e Conferências pronunciadas como Magistrado e professor de Direito.
20. Numerosos trabalhos de Direito publicados na "Revista dos Tribunais" de São Paulo e na Revista Forense" do Rio de Janeiro e outras publicações especializadas do país.
21. "Du cumul du bénéfice de L'assurance terrestre et de L'indemnisation due par L'auteur du dommage" (Da acumulação do benefício do seguro terrestre com a indenização devida pelo autor do dano). Tese apresentada no 6º. Congresso Internacional de Direito Comparado realizado em Hamburgo, Alemanha, no período de julho a agosto de 1962.

João Pessoa, 28 de março de 1996.



Mário Moacyr Porto

Anexo D – Autorizações das entrevistas concedidas à pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr. (Sra.): ANA TEREZA MARCIA PORTO DO VALE

O presente termo, fundamentado na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, tem por objetivo solicitar o seu consentimento para participar voluntariamente da pesquisa intitulada: Mario Moacyr Porto: uma vida professoral que utilizou a cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950 - 1964), que tem como objetivo a reconstituição da trajetória de vida professoral de Mario Moacyr Porto, refletindo suas contribuições para os Direitos Humanos e a realização da democracia, considerando seu percurso profissional, as relações sociais e políticas estabelecidas no período de 1950 a 1969, refletindo sobre as memórias e as representações conservadas/ modificadas pelos participantes.

Este estudo que contará a História professoral do Mario Moacyr Porto possibilitará reflexões em torno da formação docente e constituição dos saberes. A investigação trabalhará com os conceitos de História e memória, e com procedimentos metodológicos da história oral, analisando documentos referentes a história de vida do nosso personagem, assim como depoimentos e testemunhos de ex-alunos, familiares e biografia.

A pesquisadora será responsável por coletar todos os dados necessários por meio de um formulário estruturado de entrevista, o que será necessário com a sua autorização, o uso de um gravador para captar as informações de maneira mais precisa. A entrevista será transcrita e colocada a sua disposição, para autorização prévia e após autorização, será utilizada na pesquisa.

Todas as informações são confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, havendo um compromisso da pesquisadora em manter sigilo da sua participação na pesquisa.



Esta pesquisa foi feita com orientação da professora Maria Elizete Guimarães Carvalho, e realizada pela aluna Juliana Augusta Dionísio de Lima, aluna da Pós-graduação do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Desde já agradecemos sua atenção e colaboração em participar conosco desta pesquisa, e caso aceite participar, solicitamos sua confirmação neste consentimento, pelo qual declara que for devidamente esclarecido (a) e dando consentimento para a participação na pesquisa e publicação dos resultados, ficando ciente que receberá uma cópia deste documento.

Data: 3.ª Feira de 05 de abril de 2016.

Ana Juza M. Brito

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal.

Obs.: (Em caso de analfabeto)

Assinatura da testemunha

Contato com a pesquisadora responsável:

Caso necessite de qualquer informação sobre a pesquisa, favor ligar para (083) 8700-2156.

Endereço: Rua Cecília Rodrigues Siqueira, nº 230 – Apt. 204 Bancários – João Pessoa/Paraíba - Cep: 58071-830

E-mail: Jully_nanynh@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS – UFPB

Endereço: Universitário S/N Castelo Branco Cep 58051- 900

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Telefone (083) 3216- 7791

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr. (Sra.): DEMOTRIO DEIVEAL TRIGUEIRO DO VALE JÚNIOR

O presente termo, fundamentado na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, tem por objetivo solicitar o seu consentimento para participar voluntariamente da pesquisa intitulada: Mario Moacyr Porto: uma vida professoral que utilizou a cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950 - 1964), que tem como objetivo a reconstituição da trajetória de vida professoral de Mario Moacyr Porto, refletindo suas contribuições para os Direitos Humanos e a realização da democracia, considerando seu percurso profissional, as relações sociais e políticas estabelecidas no período de 1950 a 1969, refletindo sobre as memórias e as representações conservadas/ modificadas pelos participantes.

Este estudo que contará a História professoral do Mario Moacyr Porto possibilitará reflexões em torno da formação docente e constituição dos saberes. A investigação trabalhará com os conceitos de História e memória, e com procedimentos metodológicos da história oral, analisando documentos referentes a história de vida do nosso personagem, assim como depoimentos e testemunhos de ex-alunos, familiares e biografia.

A pesquisadora será responsável por coletar todos os dados necessários por meio de um formulário estruturado de entrevista, o que será necessário com a sua autorização, o uso de um gravador para captar as informações de maneira mais precisa. A entrevista será transcrita e colocada a sua disposição, para autorização prévia e após autorização, será utilizada na pesquisa.

Todas as informações são confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, havendo um compromisso da pesquisadora em manter sigilo da sua participação na pesquisa.



Esta pesquisa foi feita com orientação da professora Maria Elizete Guimarães Carvalho, e realizada pela aluna Juliana Augusta Dionísio de Lima, aluna da Pós-graduação do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Desde já agradecemos sua atenção e colaboração em participar conosco desta pesquisa, e caso aceite participar, solicitamos sua confirmação neste consentimento, pelo qual declara que foi devidamente esclarecido (a) e dando consentimento para a participação na pesquisa e publicação dos resultados, ficando ciente que receberá uma cópia deste documento.

Data: junho 05 de 2016 de 2016.

Deivito J. F. do Vale Júnior

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal.

Obs.: (Em caso de analfabeto)

Assinatura da testemunha



Contato com a pesquisadora responsável:

Caso necessite de qualquer informação sobre a pesquisa, favor ligar para (083) 8700-2156.

Endereço: Rua Cecília Rodrigues Siqueira, nº 230 – Apt. 204 Bancários – João Pessoa/ Paraíba - Cep: 58071-830

E-mail: Jully_nanyh@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS – UFPB

Endereço: Universitário S/N Castelo Branco Cep 58051- 900

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Telefone (083) 3216- 7791

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

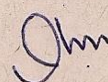
Prezado (a) Sr. (Sra.): ANA MARIA MAROJA PORTO DO VALE

O presente termo, fundamentado na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, tem por objetivo solicitar o seu consentimento para participar voluntariamente da pesquisa intitulada: Mario Moacyr Porto: uma vida professoral que utilizou a cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950 - 1964), que tem como objetivo a reconstituição da trajetória de vida professoral de Mario Moacyr Porto; refletindo suas contribuições para os Direitos Humanos e a realização da democracia, considerando seu percurso profissional, as relações sociais e políticas estabelecidas no período de 1950 a 1969, refletindo sobre as memórias e as representações conservadas/ modificadas pelos participantes.

Este estudo que contará a História professoral do Mario Moacyr Porto possibilitará reflexões em torno da formação docente e constituição dos saberes. A investigação trabalhará com os conceitos de História e memória, e com procedimentos metodológicos da história oral, analisando documentos referentes a história de vida do nosso personagem, assim como depoimentos e testemunhos de ex-alunos, familiares e biografa.

A pesquisadora será responsável por coletar todos os dados necessários por meio de um formulário estruturado de entrevista, o que será necessário com a sua autorização, o uso de um gravador para captar as informações de maneira mais precisa. A entrevista será transcrita e colocada a sua disposição, para autorização prévia e após autorização, será utilizada na pesquisa.

Todas as informações são confidenciais e utilizadas apenas com propósito científico, havendo um compromisso da pesquisadora em manter sigilo da sua participação na pesquisa.



Esta pesquisa foi feita com orientação da professora Maria Elizete Guimarães Carvalho, e realizada pela aluna Juliana Augusta Dionísio de Lima, aluna da Pós-graduação do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Desde já agradecemos sua atenção e colaboração em participar conosco desta pesquisa, e caso aceite participar, solicitamos sua confirmação neste consentimento, pelo qual declara que foi devidamente esclarecido (a) e dando consentimento para a participação na pesquisa e publicação dos resultados, ficando ciente que receberá uma cópia deste documento.

Data: 7 de Dezembro de 2016.

Olivia M. R. Maria Porto

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal.

Obs.: (Em caso de analfabeto)

Assinatura da testemunha



Contato com a pesquisadora responsável:

Caso necessite de qualquer informação sobre a pesquisa, favor ligar para (083) 8700-2156.

Endereço: Rua Cecília Rodrigues Siqueira, nº 230 – Apt. 204 Bancários – João Pessoa/Paraíba - Cep: 58071-830

E-mail: Jully_nanyinh@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS – UFPB

Endereço: Universitário S/N Castelo Branco Cep 58051- 900

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

Telefone (083) 3216- 7791

Anexo E – Fotografias (Acervo familiar do professor Mário Moacyr Porto)



